

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

COZINHAS SOLIDÁRIAS:

INSEGURANÇA ALIMENTAR, FOME E RE-EXISTÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE ARACAJU-SE

Elisandro Matos Rodrigues



São Cristóvão/SE
Outubro, 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

ELISANDRO MATOS RODRIGUES

**COZINHAS SOLIDÁRIAS: INSEGURANÇA ALIMENTAR, FOME E RE-
EXISTÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE ARACAJU-SE**

SÃO CRISTÓVÃO/SE
Outubro, 2025

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

R696c Rodrigues, Elisandro Matos
Cozinhas solidárias : insegurança alimentar, fome e re-existências no município de Aracaju-SE / Elisandro Matos Rodrigues ; orientadora Sônia de Souza Mendonça Menezes. – São Cristóvão, SE, 2025.
148 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Geografia humana. 2. Segurança alimentar e nutricional. 3. Fome – Aracaju (SE). 4. Soberania alimentar. 5. Vulnerabilidade social. 6. Solidariedade. 7. Territorialidade humana. I. Menezes, Sônia de Souza Mendonça, orient. II. Título.

CDU 911.3:364-5:613.2(813.7)

ELISANDRO MATOS RODRIGUES

**COZINHAS SOLIDÁRIAS: INSEGURANÇA ALIMENTAR, FOME E RE-
EXISTÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE ARACAJU-SE**

Dissertação submetida à Banca Examinadora para o Exame de Defesa no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS) como requisito total para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia de Souza Mendonça Menezes

SÃO CRISTÓVÃO/SE
Outubro, 2025

**COZINHAS SOLIDÁRIAS: INSEGURANÇA ALIMENTAR, FOME E RE-
EXISTÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE ARACAJU-SE**

Exame de Defesa de Mestrado realizado no 31 de outubro de 2025

Dissertação submetida ao Exame de Defesa no
Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS) à
seguinte Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Sônia de Souza Mendonça Menezes
Orientadora – PPGEO/UFS

Prof. Dr. Celbo Antônio da Fonseca Rosas
UEPG-PR

Prof^a. Dr^a. Denise De Sordi
ENSP/FioCruz -Fflch/USP

Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Mundim Vargas
PPGEO-UFS

Dedico esta Dissertação e o significado dela:
a todas as mulheres, homens, quilombolas e
periféricos, que por meio da delicadeza, do
amor e da solidariedade, re-existem e provam
sua existência.

In memoriam a meu tio, Eduardo Matos dos
Santos, (vulgo Abel), por me ensinar a
enfrentar a rua.

AGRADECIMENTOS

“Daria um filme! Uma negra e uma criança, nos braços solitários, da floresta de concreto e aço.” Assim recitou o cantor e poeta da periferia, Mano Brown. Uma história de sua vida. A história de muitas vidas. A minha história. Não escapei dela, mas busquei fazer diferente. Essa fuga me trouxe a academia e pude ver, por meio da educação, da leitura e da pesquisa, que outros caminhos eram possíveis. Estudar e pesquisar Aracaju, me trouxe várias amizades, alegrias e tristezas, mas principalmente, a vontade incansável de continuar a luta.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por garantir o meu direito de ter tido uma bolsa de estudos durante o período de exercício das funções que exigem o mestrado e a pós graduação. Essa bolsa, possibilitou a dedicação não apenas na leitura e escrita de textos e trabalhos, permitiu que eu pudesse realizar um mergulho sobre a realidade invisibilizada dos territórios periféricos de Aracaju e principalmente da sua gente, que ali vive.

Gratidão a minha professora da graduação e orientadora de mestrado Prof.^a Dr.^a Sônia de Souza Mendonça Menezes por seu compromisso com o ensino e pesquisa, por ter me apresentado a complexidade existente na alimentação e me instigar a mergulhar nesse mundo. Pelo olhar crítico de uma pesquisadora experiente, que enxerga nuances que podem passar despercebidos na visão de outros, mas que sempre são capturados por sua observação. Pelas reuniões e falas sempre fortes que buscam extrair o potencial máximo existente no orientando e o acreditar que podemos alcançar patamares que nem sempre cremos que poderiam ser possíveis.

Agradeço a Universidade Federal de Sergipe (UFS) pelos anos da minha graduação e agora pelos anos do meu mestrado. Ao Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO) e os professores que o faz, na excelência, na dedicação e compromisso com o ensino e pesquisa e a resistir diante de um período arraigado de incertezas. Sou grato a todos os funcionários da universidade, em especial ao secretário do Programa, Jobson, por seu humor e dedicação ao trabalho.

Gratidão aos membros da banca, Prof. Dr. Celbo Antônio da Fonseca Rosas, Profa Dra Maria Augusta Mundim Vargas e a Profa Dra Denise de Sordi, pela dedicação e tempo dispensados na avaliação da pesquisa. Suas sugestões e comentários foram e serão valiosos para o meu aprendizado e para o aprimoramento deste trabalho.

A turma de 2023, agradecimentos especiais, principalmente aos companheiros e amigos formados nessa jornada, Dayane, Éder Souto, Roniel e Arlane, pelo suporte e por deixar essa jornada mais leve.

Agradeço enormemente ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Alimentos e Manifestações Culturais (GRUPAM) pelo acolhimento, carinho e amizades feitas além fronteiras! Gratidão aos amigos que não podem ficar ausentes, Felipe, Rúbia, Elenilson, Jeferson e em especial a Prof^a Dr^a Greiziane Araújo Queiroz, incentivando a pesquisa, ouvindo, e direcionando leituras. Por fim agradeço a cada uma das reuniões quinzenais, que possibilitaram não apenas meu aperfeiçoamento enquanto pesquisador, mas também meu amadurecimento como professor e ser humano.

Gratidão a minha vó Gilnara, uma mulher sertaneja, que mesmo sem ter tido a oportunidade de ter uma educação formal, me ensinou a humildade e como viver a vida respeitando todos. Meu bisavô, João, sobrevivente da segunda guerra mundial, da ditadura empresarial-militar e dos sucessíveis golpes que esse país vivenciou, agradeço-o por ter possibilitado a chance de ter estudado e poder ter conseguido ser o segundo graduado da família e o primeiro a ter adentrado em uma pós-graduação.

Agradeço a minha mãe, Elisângela, mulher negra, mãe solo, filha, neta e bisneta de empregada doméstica, trabalhadora das mais diversificadas funções e mesmo com um pouco que ela pode oferecer a seus filhos no caráter financeiro, foi o mundo em comparação a qualquer outro bem material. Sacrificando sua vida para os filhos, passando fome, para que eu não pudesse passar, não há palavras suficientes na gramática portuguesa para agradecer-te mãe.

Gratidão a Silvio e Aline, que se tornaram minha família, que me apoiaram nessa empreitada que é a vida da pós-graduação. Viram em mim, potencial que nem se quer eu pude enxergar. E que sempre me trataram como um filho, mesmo que distante, o amor cria laços invisíveis que superam o tempo e espaço.

Agradeço a meus amigos, que cresceram comigo na periferia da Taiçoca. Elizeu, Denisson e Augusto. A superação da violência, da pobreza e a resiliência em sempre continuar lutando mesmo com diversas adversidades preexistentes nas comunidades.

Por fim, Gratidão a cada professor que tive na vida, da minha primeira professora Tecia à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Sônia de Souza Mendonça Menezes, por mostrarem que a educação não é algo fragmentado, mas um processo contínuo, de construção, desconstrução e reconstrução e cada um de nós, compomos a história de alguém ou de um coletivo. E hoje, mais do que nunca, o professor e a professora, são essências na construção e reconstrução da história desse mundo.

RESUMO

A insegurança alimentar e a fome não são resultantes de processos inerentes a condição humana, mas partem de uma lógica excludente, arraigada na violência simbólica e sistêmica que afeta os estratos mais precarizados da sociedade e que é reproduzida e reverberada no tempo e no espaço, e materializada nas periferias urbanas, distanciando sua população do direito alimentar. A marginalização dessa população implica dificuldade ao acesso a alimentos, tanto em contextos rurais quanto em urbanos, o que se acentuou nos últimos anos, conforme os números alarmantes aferidos no período de ascensão de governos de direita no Brasil concomitantemente à crise sanitária da covid-19. Segundo a Rede PENSSAN em 2022, 33,1 milhões de brasileiros estavam em situação de fome. Essa fome atinge principalmente comunidades periféricas demarcadas por um conjunto de múltiplas violências que agridem direitos sociais, como o acesso à alimentação. Apesar da intensificação da tecnificação agrícola e do emprego massivo de diferentes tipos de insumos ampliar a produtividade do setor, a erradicação da insegurança alimentar e da fome nas distintas escalas geográficas e sociais não foi alcançada. A violação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) compromete a soberania e a segurança alimentar nutricional e atende ao objetivo do mercado fundamentado na lógica produtivista e do lucro. A extinção de políticas e programas públicos voltados à classe trabalhadora promoveu o distanciamento do país no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS-2. Diante desse cenário, demarcado por contrastes políticos e sociais, esta pesquisa analisa a multifuncionalidade das cozinhas solidárias na reivindicação pelo DHAA. Para elaboração deste trabalho, foi adotada uma abordagem metodológica qualitativa, estruturada em etapas sequenciais: revisão teórica, pesquisa documental, trabalho de campo e sistematização de dados. As cozinhas solidárias, emergem como espaços de re-existência que contribuem para minimizar a insegurança alimentar, assim como expandir o acesso aos alimentos. Além disso, fomenta articulações políticas, debates sobre direitos sociais e cidadania alimentar em sinergia com outros movimentos sociais e a sociedade civil. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo analisar o papel das cozinhas solidárias na mitigação da insegurança alimentar e nutricional em territórios sócio vulneráveis na capital sergipana.

Palavras-chave: (In)Segurança Alimentar e Nutricional; Fome; Vulnerabilidade; Solidariedade.

RESUMEN

La inseguridad alimentaria y el hambre no son el resultado de procesos inherentes a la condición humana, sino que parten de una lógica excluyente, arraigada en una violencia simbólica y sistémica que afecta a los estratos más precarizados de la sociedad y que es reproducida y reverberada en el tiempo y el espacio, materializándose en las periferias urbanas, distanciando a su población del derecho a la alimentación. La marginalización de esta población implica dificultad para acceder a los alimentos, tanto en contextos rurales como urbanos, lo cual se ha acentuado en los últimos años, según lo indican las alarmantes cifras registradas durante el período de ascenso de gobiernos de derecha en Brasil, concomitantemente con la crisis sanitaria de la covid-19. Según la Red PENSSAN, en 2022, 33,1 millones de brasileños se encontraban en situación de hambre. Este hambre afecta principalmente a comunidades periféricas, demarcadas por un conjunto de múltiples violencias que agreden derechos sociales, como el acceso a la alimentación. A pesar de que la intensificación de la tecnificación agrícola y el empleo masivo de diferentes tipos de insumos aumentaron la productividad del sector, no se logró erradicar la inseguridad alimentaria y el hambre en las distintas escalas geográficas y sociales. La violación del Derecho Humano a la Alimentación Adeuada (DHAA) compromete la soberanía y la seguridad alimentaria y nutricional, y responde al objetivo del mercado fundamentado en la lógica productivista y del lucro. La extinción de políticas y programas públicos dirigidos a la clase trabajadora promovió el distanciamiento del país en el cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo Sostenible, especialmente el ODS-2. Ante este escenario, demarcado por contrastes políticos y sociales, esta investigación analiza la multifuncionalidad de las cocinas solidarias en la reivindicación por el DHAA. Para la elaboración de este trabajo, se adoptó un enfoque metodológico cualitativo, estructurado en etapas secuenciales: revisión teórica, investigación documental, trabajo de campo y sistematización de datos. Las cocinas solidarias emergen como espacios de re-existencia que contribuyen a minimizar la inseguridad alimentaria, así como a expandir el acceso a los alimentos. Además, fomentan articulaciones políticas, debates sobre derechos sociales y ciudadanía alimentaria en sinergia con otros movimientos sociales y la sociedad civil. Por lo tanto, esta investigación tiene como objetivo analizar el papel de las cocinas solidarias en la mitigación de la inseguridad alimentaria y nutricional en territorios socio vulnerables de la capital sergipana.

Palabras-clave: (In)Seguridad Alimentaria y Nutricional; Hambre; Vulnerabilidad; Solidariedad.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BdA	Bancos de Alimentos
CCC	Circuitos Curtos de Comercialização
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DIA	Distrito Industrial de Aracaju
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
GOV	Governo Brasileiro
GRUPAM	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTS	. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PENSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar Nutricional
PIB	Produto Interno Bruto
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral
POF	Pesquisa de Orçamentos Alimentares
PPGEO	Programa de Pós Graduação em Geografia
RMA	Região Metropolitana de Aracaju
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar
SMFAS	Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social
SSAN	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Aracaju: Mapa de Localização.....	53
Figura 2 Predominância de moradores em situação de rua/sem teto em Aracaju - SE. 2025.	56
Figura 3 - Mapa de Desertos, Pântanos e Renda. Aracaju SE, 2025.....	63
Figura 4 - Assembleia aberta das cozinhas solidárias e movimentos sociais de Aracaju.....	80
Figura 5 - Localização das cozinhas solidárias para pesquisa. Aracaju-SE, 2025.	82
Figura 6 - Mancha de alcançabilidade de atuação das cozinhas solidárias. Aracaju-SE, 2025	84
Figura 7 - Registro de reuniões das cozinhas solidárias, MST, MTST, Mãos Solidárias e sociedade civil (registrado em momentos distintos, no período de dois anos), no assentamento Quissamã, Aracaju-SE, 2025.....	85
Figura 8 - Roçado Solidário: Assentamento Quissamã-SE, 2024.	87
Figura 9 - Entrega de sopas a comunidade do Santos Dumont e moradores em situação sem teto fixo, na Cozinha Solidária do Tamandaré. Aracaju/SE, 2025.	92
Figura 10 - Utensílios e insumos da Cozinha Solidária Sopão Solidário Feito com Amor Aracaju-SE, 2025.....	95
Figura 11 - Refeições doadas à população da comunidade do Tamandaré. Aracaju-SE, 2025.	95
Figura 12 - Equipe da Cozinha Solidária Mãos Unidas, do Morro da Reação. Aracaju-SE, 2025.	96
Figura 13 - Entrega de refeições a moradores em situação de sem-teto. Cozinha Solidária Morro da Reação. Aracaju-SE, 2025.....	97
Figura 14 - Diálogos e entregas de refeição para e com a comunidade do Morro da Reação. Aracaju-SE, 2025.....	98
Figura 15 Fachada da Cozinha Solidária do SESI, liderada por Dona Fofa, no bairro Soledade. Aracaju-SE, 2025.....	98
Figura 16 - Distribuição de refeições pela Cozinha Solidária da Comunidade SESI. Aracaju - SE, 2025.....	99
Figura 17 - Preparo das refeições da Cozinha Solidária da Comunidade SESI, no bairro Soledade. Aracaju-SE, 2025.	100
Figura 18 - Registros históricos da primeira sede da CRILIBER (1982) e da matriarca do Quilombo, Maria Pereira. Aracaju-SE, 2025.....	104
Figura 19 - Diário alimentar dos quilombolas do Quilombo Morro dos Negros. Aracaju-SE, 2025.	105

Figura 20 Cozinha solidária e escola CRILIBER (aulas de informática, reforço escolar e preparação das refeições da cozinha solidária). Aracaju-SE, 2025.	106
Figura 21 Reunião de núcleo com lideranças e quilombolas na Cozinha Solidária CRILIBER. Aracaju-SE, 2025.....	107
Figura 22 Roçado do Quilombo Urbano Morro dos Negros (plantio das sementes crioulas advindas de Sítio Alto - Simão Dias/SE e colheita de tubérculos para a cozinha solidária). Aracaju-SE, 2025.....	108
Figura 23 Recebimento da compra do arroz agroecológico, realizado pela CONAB, na Cozinha Solidária, Caridade Rosa, Aracaju-SE, 2025	110
Figura 24 Distribuição de sopa realizada à noite pela Cozinha Solidária Caridade Rosa, Aracaju-SE, 2025.....	111
Figura 25 "Mundo real da desigualdade". Ocupação Marivan Sul. Aracaju-SE. 2025.....	112
Figura 26 Precariedade alimentar e habitacional localizada na ocupação Marivan Sul, Aracaju-SE, 2025.....	113
Figura 27 - Atividades secundárias e reunião com a comunidade do Marivan, realizada pela cozinha solidária. Aracaju-SE, 2025.....	114
Figura 28 Doação de alimentos à população cadastrada na Cozinha Solidária Caridade Rosa, Aracaju-SE, 2025.....	114
Figura 29 Preparo de marmitas aos beneficiados pela Cozinha Solidária Caridade Rosa. Aracaju-SE, 2025.....	115

LISTAS DE GRÁFICOS

Infográfico 1- Perfil socioeconômico de usuários e membros das cozinhas solidárias. Aracaju-SE, 2024

Gráfico 1- Aracaju/SE: População residente (1970-2022).55

Gráfico 2 - Rendimento Médio Salarial (em R\$) anual entre homens e mulheres - Aracaju/SE (2017-2023).58

Gráfico 3- População Inserida em Desertos Alimentares por nível de renda e por localidade X Mil (2024) - Aracaju-SE-2025.61

Gráfico 4- População em Pântanos Alimentares no Município de Aracaju-SE, 2024.64

Gráfico 5- Rendimento Médio Mensal em R\$ Por Bairro - Aracaju/SE (2019).68

Gráfico 6- População Por nível de instrução: Percentual da população (%) - Aracaju/SE (2023).71

Gráfico 7 - Cadastrado único do governo federal realizado/atualizado.89

Gráfico 8 - Acesso aos seguintes programas, políticas ou serviços90

Gráfico 9 - Material Predominante nas Paredes Externas da população usuária das cozinhas solidárias. Aracaju-SE, 2025.90

Gráfico 10 - Consumo de Alimentos processados e ultraprocessados nas três comunidades pesquisadas. Aracaju-SE, 2025.101

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 – Valores recebidos por trimestre das pessoas por cor x etnia – Aracaju/SE.....69

Tabela 2 – População total por cor (2022) - Aracaju/SE70

Tabela 3 – Média de horas trabalhadas na semana por nível de instrução (2023) – Aracaju/SE72

Tabela 4 – Acúmulo de capitais nos setores econômicos (2000-2021) – Aracaju/SE77

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 QUESTÕES DE PESQUISA	19
1.2 OBJETIVOS	19
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
2. A MÚLTIPLA ESCALARIDADE DA POBREZA E A SÓCIO VULNERABILIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS URBANOS.....	26
2.1 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: A LUTA PELA CIDADANIA ALIMENTAR.....	29
2.2 ENFRENTAMENTO À FOME: COZINHAS SOLIDÁRIAS NA CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RE-EXISTÊNCIAS.....	36
2.3 O DEVER CONTINUUM DAS COZINHAS SOLIDÁRIAS: TRABALHO E SOLIDARIEDADE.....	44
3 CONFIGURAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DE ARACAJU/SE	52
3.1 ASPECTOS TERRITORIAIS, POPULACIONAIS E SOCIAIS – ARACAJU/SE	52
3.2 ESCOPO DA PRODUÇÃO, ECONOMIA, BENS E SERVIÇOS	72
3.2.1 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS: ARACAJU/SE	75
4 DA PERIFERIA AO CENTRO: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DAS COZINHAS SOLIDÁRIAS EM ARACAJU-SE.....	79
4.1 COZINHAS SOLIDÁRIAS, SOPÃO FEITO COM AMOR, MÃOS UNIDAS, MORRO DA REAÇÃO E LUZ DA ESPERANÇA	92
4.2 “43 ANOS DE LUTA AQUI NO NOSSO QUILOMBO”: COZINHA SOLIDÁRIA DO MORRO DOS NEGROS.....	102
4.3 “A PIOR FOME É A DA NOITE”: 200 FAMÍLIAS NA COZINHA SOLIDÁRIA DO MARIVAN.....	109
5 CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS	118
6 REFERÊNCIAS	121
7 APÊNDICE	137
APÊNDICE A: Questionário socioeconômico	137
APÊNDICE B: Hábitos Alimentares	139
APÊNDICE C: Roteiro de Entrevistas.....	141
APÊNDICE D: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	143
ANEXOS	148

1 INTRODUÇÃO

Aqui a luta é todos os dias, e não é fácil não, mas fazer o quê, essa foi a missão que Deus me deu, e eu há de cumprir ela... A gente pede a um, pega de outro, e no final, tudo dá certo, seguimos em frente sempre. (relato da liderança da Cozinha Solidária do Tamandaré).

No modo de produção capitalista a produção alimentar não está primordialmente orientada para a satisfação das necessidades nutricionais, biológicas, culturais ou coletivas da população, mas, para a perpetuação da lógica de acumulação privada e para a maximização do lucro, beneficiando principalmente os detentores dos meios de produção. Essa perspectiva encontra respaldo empírico ao se analisarem práticas como o descarte deliberado de excedentes alimentares, estratégia adotada para manipular a oferta e, conseqüentemente, inflacionar os preços no mercado, assegurando a manutenção de hegemonias econômicas. Esse cenário paradoxal torna-se evidente em contextos nos quais, mesmo no século XXI, várias nações registram índices alarmantes de insegurança alimentar.

O Brasil passou por um processo de desconstrução socioeconômica e política durante o período que demarcou o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016 e o subsequente apagão de direitos sociais voltados ao trabalho, saúde, educação e alimentação. Esse plano foi intensificado em 2019, no primeiro mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, com a redução de investimentos públicos direcionados à classe mais empobrecida (Marchesano, 2024). Esse processo agravou os problemas existentes, especialmente entre a população vulnerável que reside nas periferias urbanas e no campo. Conforme apontado por De Sordi (2023), a erosão da esfera pública exacerbou as questões que afetam o bem-estar social da população mais pobre das cidades.

No período de 2017 a 2022, que marcou o governo de extrema-direita na cena política brasileira, ocorreram diversos retrocessos, sobretudo no que diz respeito aos desafios enfrentados aos setores de alimentação, moradia e saúde. Nesse contexto, a população teve seus direitos básicos restringidos (Guimarães, 2022; Aquino, 2024). Além desses fatores, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi extinto, juntamente com a drástica redução nos investimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Maluf, 2017; Joamalinis e Maluf, 2022). No caso do PAA, os cortes orçamentários durante o governo em questão foram alarmantes: conforme observado por Joamalinis et al. (2023), os valores alocados para a manutenção e sustentabilidade do programa, que em 2012 eram de R\$ 587 milhões,

reduziram-se para R\$ 41 milhões no primeiro ano do governo Bolsonaro, R\$ 217 milhões em 2020; R\$ 18 milhões em 2021 e R\$ 65 milhões em 2022.

Ao considerarmos o Produto Interno Bruto (PIB) de 2022, que atingiu o exorbitante de R\$ 10,1 trilhões (IBGE, 2023), e ao dividirmos esse valor pelo total de habitantes no território nacional, obteríamos uma renda per capita de R\$ 4 mil reais mensais. No entanto, a realidade brasileira, conforme constatado pelo IBGE (2023), revelou que, no período exposto nos dados, 60,1% da população economicamente ativa vivia com menos de um salário mínimo (R\$ 1.320,00).

É nesse contexto caótico e cravado de incertezas na esfera político-pública que em 2022 no Brasil, contabilizaram-se mais de 33,1 milhões de indivíduos em situação de fome crônica (Rede PENSSAN (2022). Diante dessa conjuntura as cozinhas solidárias engendradas por diversos movimentos sociais (urbanos e rurais) emergem e reivindicam o direito à alimentação saudável e adequada, tanto no campo quanto nas periferias da cidade – uma luta contra hegemônica com o objetivo de erradicar a insegurança alimentar e nutricional identificada pela Rede Penssan.

As primeiras iniciativas de cozinhas solidárias no Brasil estão vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) do Rio de Janeiro, coletivo que emerge no início dos anos 2000 com foco na reivindicação do direito à moradia em áreas centrais urbanas. O MTST alcança seu ápice político com a implementação de programas sociais, como o Minha Casa, Minha Vida, durante o primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007). Esse movimento consolidou-se no diálogo entre Estado e sociedade civil, evidenciado em debates sobre políticas públicas (Horstmann, Severo, 2023a).

Conforme destacado por Horstmann e Severo (2023b), a ação territorial do MTST concentrou-se inicialmente na luta por moradia digna. Contudo, como apontam os autores (Horstmann; Severo, 2023c), a mobilização ampliou seu escopo temático a partir de 2016, incorporando pautas como a precarização laboral, a desigualdade salarial, a insegurança alimentar e nutricional e o combate à fome. Esse redirecionamento discursivo ocorreu em resposta ao contexto político pós-golpe de 2016, marcado pelo desmonte de políticas sociais e pelo agravamento das crises econômica e institucional.

Nesse cenário, o movimento passou a elaborar estratégias coletivas para enfrentar a emergência humanitária decorrente da retração estatal, articulando práticas de re-existências¹

¹ Re-existência, segundo Arruda e Fonseca, está calcada no processo de microações, efetivadas por movimentos sociais e agentes civis, nos quais, por meio da solidariedade, subvertem status de medo, violência e mazelas, e tem a possibilidade de ressignificar os territórios no qual populações sofrem múltiplas violências.

(Arruda e Fonseca, 2018) — como as cozinhas solidárias —, assim como efetuando críticas estruturais ao modelo econômico excludente. Tais ações evidenciaram a transição de um movimento centrado em demandas habitacionais para um ator político multifacetado, capaz de integrar lutas sociais interligadas à reprodução da vida em contextos de crise sistêmica.

Segundo Souza (2008), há uma distinção entre ativismo social e movimentos socioterritoriais. O ativismo social, está ligado na designação prática mais fragmentadas, flexíveis e, muitas vezes, menos institucionalizadas. O ativismo pode assumir formas diversas; campanhas, coletivos, redes informais, ações diretas e não necessariamente se consolida como movimento social. Movimentos socioterritoriais, para o autor aparece como uma categoria analítica específica para compreender ações coletivas que têm o território como elemento central da luta, seja como objeto, meio ou resultado do conflito.

As cozinhas solidárias em Aracaju, desta forma, destacam inicialmente como ativismo social, uma vez que, sua operacionalização converge com o pensamento de Souza (2008), com ações pontuais de objetivos duradouros. Entretanto, ao passar cinco anos, por meio da articulação política e principalmente, com a identidade dos sujeitos com o território no qual os pertences, as cozinhas tornam-se movimentos socioterritoriais, de reafirmação da identidade e criam raízes, pela disputa e reivindicação de direitos no campo político.

Burigo e Porto (2021) destacam que, com a disseminação da Covid-19 e a consequente crise sanitária, houve o agravamento das desigualdades e dos problemas de vulnerabilidade socioeconômica, principalmente nos países periféricos. Isso se tornou ainda mais problemático no Brasil, como observado por Freitas e Pena (2020), devido ao aumento da fome e da insegurança alimentar no país, que já eram problemas recorrentes. A pandemia só evidenciou o abismo na sociedade provocado pela desigualdade social e econômica, e agravou os casos de insegurança alimentar grave — fome —, especialmente entre a população vulnerável.

Diante da emergência dos quadros de insegurança que ainda persistem, faz-se necessário adensar essas discussões e investigações sobre soberania e segurança alimentar e nutricional na ciência geográfica. Portanto, esta pesquisa aborda o papel dos movimentos sociais na redução da insegurança alimentar e nutricional nos territórios sócio vulnerabilizados da cidade de Aracaju/SE por meio da conformação e consolidação de cozinhas solidárias.

Após as análises dos dados coletados pela POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) 2017-2018 acerca da condição alimentar evidenciada pela parcela menos abastada da população, foram suscitados questionamentos que impulsionaram a elaboração desta pesquisa.

1.1 QUESTÕES DE PESQUISA

- ✓ Quais são os principais desafios enfrentados pelas cozinhas solidárias na aquisição de alimentos adequados e saudáveis?
- ✓ As cozinhas solidárias estão associadas à construção de redes de apoio comunitário com vistas à supressão da insegurança alimentar?
- ✓ Como as cozinhas solidárias propiciam o debate e a reivindicação por direitos sociais?
- ✓ Em que medida a existência das cozinhas solidárias contribuem para minimizar a insegurança alimentar e nutricional em territórios sócio vulneráveis?

1.2 OBJETIVOS

- **Objetivo geral**

Analisar o papel das cozinhas solidárias na mitigação da insegurança alimentar e nutricional em territórios socio vulneráveis na capital sergipana.

- **Objetivos específicos**

Compreender a formação territorial de Aracaju e o território urbano sócio vulnerável.

Analisar o funcionamento em rede adotado pelas cozinhas solidárias na aquisição dos alimentos e o modo como elas atuam como espaços de re-existências na reivindicação de direitos à população.

Avaliar em que medida a distribuição de refeições contribuem para a redução de insegurança alimentar nutricional.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Alicerçado nos princípios dialógicos de Mikhail Bakhtin (2003), esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, compreendendo a linguagem como um fenômeno social e interativo, no qual os significados são construídos na relação entre vozes múltiplas e heterogêneas. Segundo o autor, o discurso é um espaço de polifonia, onde diferentes perspectivas se entrelaçam para compor uma realidade complexa e dinâmica. Nessa ótica, a combinação de análises qualitativas e quantitativas, como propõem Schneider, Fujii e Corazza (2017) e Rangel, Rodrigues e Mocarzel (2018), não apenas enriquece a investigação, mas também reflete a heteroglossia inerente aos fenômenos sociais — a coexistência de linguagens e significados que dialogam entre si.

A pesquisa de caráter observação participante, fundamentada em Valladares (2007) e Marietto (2018), alinha-se à concepção bakhtiniana de dialogicidade, na qual pesquisador e participantes coautorizam o processo investigativo. Brandão (2006, p. 10) ressalta que, nessa

metodologia, “os sujeitos não são objetos passivos, mas co-enunciadores ativos”, cujas vozes se integram à tessitura do conhecimento. Essa interação direta foi essencial para o entendimento das cozinhas solidárias na construção da Segurança Alimentar e Nutricional em Aracaju/SE.

Foram selecionadas cinco cozinhas solidárias, localizadas nos bairros Santos Dumont, Cirurgia, Marivan, 18 do Forte e Soledade, situados em Aracaju. Foi tomado como critério na escolha deste recorte o período mais extenso de atuação e também o fato de todas apresentarem as mesmas características de caráter nodal na construção, ou seja, no funcionamento em rede na distribuição e preparação de alimentos e refeições. A estrutura das cozinhas foi classificada em três (03) tipos de locais: alugado, cedido e residência própria quitada.

Optou-se o uso da categoria território, tendo em vista o recorte espacial apresentar lócus de conflito, marcado por processos dialéticos de destruição e reconstrução, onde se articulam práticas de re-existência. Sob perspectiva teórica, Raffestin (2009) observou que as dinâmicas territoriais transcendem a materialidade espacial, imbricando-se em disputas simbólicas e políticas, vinculados às diferentes relações de poder. Ressalta-se que tal processo não é neutro: ele reflete hierarquias socioeconômicas, reproduz assimetrias e consolida domínios que perpetuam a exclusão.

Para a construção dos dados primários, optou-se pelo uso de diário de campo como instrumento central, permitindo um registro sistemático e reflexivo das observações, interações e contextos vivenciados *in loco* (Brandão, 1982). Essa estratégia metodológica, alinhada à perspectiva de Bourdieu (1996) sobre *habitus*², viabiliza a compreensão das práticas sociais internalizadas pelos sujeitos, transcendendo análises superficiais para capturar a complexidade de suas realidades materiais e simbólicas.

Na perspectiva teórica de Claval (2013, p. 4), o trabalho de campo não se restringe à coleta de dados, mas constitui-se como “[...] vetor de um entendimento global que não pode ser alcançado de outra forma, o mundo é feito de individualidades que precisamos perceber”. Nessa direção, a metodologia proposta integra a observação participante e o diário de campo, visando a uma imersão dialética entre pesquisador e contexto social. O diário opera como um dispositivo de reflexão contínua, documentando não apenas eventos, mas também as nuances das dinâmicas coletivas, as tensões e os significados atribuídos pelos atores às suas ações.

² Segundo Bourdieu, o conceito de *habitus* captura como a sociedade se instala dentro dos indivíduos, orientando suas ações de forma aparentemente espontânea, mas profundamente moldada por sua posição no mundo social e sua trajetória de vida. Trata-se de um conceito fundamental para entender a reprodução das desigualdades e a lógica das práticas sociais cotidianas.

A realização da pesquisa de campo ocorreu ao longo de um ano (doze meses — abril de 2024 – abril de 2025) por meio de visitas sistemáticas quinzenais ou semanais a cozinhas solidárias. Tais espaços configuram-se como cenários de enunciação, nos quais gestos, práticas culinárias e interações cotidianas constituem elementos discursivos não verbais, complementando as narrativas orais. De acordo com Bakhtin (1981), a comunicação se efetiva por meio de gêneros discursivos diversificados, abarcando não apenas a linguagem verbal, mas também práticas sociais e culturais imbricadas no cotidiano.

Por meio do diário de campo, foi possível analisar dimensões simbólicas e materiais nesses ambientes. Observaram-se atos como a organização das filas, o servir alimentos, o consumo imediato no local — voltado à supressão da fome — e a prática de levar comida para familiares. Esses gestos, embora aparentemente corriqueiros, traduzem normas sociais, hierarquias e valores coletivos, articulando-se como discursos corporificados.

O registro fotográfico, por sua vez, assumiu papel central na documentação não apenas de momentos específicos, mas na tradução visual da corporeidade do trabalho coletivo. As imagens capturaram a sincronia dos movimentos, a divisão de tarefas e a dinâmica espacial das cozinhas, elementos que reforçam o caráter colaborativo inerente a esses espaços solidários. Desse modo, a fotografia transcendeu a função documental, convertendo-se em ferramenta analítica para compreender como o corpo e o trabalho manual se entrelaçam na construção de identidades e práticas comunitárias.

Visando a padronização na apresentação das imagens, optou-se por desfocar o rosto dos participantes da pesquisa — inclusive daqueles que assinaram o termo de consentimento para uso de voz e imagem. Tal escolha justifica-se pela presença expressiva de pessoas em situação de desabrigo nas filas das cozinhas solidárias, bem como de crianças e adolescentes. A imagem de capa, contudo, constitui uma exceção a esse critério: por tratar-se da expressão coletiva de mulheres e homens — quilombolas, camponeses e moradores de periferias — que constroem as cozinhas solidárias e alimentam a população, optou-se por não aplicar o desfoque, preservando a visibilidade e o protagonismo dessas sujeitas e sujeitos.

A utilização de questionários (apêndice A) semiestruturados e entrevistas com lideranças foram elaborados para inquirir dados primários por meio de levantamento socioeconômico e dos relatos pessoais de cada gestor(a) da cozinha sobre o funcionamento desta.

Ao observar que o roteiro de entrevistas não estava condicionando uma gama elevada de dados dos entrevistados, optou-se por diluir as perguntas engessadas em diálogos informais, registrados no diário de campo. Esse processo propiciou maior liberdade e conforto com os

sujeitos, deixando-os à vontade e possibilitando detalhes nas informações. A preparação desse roteiro preliminar de entrevista foi desconsiderada, e a escolha pelos diálogos informais facilitou na abordagem dos sujeitos. Esses instrumentos, mais que ferramentas de coleta, configuram-se dialógicos que capturam a pluralidade de vozes (Bakhtin, 2003). A amostra por conveniência (incluindo todos que consentiram participar) reforça o caráter inclusivo e colaborativo, permitindo que as narrativas locais emergjam com autenticidade, sem hierarquizações.

Enquanto isso, com a população assistida, foi aplicado um questionário socioeconômico com o objetivo de compreender a realidade dos moradores dos bairros atendidos pelas cozinhas solidárias. O instrumento contemplou questões relacionadas à renda, moradia, trabalho e à relevância atribuída pelos participantes à cozinha solidária.

Para a coleta de dados, foram empregados três instrumentos complementares de modo a garantir a triangulação das informações: o diário de campo, as entrevistas semiestruturadas e formulários eletrônicos via Google Forms. As entrevistas com a população assistida foram conduzidas de maneira informal nos espaços de sociabilidade, como as filas e os momentos de servimento das refeições, técnica adotada para mitigar a resistência aos instrumentos formais de pesquisa e garantir maior autenticidade aos relatos. O formulário digital, por sua vez, foi distribuído através de grupos de mensagens instantâneas (WhatsApp), alcançando voluntários e assistidos cadastrados para investigar variáveis socioeconômicas, condições de habitação e o perfil de segurança alimentar nos períodos de interrupção do funcionamento das cozinhas.

Essa estratégia, além de proporcionar maior comodidade aos respondentes, também evitou possíveis constrangimentos que poderiam ocorrer em abordagens presenciais durante o período de distribuição das refeições. O Infográfico 1 apresenta o universo de participantes contemplados nesta pesquisa.

Infográfico 1 Perfil socioeconômico de usuários e membros das cozinhas solidárias. Aracaju-SE, 2024



Fonte: RODRIGUES. E.M., 2025.

Para o desenvolvimento e a aplicação da pesquisa, fez-se necessária a revisitação das fontes bibliográficas que cruzam perpendicularmente o eixo estruturante dos temas fundamentais para a análise do fenômeno delimitado: cozinhas solidárias como categoria de análise, por meio das publicações de Denise de Sordi (2023), Kauan Artur Lunardon (2023) e Piotr Kropotkin (1914); (in)segurança alimentar e nutricional, e a fome compreendida em múltiplas escalas (biológica, geográfica, histórica, psíquica, etc.), tomando como aporte teórico Josué de Castro (1948), Carolina de Jesus (1960), Jean Ziegler (2012), Maria do Carmo Freitas (2003), Renato Sérgio Maluf (2020) e Emilia Jomalini de Medeiros Silva (2023); território como categoria geográfica na compreensão das dinâmicas constituídas nas cozinhas solidárias, na disputa de poder pelo espaço físico, nas práticas culturais e na constituição de territórios, aportado nas discussões de Claude Raffestin (2009), Robert David Sack (1986) e Rogério Haesbaert (2007, 2020); re-existência, conceito fundamentado nas discussões de Lina Maria Hurtado e Porto-Gonçalves (2022) e Mario Alberto Pires Arruda e Tania Maria Gali Fonseca (2018), na compreensão de que os territórios demarcados por violências sistêmicas podem ser ressignificados por meio de microações e de sistemas coletivos de solidariedade; direito à cidadania alimentar, por meio das discussões de Valerie Guerrero González (2022) e Cristóbal Gómez-Benito e Carmen Lozano (2014), no entendimento de que o direito à alimentação é fundante na construção e na consolidação de territórios justos e igualitários, e de que o alimento é o sustentáculo primordial para se alcançar tal objetivo.

A sistematização dos resultados se deu por meio da construção de gráficos, tabelas (via Word), mapas (via Qgis), fluxogramas e infográficos para pontuar a realidade a ser estudada.

Posteriormente, realizou-se a análise qualitativa das informações explicitadas na amostragem, fundamentada no arcabouço teórico definido na estruturação para esta pesquisa. Esse procedimento qualitativo foi permeado por uma análise polifônica, integrando vozes quantitativas (dados socioeconômicos) e qualitativas (depoimentos, imagens) em um diálogo contínuo. A compreensão dos dados qualitativos se deu mediante a análise do discurso (Bakhtin, 1981; Pêcheux, 1983) obtido do diário de campo e diálogos informais.

A compreensão da subjetividade e dos sentidos atribuídos pelos sujeitos à segurança alimentar deu-se mediante a Análise do Discurso, fundamentada nas perspectivas de Bakhtin (1981) e Pêcheux (1983). Tal técnica foi aplicada de forma sistemática aos registros do diário de campo e aos diálogos informais estabelecidos com voluntários e assistidos durante o serviço de alimentação. Sob a ótica de Bakhtin (1981), os discursos coletados nas filas e cozinhas não foram tratados como dados isolados, mas como parte de uma polifonia, onde cada voz carrega consigo uma carga histórica e social que dialoga com a coletividade. Essa abordagem permitiu captar a interdiscursividade presente nas narrativas de sobrevivência, reconhecendo que a fala do assistido é atravessada por outros discursos — institucionais, políticos e de resistência.

Complementarmente, a análise pautou-se na teoria de Pêcheux (1983), investigando as condições de produção das falas e os efeitos de sentido gerados no espaço das cozinhas solidárias. Ao evitar o uso de pranchetas e formalismos que inibiam os interlocutores, buscou-se acessar o que Pêcheux define como o "não-dito" e as formações discursivas que emergem da vulnerabilidade social. O silêncio ou a receptividade dos sujeitos frente à atuação do Estado (via CONAB) e da comunidade foram analisados como posições ideológicas, revelando as tensões e as rupturas que permeiam o cotidiano da fome em Aracaju. Assim, a análise do discurso permitiu transpor a literalidade das falas, descortinando como as cozinhas solidárias se configuram como lugares de enunciação e de reconstrução da cidadania.

A pesquisa documental foi realizada por meio da análise e do levantamento criterioso de fontes, como os dados acerca do MTST localizados nos arquivos dispostos das cozinhas solidárias, além dos registros disponibilizados nas redes sociais de comunicação, como *Whatsapp* e *Instagram*, e dos sites das cozinhas solidárias: <https://www.cozinhasolidaria.com/> e <https://mtst.org/>. Foram analisados documentos sobre a organização não governamental sem fins lucrativos que liga as cozinhas solidárias de Aracaju ao Mãos Solidárias³, que apoia 11 das 15 cozinhas do município.

³ O Mãos Solidárias surge da necessidade de amenizar a fome das famílias nas grandes cidades e, a partir da união de diversas mãos em torno de campanhas de solidariedade, conseguiu arrecadar dezenas de toneladas de alimentos para serem doados às famílias confinadas em casa durante a pandemia de covid-19.

Esta pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e aprovada de acordo com o parecer de número 7.225.570, respeitando os direitos cabíveis aos sujeitos pesquisados e deveres responsáveis ao pesquisador, conforme a Resolução CNS nº 510/2016, tratada como um pacto dialógico: os participantes são informados sobre a possibilidade de revelação de identidade (quando necessária) e a consentem explicitamente, assegurando-se a transparência como princípio relacional. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Autorização de Uso de Imagem (Apêndice D) materializam esse diálogo, reconhecendo os sujeitos como interlocutores críticos. Tais documentações estão sintonizadas conforme preconiza Bakhtin em sua teoria sobre a responsividade ética na comunicação. Como critérios de inclusão, optou-se por participantes maiores de 18 anos de ambos os gêneros de quaisquer etnias/raça moradores da comunidade/bairro que fazem uso da cozinha solidária e por pessoas em situação sem teto/desabrigadas. Foram critérios de exclusão os dependentes químicos e os moradores ocasionais (turistas, familiares visitantes e/ou moradores passageiros sem teto que migram constantemente). Ao todo, oitenta e nove participantes responderam à pesquisa.

Deste modo, essa dissertação de mestrado, nas seções que se sucederão ao longo da leitura, tratará da compreensão e entendimento das cozinhas solidárias, caracterizada pelo anseio e objetivo na superação do estado calamitoso desencadeado pela fome e das ações não vistas no imediato, mas que consolidam, interligam e formam as redes de apoio por meio dos sujeitos que materializam o território da cozinha.

Na seção seguinte, a discussão será centralizada sobre a conformação dos territórios de sócio vulnerabilidades, a configuração da insegurança alimentar nutricional nas suas diferentes categorias e a fome, além da compreensão das cozinhas solidárias como espaços de re-existências por meio da atuação dos sujeitos que concretizam o território das cozinhas enquanto lócus de partilha e atuação política

Na seção 3, são trabalhados os aspectos sócio-econômico-político que configuram o município de Aracaju, bem como os bairros que fazem parte do recorte espacial desta pesquisa, nos quais são localizadas as cozinhas solidárias, com suas contradições, desigualdades sociais e econômicas existentes nos bairros e na capital.

Na seção 4, explana-se a experiência vivenciada por meio do trabalho de campo, apresentando as cozinhas solidárias selecionadas no recorte geográfico desta dissertação. Estão expostos o trabalho, as conquistas, as dificuldades e problemáticas que permeiam a construção e consolidação de uma cozinha solidária.

E na seção 5, são expostas as considerações finais, onde são retornados os objetivos propostos e a análise crítica do percurso investigativo que foi desenvolvido nesta dissertação.

2. A MÚLTIPLA ESCALARIDADE DA POBREZA E A SOCIOVULNERABILIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS URBANOS

Essa ação que fazemos aqui, não recebemos nada e nem esperamos receber... o que nos sustenta aqui é a esperança de mudança na nossa comunidade. Essa comida, o principal ingrediente é amor e dedicação. (Relato de uma das cozinheiras, Cozinha Solidária, Mãos Unidas Morro da Reação. 2024).

A obra *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, transcende seu contexto histórico ao retratar a saga da família de Fabiano pelo sertão nordestino, fugindo da seca e da fome. Mais que um drama regional, a narrativa expõe mecanismos estruturais de exclusão que perpetuam a insegurança alimentar no Brasil. Oito décadas depois, durante a pandemia de covid-19 (2020-2023), o país reviveu cenários análogos aos descritos por Graciliano, no qual 33 milhões de brasileiros enfrentaram a fome, e 116,8 milhões viveram em insegurança alimentar (Rede PENSSAN, 2024). Em a *Geografia da Fome* ([1952] 1984, s.p.), Josué de Castro explana: “A fome é a expressão biológica de males sociológicos”. O autor desmonta o mito da “fome inevitável” no Nordeste, apontando a monocultura latifundiária e a falta de reforma agrária como causas primárias, realidade que empurra os “retirantes” para as periferias urbanas.

Josué de Castro estabelece uma sistematização analítica fundamentada em categorias como “fome endêmica”, “fome epidêmica” e “fome oculta”. Mediante métodos empíricos e conhecimentos interdisciplinares, o autor desnaturaliza o fenômeno da fome, demonstrando que esta não constitui um evento natural, inevitável, mas uma construção sócio-histórica articulada às relações de poder. O autor sustenta que a insegurança alimentar vincula-se intrinsecamente a desigualdades estruturais, cuja gênese reside na concentração da propriedade fundiária e em dinâmicas políticas e econômicas que perpetuam assimetrias sociais.

Em meados do século XX, as pesquisas realizadas por Castro identificam os fatores agravantes da insegurança alimentar nas regiões Nordeste e Norte do Brasil. Sobre o Nordeste, contudo, destacou a fome endêmica enquanto fenômeno persistente, enraizado em discrepâncias socioeconômicas que condenam comunidades à insegurança alimentar crônica. Diferentemente de episódios agudos — como guerras ou catástrofes naturais, que geram escassez abrupta —, a endemia alimentar edifica-se como uma condição duradoura, quase invisível, porém estruturalmente destrutiva. Conforme argumenta Castro (1984 [1952]), a fome não possui origem da escassez global de alimentos, mas da incapacidade sistêmica de garantir acesso equitativo a recursos nutricionais.

Carolina de Jesus, uma senhora negra, catadora de papel e favelada, inicia em 1955 a descrição de sua realidade por meio de seus diários, revelando o cotidiano de violências e fome vivenciado pela população pauperizada. Em 1958 e 1959, seus diários são publicados em revistas nacionais da época, e em 19 de agosto de 1960 o livro *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada* é publicado. Seus diários descrevem a insegurança alimentar não como abstração estatística, mas como experiência sensorial e moral.

Esse processo igualmente é observado em *Agonia da Fome* (2003), pesquisa realizada por Maria do Carmo Freitas, no bairro do Pela (Salvador – BA). A autora descreve a estrutura física e simbólica do bairro, onde está arraigada uma penúria sistêmica estrutural, que acometia os moradores.

As problemáticas descritas pelas autoras como a fome, a violência, a criminalidade e o subemprego demarcavam a realidade dos dois territórios, processos que aprofundam e distanciam a sociedade de direitos básicos, como o direito à alimentação.

Tal perspectiva é aprofundada por Ribeiro Júnior (2021), que evidencia o caráter multidimensional da fome, compreendida simultaneamente como fenômeno biológico e social. Essa leitura ressalta a necessidade de abordagens interdisciplinares, capazes de articular referenciais das ciências naturais e das ciências humanas para revelar os fatores estruturais que sustentam a persistência da fome. Nesse sentido, o enfrentamento desse fenômeno requer não apenas soluções de ordem técnica, mas, sobretudo, transformações profundas nas dimensões socioeconômicas e políticas que condicionam sua reprodução.

Logo, as escalas de insegurança alimentar e fome, dentro do escopo de produção da vida, pressionada pelo viés de expansão capitalista no território, é entendida como um processo que enfatiza a violência sofrida pela população que pertencem a grupos mais empobrecidos desse sistema produtivo. Essas múltiplas violências são pressentidas na lógica produtivista urbana, na qual as segregações socioespaciais são nítidas, diante de um paradoxo entre homogêneo e heterogêneo.

Esses ciclos de violência intensificam o processo de cronicidade do empobrecimento urbano, configurando a periferia e favela em territórios sócio vulneráveis. Essa segregação espacial, aliada à lógica excludente do mercado, cria um terreno propício para violências multifacetadas. Essa construção do urbano é fatiada em núcleos que concentram a riqueza no espaço construído para as elites e exacerba a pobreza e as inequidades nas periferias.

Essa perpetuação é atestada pela omissão do Estado na falta de investimentos estruturais nas periferias urbanas. Este, além de coibir ações violentas com o uso da força policial, mantém impunes aqueles que as praticam e pune a população vitimada.

Segundo dados do Mecanismo Internacional Independente de Especialistas para o Avanço da Justiça Racial e Igualdade na Aplicação da Lei (EMLER, sigla em inglês), o Brasil registrou mais de 6.000 mortes por ações policiais em 2023, das quais 3 em cada 4 vítimas eram pessoas negras. O relatório alerta que esses números podem ser ainda mais críticos, pois as investigações sobre mortes cometidas por policiais em periferias e favelas são conduzidas pela própria corporação policial.

Os pesquisadores do EMLER destacam que a violência nas comunidades é justificada pelo Estado sob o pretexto de uma “guerra contra o tráfico de drogas” e, mais recentemente, pela desapropriação imobiliária. Essa dinâmica está intrinsecamente ligada ao processo histórico de formação das periferias brasileiras. Durante o período da ditadura empresarial-militar, populações negras e pobres foram expulsas de áreas centrais para atender a interesses especulativos imobiliários, consolidando padrões de segregação.

Nesse contexto, a especulação imobiliária e a expansão de assentamentos precários continuam a potencializar a violência institucional, como aponta Maricato (2015). A autora demonstra que a desigualdade se manifesta na ausência de políticas habitacionais, nas remoções forçadas e na criminalização da pobreza. Afiança ainda que a “cidade ilegal” é fruto de um Estado que prioriza os interesses do capital em detrimento das necessidades da população, perpetuando ciclos de exclusão e violência.

É relevante observar que essas múltiplas violências são condicionadas a espaços comuns da produção do espaço urbano, frutos do que o sociólogo Abdoumalig Simone (2004) denomina como necropolítica. O autor destaca como a precariedade urbana gera violências cotidianas: desde a disputa por recursos escassos (saneamento, água, transporte, alimentação/refeição...) até a ação de milícias e facções. A discussão da necropolítica (Mondardo, 2019) evidencia como o Estado decide quem merece viver e quem pode ser deixado à morte, algo evidente nas periferias, onde jovens negros são alvos prioritários do extermínio.

Todavia, torna-se necessário o entendimento de que esse *status quo* de múltipla violência urbana é cultivado por decisões hegemônicas que possuem como princípio basilar a desestruturação dos países da periferia mundial. Esse sistema coordenado pela brutalidade mostra como a financeirização da economia expulsa populações para as margens das cidades, criando zonas de abandono (Sassen, 2016).

Essas múltiplas violências urbanas são resultado de um sistema que produz e explora a pobreza, que distancia os sujeitos periféricos do acesso aos direitos comuns, que priva a vida e a manifestação dessa vida. Logo, esses territórios sócio vulneráveis consistem na presença simultânea no espaço-tempo de violências, injustiças e inequidades sofridas pelos sujeitos

pertencentes a esses territórios, reproduzidas pelo Estado e reverberadas pelo tempo por meio da política, da mídia, da violência e da fome (essa última sendo considerada um ato de violência não apenas ao indivíduo, mas ao coletivo).

É necessário o entendimento de que esses sujeitos são violentados de diversas formas conjuntas e sistematicamente. Com isso, a marginalização dessas comunidades é intensificada, geográfica e socialmente, e também no campo psíquico, com a criação de cercados ideológicos e materiais, distanciando a população de direitos.

Segundo as informações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) (BRASIL, 2024), 83% da população brasileira em situação de insegurança alimentar grave concentra-se em áreas urbanas, totalizando aproximadamente 27,4 milhões de indivíduos, o que corresponde a 10% da população nacional. Adicionalmente, o mesmo relatório destaca que quase metade dos cidadãos está inserida em programas assistenciais governamentais, sendo que mais de 80% desses beneficiários residem em espaços urbanizados.

A análise dos indicadores revela que a insegurança alimentar incide predominantemente sobre famílias e indivíduos com renda per capita inferior a um salário mínimo. Esse cenário é agravado por dinâmicas urbanas, que nesse caso são compreendidas pelas transformações estruturais que ocorrem no espaço da cidade, permeadas por fatores políticos, sociais e econômicos. Ao restringirem o acesso a recursos econômicos e oportunidades de trabalho, tais dinâmicas intensificam a precarização de comunidades socialmente marginalizadas, ampliando ciclos de insegurança alimentar e, conseqüentemente, de fome.

Assim, contextualizar a (in)segurança alimentar e nutricional e a fome ultrapassa tão somente elencar os conceitos biológicos vinculados ao alimento. Fazê-lo é compreender que esses sujeitos, alocados em territórios sócio vulneráveis acometidos por essas inúmeras violências estruturais e sistêmicas, têm dificuldade de acessar a alimentação adequada. Esse debate consiste na ampliação e na compreensão de que a alimentação se insere nas esferas político-econômico-social e cultural, constituindo-se como importante para o aprofundamento e a luta em prol da segurança alimentar e nutricional e principalmente do direito à alimentação adequada e nutritiva para as populações marginalizadas.

2.1 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: A LUTA PELA CIDADANIA ALIMENTAR

O conceito de Segurança Alimentar (SA) tem sido amplamente debatido e aprofundado pelas ciências humanas/sociais e da saúde no cenário político nacional e mundial desde a

Segunda Guerra Mundial. A escolha teórica pela Segurança Alimentar (SA) como ponto de partida, exige uma distinção conceitual que remete às origens da governança global do alimento. opção por Segurança Alimentar no contexto desta pesquisa permite uma análise focada no direito de acesso e na estabilidade do suprimento, fundamentada em marcos históricos institucionais. Inicialmente, o conceito de SA, estava vinculado à disponibilidade de alimentos para as tropas militares intrincadas em conflitos armados, bem como para a população dos países envolvidos. Países com estoques alimentares insuficientes apresentariam condições precárias em conflitos de escala internacional.

A utilização do termo Segurança Alimentar pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) em 1943, ainda sob as tensões da Segunda Guerra Mundial, consolidou uma visão técnica e humanitária de proteção às populações. O motivo teórico central reside na necessidade de garantir que, independentemente da escala dos conflitos, o fluxo de alimentos não fosse interrompido. Enquanto a Soberania Alimentar foca no direito dos povos de definirem suas próprias políticas agrícolas e de produção, a Segurança Alimentar foca na garantia da oferta e do acesso nutricional. Historicamente, a SA surgiu para mitigar o uso do alimento como "arma" de guerra através de embargos econômicos. Países que não produzem o que consomem tornam-se reféns de pressões externas; por isso, a SA foi adotada como norma de proteção ao status quo da sobrevivência. Assim, a SA constituía uma estratégia dos países para garantir sua soberania em escala global (Machado; Rocha; Campos, 2015).

Ao término da década de 1930, durante o período do Estado Novo do governo Getúlio Vargas, principiaram as pressões para o combate à fome, as quais impulsionaram a elaboração do Decreto-Lei nº 399, que constituía um teto mínimo para o salário dos trabalhadores adultos, o qual, teoricamente, poderia suprir todas as suas necessidades básicas (Silva, 2014). Ainda durante este governo houve a criação de órgãos que seriam responsáveis por ações voltadas à melhoria do quadro nutricional, como foi o caso da criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) em 1942. O SAPS garantia uma alimentação adequada não apenas ao trabalhador, mas também à sua família e, para além do aspecto alimentar, aliava-se às ações educativas (Fogagnoli, 2011).

Alvim (2016), ao analisar a problemática da fome no Brasil entre 1978 e 1988, no contexto da ditadura militar e da transição para a redemocratização, destaca como a crise econômica e social aprofundou a pobreza e a desnutrição, levando a população a saques em massa em busca de alimentos em 1983, o que impulsionou debates públicos e políticos sobre a legitimidade dessas ações. Diversos movimentos sociais, sindicais, religiosos e comunitários enfrentaram a crise alimentar por meio de estratégias como cooperativas de alimentos, sistemas

de ajuda mútua e protestos públicos, além de promover soluções estruturais como a reforma agrária e o aumento dos salários.

Ainda segundo o mesmo autor, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) desempenhou um papel fundamental com sua campanha “Pão para quem tem fome” em 1985, que relacionou a fome a problemas estruturais como a desigualdade social e a falta de reforma agrária, mobilizando diversos setores da sociedade e pressionando o governo a implementar políticas públicas para sanar o problema. Durante a Assembleia Constituinte de 1987-1988, a fome foi um tema central, influenciando a criação de artigos constitucionais que garantem direitos sociais como alimentação, reforma agrária, saúde pública e proteção à infância (Alvim, 2016).

A promulgação da Constituição em 1988, após o período da ditadura militar, trouxe expectativas no que se refere à Segurança Alimentar e ao Direito Humano à Alimentação Adequada, visto que a Constituição trouxe avanços significativos para que a segurança alimentar fosse tratada com seriedade (Bezerra e Isaguirre, 2015).

Ademais, foi criado o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), com a finalidade de assegurar, por meio da aceitação dos países participantes, a legalidade das questões relacionadas aos direitos humanos, dentre as quais a segurança alimentar. O Brasil, contudo, só ratificou o PIDESC em 1992, comprometendo-se a cumprir esses direitos (Rocha, 2021).

Com o estabelecimento de políticas públicas e de instituições responsáveis por tratar o tema, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), instituído em janeiro de 2003 com o objetivo de implementar a política pública Fome Zero, buscou-se a implementação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). No mesmo ano, foi criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (Sisan) por meio da Lei Orgânica de Segurança Alimentar nº 11.346/2006 (Losan). Entretanto, somente em 2010, com a Emenda Constitucional nº 64, é que a alimentação foi reconhecida como um direito social garantido pelo Estado, conforme o artigo 6º da Constituição Federal (Souza; Ramos; Santos, 2022).

Atualmente, conforme legislado nas diretrizes governamentais, a SAN refere-se ao direito de todos ao acesso a uma alimentação regular e permanente, em qualidade e quantidade suficientes, sem afetar outros aspectos sociais de base cultural, econômica ou política (Brasil, 2006). Desvendar as múltiplas dimensões da SAN, tais como a participação da sociedade civil e os deveres basilares do Estado, tem como objetivo a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável para a população. No Brasil, essa garantia se concretiza por meio da

indissociável tetralogia: disponibilidade, acessibilidade, utilização e estabilidade, conforme preconiza a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO⁴, 2014).

A disponibilidade, segundo o Consea (2010), refere-se à produção e ao abastecimento do país, os quais são influenciados pela dinâmica e pelo poder do comércio interno e externo. No entanto, apesar de o Brasil possuir um extenso mercado agrícola, parcela significativa é dominada pelo agronegócio, caracterizado principalmente pela monocultura e pela priorização do mercado internacional. Segundo o MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária), conjuntamente com os dados consolidados do Censo Agropecuário de 2017), o agronegócio ocupa 7,5% do território de estabelecimentos agropecuários ou 63,5 milhões de hectares em lavouras. Somando as pastagens, o número escala para 26,2% ou 223 milhões de hectares.

Em contrapartida, a agricultura familiar produz alimentos em reduzidos espaços geográficos, é essencial para a segurança alimentar nutricional ao promover a garantia e a possibilidade de acessibilidade do alimento para a população. Entretanto, para que haja garantia de alimento e refeições na mesa, são necessárias condicionantes que auxiliem, tais como renda, além da diversidade alimentar que respeite os padrões culturais.

As informações da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) sobre a região Norte e Nordeste apresentam os menores indicadores de renda para aquisição de alimentos. A renda das famílias é destinada prioritariamente para quitação de contas ou para a aquisição de serviços, como transporte, energia e água.

No contexto urbano, a problemática da insegurança alimentar se entrelaça com as disparidades sociais, étnicas e econômicas que assolam as periferias além da segregação espacial, que aloca uma população empobrecida às margens da cidade, distante dos serviços e de acesso aos alimentos. Adicionam-se ainda os gastos com moradia que englobam quase que 50% da renda das famílias nesses territórios urbanos. Esse fator implica um decréscimo na SAN: em Aracaju, 66.894 pessoas, ou 30,61% da população, não têm moradia própria, fator que condiciona parcela da população a insegurança alimentar (IBGE, 2022).

A pobreza, o desemprego e a falta de acesso à moradia digna são determinantes sociais da (in)segurança alimentar, tendo em vista que a diminuição na renda propicia o declínio do acesso regular e do consumo de refeições pela população mais pobre.

⁴ A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) é a agência especializada do Sistema ONU que trabalha no combate à fome e à pobreza por meio da melhoria da segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola. Criada em 1945, a FAO também atua como fórum de negociação para debater políticas e impulsionar iniciativas ligadas à erradicação da fome e da insegurança alimentar (FAO, 2024).

A estabilidade alimentar, nesse contexto, entrelaça-se com a noção de que a disponibilidade, o acesso e o consumo dos alimentos estejam em consonância com as necessidades nutricionais individuais e coletivas. Essa harmonia, por sua vez, traduz a concretização do Direito Humano à Alimentação Adequada e à Nutrição (DHAA), que constitui não apenas como um princípio de saciedade biológica, mas como um conjunto de obrigações estatais interdependentes, voltadas à garantia do bem-estar físico, social e ambiental. Paiva et al. (2019, p. 2) assinala que a noção de “alimentação adequada e saudável pressupõe o dever do Estado em facilitar, prover e promover” acesso a alimentos nutritivos, culturalmente relevantes e economicamente acessíveis, transcendendo a mera disponibilidade calórica.

Reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU, 1999), o DHAA engloba o direito a uma alimentação digna, livre de contaminantes e ambientalmente sustentável, alinhando-se ao que se é preconizado na SAN, que prioriza sistemas produtivos locais e justiça socioeconômica (Burity et al., 2021). Trata-se de um direito indivisível, assegurado internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC, 1966), que estabelece a alimentação como um direito fundamental, contínuo e ininterrupto (Abrandh, 2007).

Entretanto, como destacam Deggerone; Wiederkehr; Bombardelli, (2023), o acesso é marcado por profundas assimetrias: enquanto populações vulneráveis enfrentam escassez de infraestrutura e oferta, grupos socioeconomicamente privilegiados desfrutam de ampla variedade e disponibilidade. Essas disparidades refletem desigualdades estruturais, influenciadas por fatores territoriais, políticas públicas fragmentadas e a capacidade de articulação entre sociedade civil e Estado.

Nesse sentido, a efetivação do DHAA demanda não apenas a disponibilização de alimentos, mas a construção de sistemas alimentares equitativos, que integrem dimensões culturais, ambientais e econômicas. A persistência de insegurança alimentar em contextos de pobreza revela a necessidade de políticas intersetoriais, capazes de combater a precariedade do acesso à terra, a informalidade laboral e a mercantilização dos alimentos. O DHAA representa um desafio social, exigindo a superação de modelos excludentes em prol de uma governança alimentar pautada pela dignidade humana.

Não se pode negar que as atribuições estatais para efetivação do DHAA se encontram em um processo de aprimoramento. As crises que permeiam a democracia no século XXI, por sua vez, exigem reflexões aprofundadas e medidas concretas para superar os desafios que impactam diretamente o acesso à alimentação saudável e adequada (Paiva et al., 2019). De acordo com Gómez-Benito e Lozano (2014), se faz necessária uma revisão para

conceituação de cidadão, uma vez que o modo de vida moderno introduz uma perspectiva consumista que se entrelaça ao entendimento de cidadania. Segundo esses autores, o debate sobre direito à cidadania modificou-se diante dos aspectos político-econômico-social e cultural, e compreende três dimensões:

1) el de los propios cambios relacionados con la alimentación, no solo desde la perspectiva del consumo, sino también desde el conjunto del sistema agroalimentario (SAA), integrando la producción –primaria e industrial– y la distribución; 2) el de las elaboraciones teóricas relativas a diversos conceptos afines o colindantes al de ciudadanía alimentaria, a los que aludiremos brevemente a lo largo del texto; y 3) el de los actuales movimientos alimentarios y sus prácticas sociales (Gómez-Benito e Lozano, 2014, p. 77).

Por conseguinte, a cidadania concerne à participação, ao pertencimento e aos direitos a educação, saúde, moradia e segurança, entre outros promulgados na Constituição Federal de 1988. De acordo com Marshall (1967), a cidadania constitui-se como um direito fundamental inerente a todos os indivíduos, independentemente de sua posição social, pressupondo o reconhecimento legal e político de sua pertença a uma comunidade. Nessa perspectiva, Machado, Rocha e Campos (2015) salientam a relevância da institucionalização de políticas públicas estruturadas, as quais visam assegurar os direitos civis, políticos e sociais, consolidando, assim, as bases para a promoção do bem-estar coletivo.

Beck (1998) e Bauman (2004) complementam essa discussão ao afirmarem que o Estado de Bem-Estar Social se sustenta na previsão legal e na efetivação de direitos essenciais, tais como acesso à educação pública, à saúde universal, aos subsídios sociais e à segurança alimentar. Nesse contexto, a prática da cidadania conforma-se não apenas como um princípio teórico, mas como um mecanismo concreto de inclusão social, demandando a atuação estatal para garantir a universalidade e a equidade no acesso a tais direitos. Isso implica, sobretudo, a priorização de ações voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade, cujas demandas exigem intervenções específicas para mitigar desigualdades estruturais.

A cidadania, como categoria política e jurídica, pressupõe a articulação entre reconhecimento institucional e garantia material de direitos, cabendo ao Estado o papel de mediador e executor de políticas que assegurem a dignidade humana e a justiça social.

Na esfera alimentar, González (2022a) salienta que o “*derecho a la alimentación*” parte do pressuposto de uma escala que começa no indivíduo, por meio da informação, do acesso e de recursos econômicos, e que se estende a uma escala coletiva, por meio de ações coordenadas por agentes das esferas pública e privada, com implicações que vão do local ao global ou ao cosmopolita.

Como asseveram Gómez-Benito e Lozano (2014), “*la ciudadanía alimentaria*” consiste na superação do entendimento de cidadania, englobando o direito à alimentação no escopo do Estado. Inclui-se nesse léxico de conceituação a participação da sociedade civil não apenas como espectadora no cenário, mas como agente ativo capaz de influenciar as decisões em diversas áreas.

Debater a cidadania alimentar consiste em um elemento caro para as ciências sociais, humanas e da saúde, uma vez que essa discussão possibilita a interconexão sobre os temas da SAN, Soberania Alimentar e do DHAA. Ao trabalhar com a Escola de Líderes Gestores em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ELIGESSAN, sigla em espanhol), Bernal Rojas (2021, p.9) asseverou:

La Ciudadanía Alimentaria permite establecer relaciones entre los conceptos de SAN y SoA, permitiendo la posibilidad de relacionarlos desde sus principios teóricos, dimensiones y componentes, a partir de las diferentes experiencias territoriales de las ELIGESSAN donde se ha puesto en práctica el Derecho Humano a la Alimentación desde lo local hacia lo regional.

A emergência da produção alimentar baseada em escalas locais tem promovido a integração de sujeitos sociais por meio da valorização da agricultura rural e urbana. Esse modelo fundamenta-se no protagonismo do cultivo e em práticas de comercialização sustentáveis, operacionalizadas por meio de circuitos curtos de comercialização (CCC). Tais mecanismos reforçam o papel estratégico da agricultura familiar ao ampliar o acesso a mercados locais (Rambo; Pozzebom; Dentz, 2019). Todavia, como assinalam Dias e Nierdele (2023), o debate em torno da justiça e do direito alimentar não pode ser sustentado apenas pela implementação de sistemas alimentares alternativos. Isso porque, segundo os autores, alimentos saudáveis, de qualidade e orgânicos são acessados exclusivamente, em sua plenitude, pelas classes mais abastadas. Logo, o debate sobre a cidadania alimentar precisa estar aliado ao acesso e à disponibilidade; à inclusão dos grupos vulnerabilizados; e à compreensão de que o ato de se alimentar é um eixo fundamental na construção de direitos básicos.

Deste modo, os CCCs articulam-se como alternativa ao modelo hegemônico dos circuitos longos de comercialização, os quais reproduzem desigualdades socioeconômicas e ambientais (Darolt e Rover, 2021). Ao priorizar a proximidade entre produtores e consumidores, esses circuitos favorecem a democratização do acesso a alimentos e a cidadania alimentar — conceito que engloba a promoção de sistemas agroalimentares justos, sustentáveis e inclusivos (González, 2022b).

Assim, a articulação entre CCCs, cidadania alimentar e mobilização social estrutura-se como via para desconstruir lógicas capitalistas, reforçando a autonomia local e a justiça

socioambiental em prol de sistemas agroalimentares democráticos. Tais políticas não apenas combatem a insegurança alimentar como também promovem, em sua amplitude, a transformação estrutural e sistêmica de vida da população (FAO, 2014).

A contradição entre a produção de commodities e a garantia da segurança alimentar no Brasil não é um subproduto acidental, mas um projeto político de uso corporativo do território. Sob a lógica do modo de produção capitalista, a terra deixa de ser meio de vida para se tornar ativo financeiro, como assevera Oliveira, (2007), com o estrangulamento da agricultura camponesa em favor do agronegócio exportador. Nesse cenário, a fome deixa de ser um problema técnico e revela-se, conforme o pensamento de Josué de Castro, como um produto biopolítico da exclusão gerada pelo Estado e pelo capital (1951). Diante da inacessibilidade aos bens básicos imposta pela precarização do trabalho e da renda, a emergência de movimentos socioterritoriais analisados por Bernardo Mançano (2009) e a adoção de práticas de Economia Solidária inspiradas por Paul Singer (2002), deixam de ser meras alternativas de consumo. Elas configuram-se como uma reexistência que busca, por meio de circuitos curtos (CCCs), democratizar o acesso ao alimento e reconstruir a cidadania a partir da autonomia local.

2.2 ENFRENTAMENTO À FOME: COZINHAS SOLIDÁRIAS NA CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RE-EXISTÊNCIAS

Em 1914, o geógrafo russo Piotr Kropotkin iniciou a discussão sobre as Cozinhas Comunistas, destacando o direito de todos terem acesso ao alimento como base fundamental para a sobrevivência. Kropotkin (1914a) observou que, no período em questão, os movimentos sociais em Paris organizavam ações com o objetivo da socialização de alimentos para com os mais vulneráveis por meio da abertura das chamadas “*popotte⁵ communiste*”.

Esses pequenos restaurantes eram mantidos por ações voluntárias de homens e mulheres que realizavam a distribuição diária de 300 almoços e 300 jantares (Kropotkin, 1914, n.p.). Na coluna do *La Guerre Sociale*⁶ ([1910] 1999), o escritor francês Émile Pouget salienta não só o preparo e a distribuição de alimentos realizados por tais restaurantes, mas também a transformação destes em cozinhas durante o período de crise alimentar e econômica,

⁵ “*Popotte*”, segundo Piotr Kropotkin, em seu texto *Cozinhas Comunistas* (1914), era uma gíria atribuída, em Paris, a pequenos restaurantes que tinham como objetivo a socialização alimentar com preços baixos para aqueles que podiam pagá-los, ou a gratuidade do alimento para os que não podiam.

⁶ *La Guerre Sociale* (1906-1916) foi um jornal antimilitarista fundado por Gustave Hervé, Miguel Almereyda e Eugène Merle, que originalmente reunia socialistas revolucionários e anarquistas em uma linha comunista libertária. Próximo do sindicalismo revolucionário e membro da Associação Antimilitarista Internacional. Gustave Hervé fundou o semanário *La Guerre Sociale* em 19 de dezembro de 1906. Tornou-se o grande jornal antimilitarista da Belle Époque, com uma tiragem de 50 mil exemplares.

enfatizando a importância desse movimento, que resultou na distribuição de mais de 2,4 mil refeições diárias em Paris no período de crise alimentar (Kropotkin, 1914, n.p.). Além disso, Kropotkin (1914b) ressaltava que a distribuição de alimentos nas cozinhas não era fixa, sendo desenvolvido um sistema de entregas com “carros motorizados” para que os assistidos por essas cozinhas pudessem realizar suas refeições em casa com seus familiares.

No cenário brasileiro de combate às desigualdades alimentares, a luta pela segurança alimentar está vinculada às iniciativas articuladas entre agentes públicos e representantes da sociedade civil. Sob a liderança de Josué de Castro, ex-diretor do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), foi implementado (1940), em parceria com o poder público, um restaurante no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro (Belik, 2023a). A instituição visava integrar serviços de alimentação acessível, assistência médica e acesso a recursos educacionais, como uma biblioteca, conformando um espaço de apoio à população local (Belik, 2023b). Entretanto, após três décadas de operação, o projeto teve suas atividades interrompidas devido ao baixo investimento e desinteresse político do período, sem alcançar continuidade institucional.

Embora o encerramento dessas iniciativas não tenha gerado repercussões amplas em razão do incipiente alcance territorial do modelo, é relevante ressaltar que as discussões sobre a precariedade das políticas públicas de segurança alimentar e a urgência de soluções estruturais para a fome já estavam em pauta no país. A efemeridade do restaurante da Tijuca refletiu não apenas desafios operacionais, mas também a complexidade histórica de consolidar ações duradouras nesse campo, ainda que seu legado teórico e simbólico tenha contribuído para debates posteriores sobre direitos sociais e a equidade nutricional no Brasil.

Em 1960, no estado do Arizona (EUA), a partir da iniciativa voluntária liderada por John van Hengel, que mobilizou a comunidade local para a doação de excedentes alimentares, foram engendrados os Bancos de Alimentos (BdA) com intuito de criar excedentes alimentares destinados à população empobrecida (Belik, 2023). Basílico e Figueroa (2020, p. 8) afirmam “*los bancos de alimentos se expandieron, primero, em los países desarrollados, y luego em aquellos em vía de desarrollo*”.

Os BdA estruturavam-se, inicialmente, em dois pilares: a participação voluntária da população e a aquisição de alimentos junto a produtores e comerciantes. Esses donativos eram armazenados e posteriormente redistribuídos a indivíduos em situação de vulnerabilidade alimentar temporária ou crônica. A eficácia demonstrada no contexto estadunidense, especialmente na mitigação de crises pontuais, impulsionou a disseminação do modelo para outros estados norte-americanos e, posteriormente, para outras nações. Essa replicação internacional evidenciou a adaptabilidade do modelo a diferentes realidades socioeconômicas,

ainda que sua sustentabilidade dependesse fortemente de engajamento comunitário e de redes de cooperação local.

Assim, os bancos de alimentos consolidaram-se como uma ferramenta complementar às políticas públicas de segurança alimentar, embora seu alcance e impacto variem diante da capacidade de articulação institucional e da disponibilidade de recursos em cada região. Basilíco e Figueroa afirmam que os bancos de alimentos,

[...] son organizaciones sin fines de lucro cuya misión consiste en la reducción del hambre, la malnutrición y el desperdicio de alimentos ...Basándose en donaciones y/o compras a muy bajo costo, estas instituciones recolectan y almacenan excedentes de alimentos y los distribuyen a organizaciones no lucrativas, las que, a su vez, los proporcionan a las personas que padecen hambre (2020b, p. 6).

Paralelamente a iniciativas governamentais, na década de 1990, o sociólogo Herbert de Souza, conhecido como Betinho, liderou uma articulação entre a sociedade civil e o Estado para enfrentar a insegurança alimentar. Em 24 de abril de 1994, a Associação Comitê Rio da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida iniciou a Campanha da Cidadania, mobilizando a população para combater as desigualdades estruturais relacionadas à fome. Em 1995, sob a coordenação de Betinho, intensificaram-se reivindicações pelo direito à produção alimentar e à reforma agrária, especialmente diante da existência de cerca de 200 milhões de hectares de terras improdutivas no país (ORG, 2023).

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelavam que, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, aproximadamente 32 milhões de brasileiros viviam em situação de fome (Freitas, 2003). Essas demandas, articuladas à luta por moradia e acesso à terra, visavam não apenas mitigar a fome, mas enfrentar suas raízes socioeconômicas mais profundas. Tal perspectiva alinha-se à análise estrutural da fome realizada por Freitas (2003, p. 14), que afirma: “A fome é, portanto, uma manifestação que surge com a formação das sociedades de classes. A própria origem da palavra fome está associada ao aparecimento da desigualdade social no mundo”. Silva (2023) reforça esse ponto, destacando que a fome desempenha um importante papel na configuração das divisões de classe e na perpetuação da pobreza – dinâmicas com bases históricas profundas refletidas nas desigualdades estruturais brasileiras – funcionando como um mecanismo intrínseco à lógica capitalista. A urgência expressa pelo lema “Quem tem Fome tem Pressa” impulsionou movimentos sociais e políticas públicas, culminando, na transição para os anos 2000, em programas de combate à insegurança alimentar em áreas rurais e urbanas.

Nesse cenário, no final dos anos 1990, inspirados na iniciativa estadunidense, os primeiros BdA do Brasil foram criados por uma ONG que reuniu profissionais de nutrição, saúde e alimentação. Paralelamente, a Federação do Comércio do Estado de São Paulo, mediante acordos fiscais com o poder público, instituiu o programa Mesa São Paulo — vinculado ao Serviço Social do Comércio (SESC) —, que viabilizou a arrecadação e distribuição de doações alimentares de empresas associadas. Entretanto, esse programa, além de não fortalecer a SAN, distorceu o propósito de direito à alimentação por meio uma política meramente assistencialista sem o escopo da superação da fome.

Segundo Silva e Schneider (2015), no final do século XX, o Programa Bolsa Família (PBF) surgiu com o propósito de resolver o problema da pobreza e fome crônica de modo imediato. Os autores asseveram que o programa foi criado para unificar e centralizar outras políticas públicas, como o Bolsa Escola, e que, para além da transferência de renda, o programa atuava na capacitação, trabalho, microcrédito, qualidade de vida, cultura, emissão de documentos, dentre outros serviços (Silva e Schneider, 2015). Essa articulação com diversos setores sociais possibilitou à população pauperizada do país condicionalidades para o acesso à alimentação. Cotta e Machado (2013) afirmam que o programa ampliou significativamente o acesso a alimentos por parte das famílias beneficiárias. Porém, as autoras alertam para um paradoxo observado: o incremento no consumo de produtos hipercalóricos e ultraprocessados entre os beneficiários, o que propiciou um “fator de risco para o desenvolvimento de sobrepeso, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis” (Cotta e Machado, 2013, p. 59). Apesar das contradições, é indiscutível o impacto positivo do PBF na diminuição dos índices de pobreza extrema. Essas ações destacam a convergência entre mobilização social, expertise técnica e políticas institucionais, configurando um marco no enfrentamento da fome como fenômeno multidimensional, vinculado a questões agrárias, econômicas e de justiça social.

Essa articulação ampliou o alcance das políticas públicas, especialmente em regiões periféricas urbanas e rurais, historicamente marcadas por insegurança alimentar crônica, retratada em obras como *Vidas Secas* (Ramos, [1938] 2013), *Geografia da Fome* (Castro, [1952] 1984), *Quarto de Despejo* (Jesus, 1960) e *Agonia da Fome* (Freitas, 2003).

Como resultado dessas políticas, o Brasil foi excluído do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas⁷ (ONU) entre 2003 e 2015. Entretanto, a partir de 2017, com o desmonte de

⁷ O Mapa da Fome é um indicador global da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) que lista os países onde mais de 2,5% da população sofre de subalimentação grave (insegurança alimentar crônica). (BRASIL, 2024).

políticas públicas e retrocessos na agenda social, o país retornou a essa configuração social (Santos, Silva, 2023). Esse revés está vinculado a um contexto político marcado pela fragilização de instituições democráticas e pelo desinvestimento em programas sociais, evidenciando a volatilidade das conquistas em segurança alimentar frente a crises estruturais.

O período entre o *impeachment* da então presidente da República Dilma Rousseff e a ascensão da extrema-direita foi marcado pela erosão de direitos sociais historicamente consolidados. Tal erosão foi impulsionada por reformas legislativas, como a alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e pelo desmonte de políticas públicas durante o governo Bolsonaro, fatores que ampliaram significativamente os índices de pobreza (Machado; França; Rangel, 2021). Lima (2019, p. 210), ao abordar a ascensão da extrema-direita no Brasil, ressalta semelhanças desse fenômeno com a tomada de poder do nazismo na Alemanha, na qual os discursos anticultural, antidiversidade e antipluralidade arraigados no ódio formaram a base política da extrema-direita. Além desses fatores, o total descaso com a classe trabalhadora e o inflamar do discurso do empreendedorismo na ideologia neoliberal alimentaram o abandono político da população. Essa dinâmica foi agravada pela pandemia de covid-19, que aprofundou as desigualdades sociais e a Insegurança Alimentar e Nutricional (SAN) em múltiplas dimensões — social, política e econômica —, como destacam Rodrigues; Kauchakje; Oliveira (2023).

Nesse contexto, destaca-se a incapacidade global de cumprir as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relativas à SAN, como aponta a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2024). No Brasil, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) apresentou em relatório de 2020 a gravidade da sobreposição entre a crise econômica e a emergência sanitária. Os dados revelaram que 55,2% dos domicílios brasileiros enfrentavam algum grau de insegurança alimentar no final de 2020 — aumento de 54%, quando o índice era de 36,7%. Ademais, 9% das residências (equivalente a 19 milhões de pessoas) vivenciavam insegurança alimentar grave, patamar comparável aos dados identificados em 2004, quando 9,5% da população se encontrava nessa condição, segundo o Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 (Vigisan).

Esse cenário refletiu não apenas a descontinuidade de políticas sociais, mas também a intersecção entre crises estruturais e conjunturais, que revertem conquistas anteriores e expõem a fragilidade dos mecanismos de proteção social. A regressão aos níveis de insegurança alimentar de 2004 simboliza um retrocesso histórico, evidenciando a urgência de rearticulação de agendas públicas que integrem dimensões econômicas, sanitárias e de equidade.

O caso brasileiro ilustra como avanços sociais podem ser revertidos em cenários de instabilidade institucional. O recrudescimento da fome no período pós-2016 reflete não apenas a descontinuidade de políticas, mas também a intersecção de fatores econômicos, ambientais e sociopolíticos. Analisar esse processo é crucial para compreender a natureza cíclica da insegurança alimentar, que transcende a mera escassez de alimentos.

As crises políticas instauradas pelos governos pós-golpe resultaram na estagnação dos avanços socioinstitucionais alcançados pela sociedade civil e pelos movimentos sociais. Tais retrocessos lançaram uma sombra sobre as expectativas de transformação estrutural, especialmente entre populações vulneráveis, tanto em contextos rurais quanto em urbanos.

Arrais et al. (2020) descrevem as dificuldades enfrentadas pela população, principalmente no espaço urbano, no período pandêmico, para aderir ao isolamento social, por conta da ausência de espaço nas moradias, necessidade de renda e acesso a recursos básicos, como alimentação. Brandão; Burgos; Telles (2021); Horstmann e Severo (2023); De Sordi (2023), asseveram em seus estudos que os movimentos sociais demonstraram resiliência estratégica e ampliação de seu alcance político no período subsequente, marcado pela intersecção entre instabilidade democrática e a crise sanitária global.

Nesse contexto, o surgimento das cozinhas solidárias vinculadas aos movimentos sociais e à sociedade civil, propiciou um eixo catalisador de re-existência (Arruda e Fonseca, 2018), sustentando não apenas a mobilização por equidade nas múltiplas dimensões cabíveis, mas também a manutenção de perspectivas de esperança coletiva nas periferias urbanas, onde as desigualdades se acirraram de forma mais aguda.

Fundamentadas nos princípios da solidariedade e da garantia de alimentação saudável para populações em vulnerabilidade socioeconômica, as cozinhas solidárias emergiram em 2020 como resposta às crises multidimensionais — social, sanitária e política — que assolaram o país em períodos de instabilidade estrutural. Tais iniciativas consolidaram-se como mecanismos estratégicos com vistas ao combate à insegurança alimentar, alinhando-se à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e da Cidadania Alimentar. Constituídas por movimentos sociais e organizações não governamentais, tais cozinhas representam uma evolução em escala nacional das Cozinhas Comunitárias, ampliando seu escopo para além da dimensão assistencial.

Lunardon (2023a) afirma que as Cozinhas Comunitárias se caracterizavam por ações pontuais e assistencialistas —ativismo social (Souza, 2008) —, direcionadas ao fornecimento de refeições para grupos populacionais marginalizados. Embora relevantes no contexto imediato de carência, tais iniciativas limitavam-se à distribuição de alimentos, sem incorporar

perspectivas críticas sobre as estruturas geradoras de desigualdade. Em contrapartida, as cozinhas solidárias, como analisa Lunardon (2023b), transcendem a esfera meramente alimentar, assumindo um papel político-pedagógico. Nelas, o ato de cozinhar e compartilhar alimentos transforma-se em um espaço de articulação coletiva, mobilizando participantes na luta por direitos fundamentais e na reivindicação de cidadania plena.

As cozinhas solidárias são conformadas como fenômeno paradigmático de re-existência sociopolítica frente à precarização sistêmica imposta pelo neoliberalismo, modelo que, consoante a análise de Harvey (2005), aprofunda desigualdades por meio da desregulamentação estatal e da mercantilização da vida.

Diante da catástrofe, as cozinhas solidárias, articuladas por movimentos como MTST, MST, Levante Popular da Juventude e Mãos Solidárias, assumiram papel central para minimizar a crise humanitária. Tais movimentos produziram e distribuíram mais de 200 mil marmitas apenas em Porto Alegre, tornando-se espaços de sociabilidade e autogestão (MTST, 2024). Para além da segurança alimentar, essas iniciativas (mapeadas em mais de 2 mil unidades pelo Programa Federal de 2023) operam como “dispositivos de emancipação”.

As cozinhas solidárias podem ser compreendidas como espaços coletivos nos quais comunidades enfrentam a insegurança alimentar por meio da preparação e partilha de refeições. Para além de sua dimensão prática, constituem-se como um fenômeno social complexo, que exige uma abordagem teórica capaz de situá-las como categoria analítica. Nesse sentido, sua expressão reflexiva e sua prática manifestam-se pela multifuncionalidade, pela multidimensionalidade e pela multiespacialidade, articulando movimentos sociais, perspectivas feministas, economia política e estudos alimentares, ao mesmo tempo em que promovem lutas e abrem possibilidades para alternativas societárias.

Alberto Melucci (1996) assevera que movimentos sociais constroem identidades coletivas por meio de ações simbólicas e redes de solidariedade. As cozinhas solidárias, ao congregar indivíduos em torno de objetivos comuns (como segurança alimentar e inclusão), reforçam identidades coletivas baseadas na cooperação.

A compreensão das cozinhas solidárias enquanto experiência coletiva exige um diálogo entre paradigmas clássicos e contemporâneos da teoria dos movimentos sociais. Como aponta Gohn (1997), os movimentos não podem ser entendidos apenas como reações espontâneas a carências materiais, mas como processos históricos de construção de sujeitos políticos, saberes e práticas que articulam reivindicação, identidade e ação coletiva. Nesse sentido, as cozinhas solidárias extrapolam a noção assistencialista e se configuram como espaços de produção

política cotidiana, nos quais o direito à alimentação se articula à luta por cidadania, dignidade e reconhecimento, tensionando as fronteiras entre sociedade civil, Estado e políticas públicas.

Fernandes (2012), ao distinguir movimentos socioterritoriais e socioespaciais, contribui para aprofundar essa análise ao evidenciar que a ação coletiva se materializa no espaço e o transforma. As cozinhas solidárias podem ser compreendidas como práticas socioterritoriais na medida em que se enraízam em territórios populares marcados por desigualdades estruturais, disputando usos do espaço urbano e construindo formas alternativas de organização social. Elas não apenas ocupam um lugar físico, mas produzem territorialidades baseadas na solidariedade, no trabalho coletivo e na resistência às lógicas mercantilizadas do alimento, confrontando, ainda que de modo localizado, o território do capital e suas formas de exclusão.

Embora a Lei nº 14.628/2023, regulamentada pelo Decreto nº 11.937/2024, defina as cozinhas solidárias como tecnologia social de combate à fome — caracterizadas como ação organizada da sociedade civil destinada à produção e oferta gratuita de refeições a grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar, incluindo a população em situação de rua —, o presente trabalho compreende que tais iniciativas podem ser analisadas também sob o prisma do movimento socioterritorial. Essa perspectiva fundamenta-se, sobretudo, no vínculo que lideranças e voluntários estabelecem com o território e com a identidade coletiva, bem como no anseio de transformação estrutural das condições historicamente impostas de precarização e fome de natureza sociopolítica.

Entretanto, como alerta Cardoso em seu “balanço crítico sobre os movimentos sociais urbanos” (1983), é necessário analisar essas experiências sem romantização, atentando para os riscos de institucionalização, fragmentação e despolitização. As cozinhas solidárias operam em uma zona de tensão: ao mesmo tempo em que fortalecem vínculos comunitários e ampliam a capacidade de organização popular, podem ser absorvidas por políticas focalizadas ou por práticas de gestão da pobreza.

Ainda sobre o debate analítico das cozinhas solidárias, cabe apontar que o feminismo tem o papel central das mulheres nessas iniciativas, já que elas lideram processos de produção alimentar, desafiando divisões de gênero e ressignificando o cuidado como ato político.

Carolyn Steel (2008) articula a relação entre alimentação e organização espacial, argumentando que as cidades são moldadas por fluxos alimentares. Observa-se nas cozinhas solidárias a criação de núcleos de sociabilidade que contestam a segregação imposta pelo mercado. James Scott (1985), com o conceito de “resistência cotidiana”, mostra como essas práticas sutis desafiam estruturas de poder, transformando atos aparentemente ordinários em formas de insurgência.

A convergência desses temas levantados demonstra que as cozinhas solidárias constituem uma categoria analítica multifacetada, composta de núcleos de organização popular configurados como espaços de contestação e construção de políticas públicas alternativas.

Nesse sentido, percebe-se nas iniciativas periféricas das cozinhas solidárias aquilo que Paulo Freire (1968) chamou de educação emancipatória, ou seja, a educação que brota da conscientização dos oprimidos diante das opressões vivenciadas.

Dentro das comunidades periféricas, essas iniciativas atuam como agentes de mudança social, articulando-se em torno de um polígono que integra trabalho, renda, solidariedade e comida. O devir manifestado por essas cozinhas destaca-se por seu potencial para interromper o *status quo* (de violência, insegurança alimentar e fome) e fomentar novas práticas alimentares e sociais em comunidades periféricas.

Na próxima subseção, será objeto de análise a multifuncionalidade das cozinhas solidárias em seu contexto territorial, explorando suas dinâmicas operacionais, contradições inerentes ao modo de produção capitalista e os processos de re-existência engendrados por movimentos sociais, assim como os mecanismos criados para a superação da insegurança alimentar com vistas ao cumprimento do direito à alimentação.

2.3 O DEVIR CONTINUUM DAS COZINHAS SOLIDÁRIAS: TRABALHO E SOLIDARIEDADE

As cozinhas solidárias emergem como um sustentáculo de re-existência, originado de processos coletivos de luta e reafirmação identitária. Essas iniciativas constituem-se como espaços de apropriação social, voltados ao enfrentamento das desigualdades estruturais e à consolidação de territórios que promovem a cidadania alimentar e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Nesse contexto, sua relevância transcende a mera distribuição de alimentos, consolidando-se como instrumentos de fortalecimento comunitário e de reivindicação aos direitos fundamentais.

Lefebvre (1991), ao abordar a produção do espaço, destaca como os espaços sociais são construídos e reconstruídos por meio de práticas cotidianas. As cozinhas solidárias, ao transformarem espaços físicos em locais de encontro e partilha, redefinem o espaço social das comunidades periféricas, tornando-os lugares de re-existência. Essas iniciativas não apenas garantem o acesso a alimentos, mas também fomentam oportunidades laborais e de geração de renda, fortalecendo a economia local.

O território por sua vez, constitui-se como um *locus* de conflito, marcado por processos dialéticos de destruição e reconstrução, nos quais se articulam práticas de re-existência. Sob

uma perspectiva teórica, sua concepção pode ser classificada em duas dimensões inter-relacionadas: a analítica, vinculada às relações de poder, e a prática, associada à construção de identidades (Haesbaert, 2020). Essa dualidade revela-se fundamental para compreender como as dinâmicas territoriais transcendem a materialidade espacial, imbricando-se em disputas simbólicas e políticas.

Nesse sentido, Raffestin (1980 [2009]) destaca que as estruturas territoriais emergem de interações biofísicas (processos físico-químico-biológicos inerentes aos sistemas vivos), sobre as quais os seres humanos exercem transformações sociais. Ao manipular matérias-primas e delimitar espaços, as sociedades instituem mecanismos de controle e poder, convertendo o espaço bruto em território organizado. Tal processo não é neutro: reflete hierarquias socioeconômicas e reproduz assimetrias, consolidando domínios que perpetuam a exclusão.

Nesse contexto, observa-se a materialização das relações de poder na esfera alimentar, onde a dominação dos “impérios alimentares” (Van Der Ploeg, 2008) evidencia a apropriação capitalista dos territórios. O capital, em sua lógica expansiva, instrumentaliza crises para se reproduzir, gerando contradições intrínsecas; por um lado, a mercantilização dos recursos naturais; de outro, a marginalização de comunidades tradicionais. Essa dinâmica não apenas aprofunda injustiças alimentares, mas também expropria saberes e práticas locais, subordinando territórios a interesses transnacionais. Assim, a re-existência contra essa ordem hegemônica manifesta-se na reivindicação de soberania territorial e alimentar, articulando lutas que desafiam a reprodução do capital em suas múltiplas escalas.

Ao estudar as cozinhas solidárias, o entendimento do território torna-se intrínseco para compreender o funcionamento desses movimentos. Desta forma a abordagem territorial, fundamentada na geografia e sociologia, enfatiza a dimensão local como eixo estruturante de políticas e ações coletivas, considerando dinâmicas sociais, culturais, econômicas e ambientais intrínsecas ao território. Nesse contexto, as cozinhas solidárias são iniciativas comunitárias que materializam princípios territoriais, articulando segurança alimentar, resistência política e construção de redes locais.

Por meio da atuação política e da articulação social, essas iniciativas promovem um devir *continuum*, que redefine o território e fortalece a re-existência contra as desigualdades do sistema alimentar contemporâneo. Nesse sentido, as cozinhas solidárias não são apenas espaços de alimentação, mas também de luta e esperança por um futuro mais justo e solidário.

Desse modo, impulsionada pela articulação entre sociedade civil e movimentos sociais populares rurais e urbanos, a iniciativa nacional liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), movimento derivado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST), ampliou sua atuação durante a pandemia de covid-19. Essa expansão conformou-se como uma ação estratégica para mitigar a insegurança alimentar, consolidando espaços coletivos de preparo e distribuição de refeições destinadas a populações em vulnerabilidade socioeconômica. Tais iniciativas desempenharam papel fundamental ao assegurar acesso quantitativo e qualitativo à alimentação, com vistas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

A reconfiguração do cenário político nacional, marcada pelo retorno do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e pela rearticulação de políticas públicas de combate à fome, delineou um horizonte estratégico para a ampliação dessas iniciativas. Esse movimento possibilitou a integração de investimentos financeiros e de trabalho social, tanto em contextos urbanos quanto em rurais, por meio de políticas públicas, além de fomentar diálogos institucionais entre entidades da sociedade civil e o Estado.

Nesse cenário, destaca-se a institucionalização do Programa Nacional de Cozinhas Solidárias, em 20 de julho de 2023, na Lei nº 14.628, e sua regulamentação ocorreu em 2024 sob a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O programa, alinhado aos objetivos de combate à fome e fortalecimento da SAN, representa um marco na formalização de ações intersetoriais. Para operacionalizá-lo, o Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS) conduziu um mapeamento nacional, disponibilizando em sua plataforma digital um formulário eletrônico e uma cartilha orientativa para o cadastramento de entidades vinculadas à segurança alimentar. Conforme dados oficiais (BRASIL, 2023), foram identificadas 2,4 mil unidades de cozinhas solidárias distribuídas nacionalmente, categorizadas conforme a capacidade operacional: 1,2 mil em funcionamento contínuo, 800 com operação intermitente, e 400 inativas devido à insuficiência de recursos financeiros.

A Secretária de Segurança Alimentar e Nutricional, Lilian Rahal, ressaltou o papel fundamental da sociedade civil na mobilização social, especialmente na criação e manutenção dessas cozinhas. Tais iniciativas, conforme destacado, viabilizaram a distribuição de alimentos por meio de arrecadações e entregas de cestas básicas, direcionadas a populações em vulnerabilidade socioeconômica. Esse processo exerce a sinergia entre Estado e sociedade civil, na qual as cozinhas solidárias não apenas mitigam a insegurança alimentar imediata, mas também reforçam redes de solidariedade e a participação cidadã.

A consolidação das cozinhas solidárias como política pública reflete um avanço na construção de um modelo inclusivo de SAN, aportado na cooperação entre diferentes atores sociais e na valorização de práticas comunitárias. Tais esforços, em conjunto com marcos legais

restabelecidos, apontam para a possibilidade de transformação estrutural no combate às desigualdades alimentares no Brasil.

Impõe-se a necessidade de que políticas públicas direcionadas à segurança alimentar estejam integradas a práticas sociais articuladas de modo sinérgico, considerando a multiescalaridade inerente ao sistema alimentar (que abrange dimensões locais, regionais e globais) e valorizando as pluralidades culturais, econômicas e territoriais. Tal integração é fundamental para fomentar processos de re-existência — isto é, estratégias coletivas de resistência e reconstrução — e contrapor-se ao desmonte de políticas estruturantes, fenômeno agravado em contextos de crise (Campos e Goldfarb, 2021).

Nesse contexto, as medidas emergenciais adotadas pelo governo federal configuram-se como respostas à urgência imposta pela crise no abastecimento alimentar, intensificada durante a pandemia de covid-19. Conforme destacam Campos e Goldfarb (2021), a conjugação entre a escalada da insegurança alimentar e o esvaziamento de mecanismos de proteção social exigiu intervenções imediatas, ainda que inertes, para reverter cenários históricos de desigualdade.

Entretanto, é imperativo uma análise crítica a respeito dos entraves estruturais que perpetuam a vulnerabilidade do sistema. Destaca-se, nesse sentido, a concentração oligopolista do setor varejista, ampliada geometricamente nas últimas décadas (especialmente durante os governos de 2017 a 2022). Como demonstram Reardon et al. (2019), a expansão de grandes redes supermercadistas consolidou relações comerciais assimétricas, caracterizadas pela imposição de preços aviltantes, exigências de regularidade no fornecimento e volumes de produção incompatíveis com a capacidade da agricultura familiar. Essas práticas não apenas marginalizam pequenos produtores, mas também reproduzem ciclos de exploração econômica, reforçando a dependência de atores hegemônicos na cadeia alimentar.

A complexidade das dinâmicas contemporâneas de segurança alimentar revela contradições profundas entre ações emergenciais de combate à fome e a perpetuação de estruturas de dominação corporativa no sistema alimentar. Nesse contexto, observa-se que as cozinhas solidárias são progressivamente integradas a circuitos alimentares controlados por grandes redes supermercadistas. Tal fenômeno reflete uma tensão entre a lógica solidária e a reprodução de modelos hegemônicos, conforme apontado por Graziano (2019) em análises sobre a mercantilização das políticas sociais.

Por meio de dados do relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (FAO, 2021), a insegurança alimentar grave atinge 15% da população brasileira, cenário que intensifica a dependência de doações. Nesse quadro, supermercados têm utilizado sua posição dominante para direcionar alimentos próximos ao vencimento — majoritariamente

ultraprocessados, como macarrões instantâneos, arroz pré-temperado e enlatados — para essas iniciativas sociais. Embora parte dos itens doados inclua frutas e hortaliças, que são redistribuídos *in natura* ou transformados em refeições coletivas (como sopas comunitárias e marmitas), a predominância de produtos industrializados reforça um paradoxo: a subsistência imediata da população vulnerável é garantida, mas sob a lógica nutricionalmente questionável e ambientalmente insustentável do agronegócio (Monteiro, 2020).

Essa dinâmica, como argumenta Pacheco (2018), condiciona uma forma de “filantropia corporativa”, na qual as empresas convertem excedentes de baixa qualidade nutricional em capital simbólico, ao mesmo tempo em que mantêm sua hegemonia sobre a cadeia produtiva. Como destaca Belik (2016), tal conformidade fragiliza a luta por sistemas alimentares locais e agroecológicos, já que a caridade substitui a garantia estrutural de direitos.

Em síntese, a contradição central reside na coexistência de uma resposta imediata à fome e na consolidação de um sistema alimentar corporativo que a produz. Para superá-la, é necessário transcender a lógica assistencialista e fortalecer políticas públicas que priorizem a soberania alimentar, preconizado no marco teórico da democracia alimentar (Maluf, 2017).

Na perspectiva teórica de Ribas (2022), a conjuntura analisada configura-se como uma manifestação de injustiça alimentar, conceito que se insere no âmbito mais amplo da justiça alimentar. O autor destaca que essa noção abarca dimensões interligadas, como as dinâmicas de cultivo, produção, distribuição e acesso aos alimentos, além de articular-se às lutas coletivas contra desigualdades estruturais e assimetrias de poder. A injustiça alimentar caracteriza-se como a negação sistemática dessa justiça, demandando uma análise crítica sobre os agentes e estruturas que a perpetuam, bem como os mecanismos que a sustentam.

Cabe destacar que os movimentos em prol da justiça alimentar emergem, predominantemente, de iniciativas populares e da articulação de movimentos sociais na reivindicação por direitos básicos, como a alimentação, aspecto já evidenciado neste texto. Esse direito pressupõe não apenas o acesso físico aos alimentos, mas também o respeito às singularidades culturais dos sujeitos, à sustentabilidade ambiental dos sistemas produtivos e à garantia de que a alimentação (entendida como “comida de verdade”) seja um bem acessível a indivíduos e coletividades, promovendo dignidade e equidade (Tavares, 2021).

Define-se como “alimento autêntico” (ou de verdade) aquele que preserva sua estrutura natural, isento de modificações químicas ou aditivos capazes de comprometer a saúde humana e o equilíbrio ambiental (Costa et al., 2018). Além disso, esse conceito transcende a dimensão nutricional, abarcando princípios éticos e socioambientais. Demeterco (2019) ressalta que a alimentação autêntica se configura como expressão cultural, devendo ser saudável, atender às

demandas individuais e coletivas, fortalecer rituais e perpetuar tradições, consolidando-se como elemento central na construção identitária.

Sob essa perspectiva, o alimento autêntico está intrinsecamente vinculado a práticas de produção que respeitam os limites territoriais, que evitam conflitos sociais, que priorizam o cultivo sustentável da agricultura familiar e as relações justas entre produtores, comunidades e o ecossistema, e que carregam saberes tradicionais ao mesmo tempo em que reivindicam direitos sociais e o direito à terra.

A defesa dos Direitos Humanos e do direito à Cidadania Alimentar edifica-se, portanto, como um mecanismo fundamental para que a sociedade estabeleça limites normativos ao abuso de poder, afirmando sua soberania perante quaisquer formas de exclusão, discriminação e opressão, em busca da transformação social (Guerra, 2022, p. 6). No âmbito alimentar, a noção de autenticidade está intrinsecamente ligada à origem espacial específica. Como destaca Poulain (2013), a comida genuinamente “autêntica” emerge de um *terroir* particular, portando marcas identitárias indelévels vinculadas a um lócus cultural e geográfico definido. Em contraste, a produção alimentar industrializada, operando sob lógicas desterritorializadas e padronizadoras, dissocia-se radicalmente de qualquer matriz espacial discernível. Esta ausência de procedência claramente definida não apenas esvazia sua carga simbólica, como também corporifica o processo de homogeneização cultural criticado por Poulain (2013), no qual os alimentos perdem sua função essencial como vetores de memória coletiva e pertencimento.

Em contrapartida, a participação do Estado na implementação de programas político-sociais, em sinergia com iniciativas como as cozinhas solidárias, tem se mostrado fundamental para mitigar o agravamento da insegurança alimentar. Tais políticas não apenas respondem a emergências nutricionais, mas também fortalecem a agricultura familiar, promovendo relações equitativas entre produtores e consumidores, conforme destacam Darolt e Rover (2021b). Essa articulação assegura o acesso a alimentos adequados e saudáveis, alinhando-se aos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da justiça social.

Essas ações conjecturadas com as dinâmicas de troca e solidariedade, centradas no alimento como elemento vital, reforçam a luta contra a exclusão socioeconômica. Jalil (2009), assinala que a soberania alimentar emerge como paradigma transformador, ao integrar sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis, baseados na equidade e na participação comunitária. É mediante esse percurso que se tem,

[...] um extenso conjunto de relações, com ênfase para o direito dos povos de definir sua política agrária e alimentar, avalizando, assim, o abastecimento de suas populações, a preservação do meio ambiente visando a busca por um desenvolvimento

mais sustentável e a proteção de sua produção frente à concorrência com países mais capitalizados de maneira autônoma e soberana (Lima et al., 2019).

Essa concepção de soberania alimentar dialoga diretamente com a esfera político-estatal, que, por meio de incremento de recursos e suporte institucional, estrutura políticas públicas voltadas ao fortalecimento dessas práticas. Nesse sentido, conforme o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), com base na nova resolução do Decreto nº 11.422, de 28 de fevereiro de 2023, sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (integrante do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan, criado em 2006 pela Lei nº 11.346), o novo PAA de 2024 tem as seguintes diretrizes: os produtos são adquiridos a preços compatíveis com os praticados nos mercados regionais, por meio de cinco modalidades; compra com doação simultânea; PAA-Leite; compra direta; compra institucional e apoio à formação de estoques.

O novo formato do PAA prioriza a compra de alimentos produzidos por famílias inscritas no Cadastro Único e, em seguida, por povos indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores, negros, mulheres, juventude rural, idosos, pessoas com deficiência e famílias de pessoas com deficiência como dependentes. Além disso, o programa aumenta o valor individual que pode ser comercializado pelas agricultoras e pelos agricultores familiares de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil, nas modalidades doação simultânea, formação de estoques e compra direta. O PAA também retoma a participação da sociedade civil na gestão por meio do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA) e do Comitê de Assessoramento do GGPAA, e institui a participação mínima de 50% de mulheres na execução do programa no conjunto de suas modalidades (antes era de 40%).

Observa-se que programas que haviam sido extintos ou paralisados foram retomados para reconstruir e fortalecer o acesso e o direito à alimentação, à SAN e à cidadania alimentar. As diretrizes do PAA de 2024 diferem daquelas de 2010, tendo em vista a maior articulação com a sociedade civil, entidades gestoras, assim como a ampliação na compra de produtos da agricultura familiar e a integração do programa cozinha solidária PCS.

Nesse contexto, as cozinhas solidárias passaram a ser reguladas pelo Decreto nº 14.628/2023, assinado em março de 2024 pelo Presidente Lula, sendo coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em parceria com entidades privadas sem fins lucrativos. Outro aspecto positivo refere-se à alocação de R\$ 30 milhões em recursos destinados à oferta de refeições, os quais podem ser acessados pelas entidades gestoras via editais de chamada pública. Todavia, é necessário que as políticas públicas sejam articuladas a práticas sociais que considerem a multiescalaridade do alimento e evidenciem suas pluralidades, de

modo a fortalecer processos de re-existência. Como destacam Niederle e Wesz Junior (2022), as ações delineadas pelo Estado em benefício da sociedade frequentemente são estruturadas a partir de binaridades sistêmicas próprias da lógica estadocêntrica, o que resulta em descompassos entre os resultados obtidos e os objetivos primordiais dessas políticas.

Logo, as cozinhas integradas ao edital e participantes de forma conjunta com o MDS serão orientadas por diretrizes disponibilizadas no decreto: acesso à alimentação adequada e saudável, de acordo com os preceitos do Guia Alimentar para a População Brasileira; participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle do programa; intersetorialidade, articulação e coordenação das ações relativas à segurança alimentar e nutricional; e valorização da cultura alimentar e incentivo à utilização dos alimentos provenientes da agricultura familiar e da agricultura urbana e periurbana. As medidas adotadas pelo governo, respondem à necessidade e urgência, como apontado por Campos e Goldfarb (2021), em relação à crise no abastecimento alimentar que assolou o país durante a pandemia e o desmonte público.

Na seção subsequente, será alvo de análise a conformação socioterritorial do município de Aracaju, os entraves políticos e as contradições arraigadas por meio de um discurso desenvolvimentista que busca vender a capital do estado de Sergipe como uma “cidade de qualidade de vida”. Todavia, por meio da análise dos dados e da investigação realizada, constatou-se o processo de exacerbação das desigualdades, da miséria, do empobrecimento e da fome.

3 CONFIGURAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DE ARACAJU/SE

Nosso sonho é que tenha uma transformação em nossos bairros, Santa Maria, Soledade, Japãozinho, enfim, nas periferias. Não estamos fazendo caridade ou assistencialismo, aqui nas cozinhas. Estamos mostrando que pode haver outro caminho, isso é a solidariedade. (Cristiano, liderança das cozinhas solidárias.

A presente seção tem como propósito apresentar a conformação do município de Aracaju/SE, recorte territorial desta pesquisa alicerçada nos processos históricos que impulsionaram a ocupação territorial. Ademais, serão analisadas as desigualdades sociais, os índices de insegurança alimentar e fome, as discrepâncias relacionadas a renda, gentrificação, educação e moradia. Além desses fatores, serão apresentados os dados sobre investimentos na indústria e no comércio com o propósito do desenvolvimento engendrado pelo viés capitalista. Por fim, a seção traz a discussão sobre os bairros que compõem o recorte espacial desta pesquisa, evidenciando o quão desigual é o território aracajuano.

3.1 ASPECTOS TERRITORIAIS, POPULACIONAIS E SOCIAIS – ARACAJU/SE

Aracaju, capital do estado de Sergipe, constitui-se como um caso paradigmático de planejamento urbano fundamentado em princípios cartesianos e positivistas. Conforme analisa França (2000, p. 133), sua concepção visou primordialmente centralizar o poder político e a riqueza estadual, resultando numa estrutura urbana marcada pela segregação social. Essa configuração engendrou uma cidade de contrastes, onde a “qualidade” — entendida como a reprodução privilegiada da vida material — coexiste de forma intrínseca com a manifestação da miséria, fator esse que não se distancia da realidade de outras capitais brasileiras.

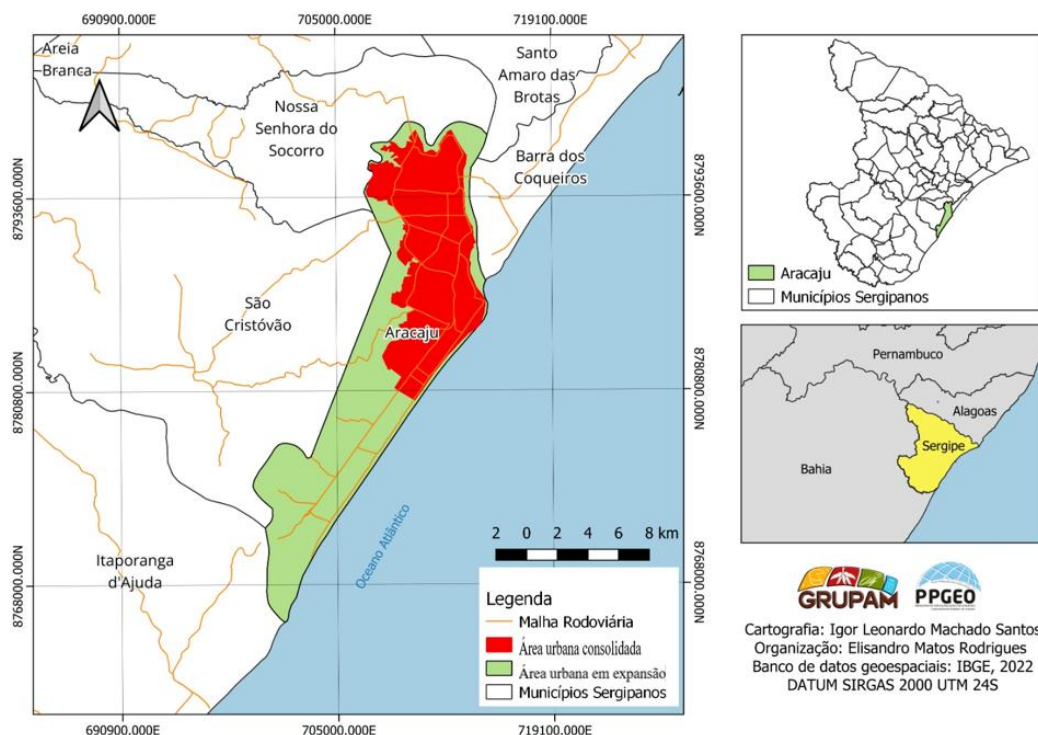
Fundada em 17 de março de 1855 com o propósito explícito de ser o centro político-administrativo sergipano (França, 2000), Aracaju adotou um modelo urbanístico mimético dos padrões europeus vigentes em uma Belle Époque tardia, conforme apontam Jesus e Carmo (2004). França (2000, p. 136), ressalta que seu desenvolvimento arquitetônico e urbanístico pautou-se por soluções frequentemente caracterizadas como “pouco criativas e preguiçosas”, gerando uma malha urbana ultrapassada em relação às demandas futuras.

Esse legado planejador acarreta significativas problemáticas contemporâneas, visto que o modelo viário inadequado contribui para engarrafamentos, enquanto a infraestrutura de drenagem deficiente resulta em recorrentes alagamentos de canais. Mais grave, contudo, é a

persistência e o aprofundamento da segregação socioespacial. A “qualidade” concentrou-se, até meados do século XX, no centro da cidade, e, atualmente, às áreas valorizadas operam como mecanismo de expulsão, afastando os segmentos sociais menos favorecidos para a periferia e dificultando drasticamente seu acesso aos serviços urbanos essenciais, tais como educação e saúde. Assim, a própria estrutura planejada para centralizar riqueza e poder consolida e, empurra a população pobre para espaços periféricos.

De acordo com as informações do IBGE (2022), a extensão territorial do município de Aracaju (Figura 1) corresponde a 182.16 km², dos quais 147.120 km² são de áreas urbanizadas (IBGE, 2019).

Figura 1 - Aracaju: Mapa de Localização



No ponto de vista geofísico, Aracaju localiza-se na planície costeira, entre as desembocaduras dos rios Sergipe e Vaza-Barris. A região costeira, segundo Fontes (2000), se estende por 22 km entre os rios Sergipe e Vaza-Barris, alvo de intensa especulação imobiliária.

Contudo, as problemáticas ambientais associadas ao modelo econômico vigente manifestam-se de forma concreta na região. A deterioração dos recursos vegetais, impulsionada pela especulação imobiliária e pela exacerbação da poluição, afeta severamente a cobertura vegetal urbana especialmente os manguezais. Duarte e Rezende (2019), ao analisarem o manguezal aracajuano e sua fauna, constataram diminuição na cobertura vegetal. Essa

degradação ambiental resultou na redução populacional do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), espécie de relevante valor ecológico e econômico, reconhecido como um alimento valorizado e um patrimônio cultural de Aracaju. Consequentemente, observam-se impactos irreversíveis tanto no ambiente quanto na economia das comunidades ribeirinhas, cuja subsistência depende significativamente da captura deste e de outros crustáceos.

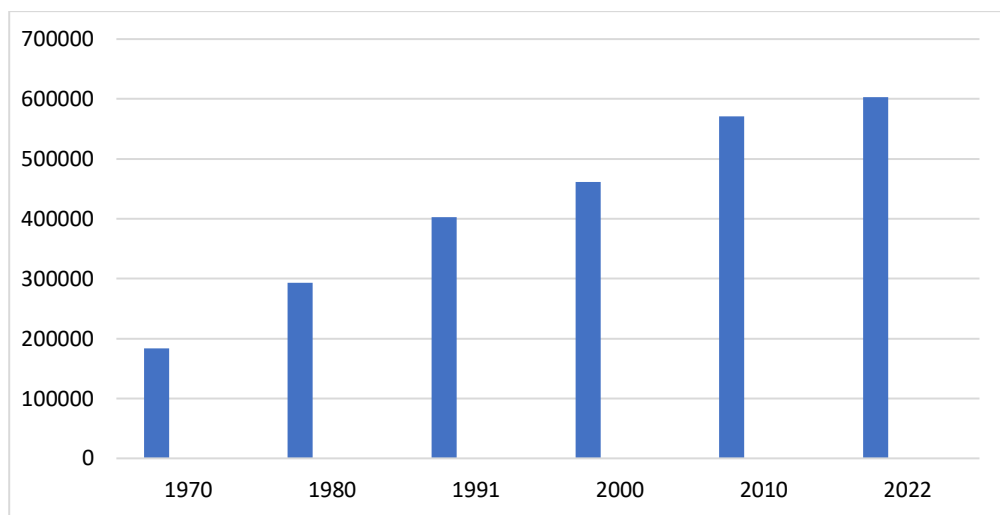
Como realidade de grande parte dos municípios constituídos no Brasil e em Sergipe, a formação de Aracaju deu-se mediante o processo de colonização ocorrido no território desde o início dos anos 1500.

Diante da elevada produção agrícola que se dava na região da Cotinguiba devido à concentração fundiária na produção de cana (França, 2000), o distrito foi elevado a município e capital do estado pela Lei Provincial nº 473, de 17 de março de 1855 (Aracaju, 2014).

O crescimento populacional é constante desde a década de 1970, com destaque para a década de 1990, período em que o aumento populacional mais acentuado está associado ao crescimento urbano e industrial que a cidade experimentou, com a abertura industrial e o processo de metropolização (França, 1999). Para além do aumento da população na capital do estado, os municípios que compõem a Região Metropolitana de Aracaju (RMA) também apresentam crescimento tendo em vista a acessibilidade ao espaço pela classe trabalhadora. Além disso, o plano de desenvolvimento do governo na década de 1980 incentivou a migração da população para esses municípios circunvizinhos (Ribeiro, 1989).

Os investimentos na construção de conjuntos habitacionais, como o Augusto Franco (o maior de Aracaju) e a posteriori os conjuntos de Nossa Senhora do Socorro (conhecido como Complexo Taiçoca) e o Eduardo Gomes em São Cristóvão, impulsionou a indústria do setor de construção civil. Esse processo de especulação propiciou o afastamento da população economicamente vulnerável da centralidade aracajuana, promovendo a marginalização da população mais pobre em relação ao crescimento da exploração de petróleo e à inserção de outras indústrias de exploração mineral.

No último Censo demográfico, (gráfico 1) observou-se um aumento de 5,53% entre os anos 2010 e 2022. Segundo o IBGE, em 2022 a população total de Aracaju contou com 602.527 habitantes, registrando uma densidade demográfica de 3.308,89 hab./km². Aracaju é o município mais populoso do território sergipano.

Gráfico 1- Aracaju/SE: População residente (1970-2022)

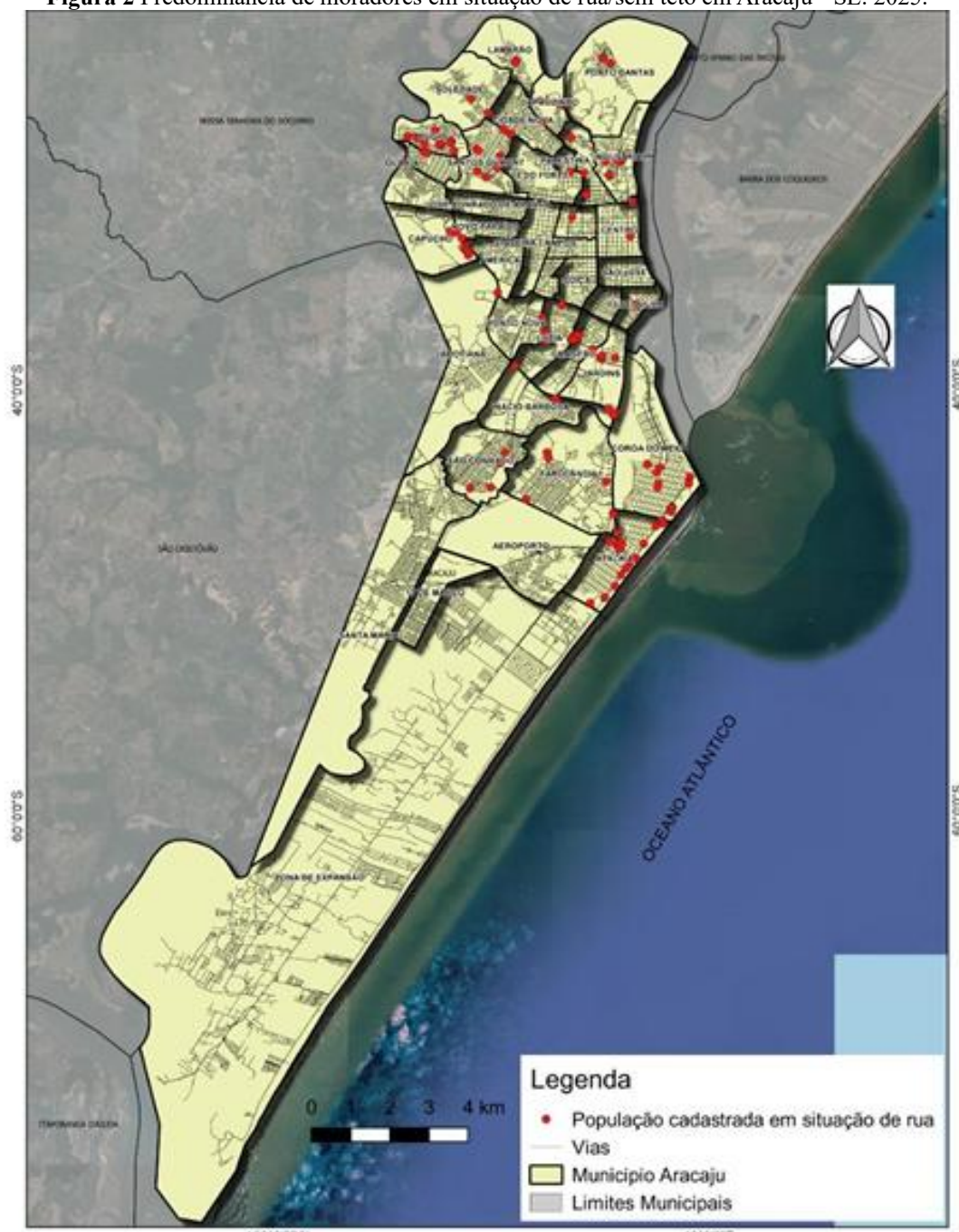
Fonte: IBGE Censo Demográfico (1970-2022).
Organização: Rodrigues, Elisandro Matos (2024).

Os determinantes relacionados às condições de moradia da população de Aracaju — renda; escolaridade; trabalho; gênero e idade — é evidenciado por dados do Observatório Social de Aracaju (2024), apoiados em fontes como a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF, 2017-2018), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o Cadastro Único (CadÚnico) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2018), que indicam um crescimento expressivo no contingente populacional em situação de rua. Em comparação ao último levantamento do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2007-2008), que registrou 197 indivíduos sem teto (0,0387% da população do período analisado), o número atual elevou-se para 274 pessoas, correspondendo a um incremento de 39,09% e representando 0,0455% da população total do município em 2025.

Embora os valores absolutos não representem um cenário estatisticamente alarmante, revelam uma problemática estrutural: a persistência da ausência habitacional e a insuficiência de políticas públicas voltadas à população em vulnerabilidade socioespacial. O aumento ao longo das últimas décadas aponta para a necessidade de análises sobre a efetividade das ações governamentais e a dinâmica urbana excludente.

O estudo realizado pelo Observatório Social de Aracaju (2024) destaca que a população em situação de rua é majoritariamente nômade (figura 2), sem fixação residencial permanente, utilizando espaços públicos como viadutos, praças e imóveis abandonados como abrigos precários. Geograficamente, observa-se maior concentração nos bairros Bugio, Capucho, Porto Dantas, Industrial, Luzia, Grageru, Atalaia e Coroa do Meio, seguidos por Jardins, Farolândia, São Conrado e Lamarão.

Figura 2 Predominância de moradores em situação de rua/sem teto em Aracaju - SE. 2025.



Elaboração: Observatório Social de Aracaju – 2025.
Fonte: PMA 2018; IBGE: Faces dos logradouros 2016.

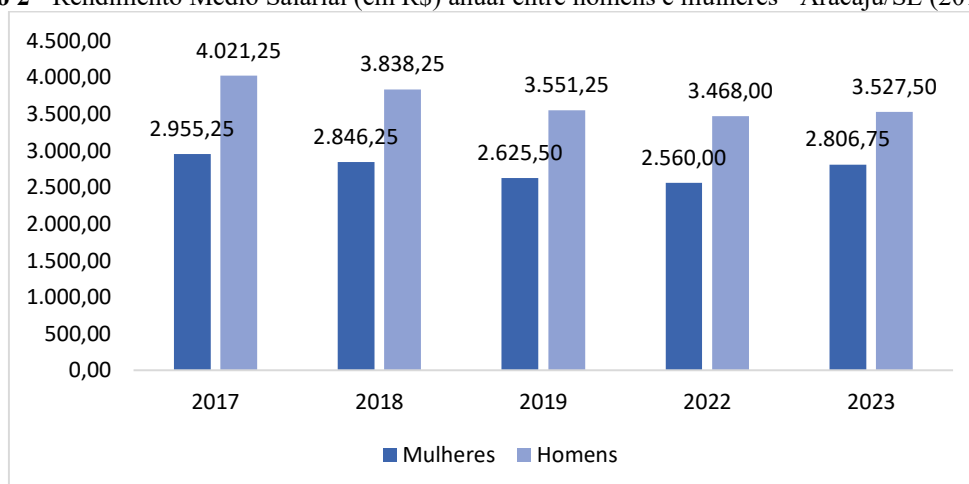
Quanto ao perfil demográfico do grupo pesquisado pelo Observatório Social de Aracaju, há predominância de indivíduos do sexo masculino (186 pessoas, 67,64% do total), enquanto o público feminino corresponde a 28% (77 indivíduos). A faixa etária predominante situa-se entre 18 e 59 anos, englobando 226 pessoas (82,48% do total), o que evidencia a marginalização de adultos em idade produtiva (Aracaju, 2024).

Os dados apresentados expressam um cenário alarmante, sobretudo, quando analisados à luz da lacuna metodológica identificada no estudo em relação à dimensão alimentar dessa população, aspecto sistematicamente negligenciado nas discussões sobre vulnerabilidade social. A partir das evidências empíricas obtidas (Aracaju, 2024), os indivíduos em situação de rua enfrentam condições críticas de subsistência, sustentando-se majoritariamente por meio de atividades informais — como serviços eventuais, mendicância e ocupações à margem da legislação trabalhista —, o que aprofunda sua exposição a riscos socioeconômicos. Os dados divulgados pela prefeitura de Aracaju, com base nas informações dispostas no IBGE, afirmam que, dentre os 274 indivíduos investigados, apenas 0,37% (correspondente a dois casos) possuíam emprego formal registrado, enquanto um entrevistado declarou renda diária de até R\$ 50,00.

A heterogeneidade ocupacional desse grupo inclui funções como “flanelinha”, artista de rua, atividades ilícitas (tráfico de drogas) e prostituição — esta última predominante entre mulheres, reforçando as disparidades de gênero inerentes às dinâmicas de exclusão. Tal contexto agrava os obstáculos à garantia de segurança alimentar, uma vez que o acesso a alimentos depende diretamente de recursos financeiros estáveis, todavia inexistentes para a maioria.

A ausência de registros formais de emprego não apenas perpetua ciclos de pobreza, mas também inviabiliza o cumprimento de direitos fundamentais, como alimentação adequada, previstos constitucionalmente. Esse fator subjuga principalmente as mulheres, que historicamente são mais afetadas com os processos de injustiça social, de violência estrutural e sistêmica e de desigualdades socioeconômicas.

No Gráfico 2, os dados revelam que a média salarial anual entre homens e mulheres de Aracaju apresenta caráter de disparidade crônica. A população masculina apresenta ganhos cumulativos mais elevados em comparação às mulheres, embora elas sejam maioria, de acordo os dados do Censo Demográfico do IBGE (2022).

Gráfico 2 - Rendimento Médio Salarial (em R\$) anual entre homens e mulheres - Aracaju/SE (2017-2023).

Fonte: IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (PNAD) – 2023.
Organização: Rodrigues, Elisandro Matos (2024).

Os dados divulgados pelo IBGE (2023) destacam uma discrepância salarial de 20,43% na população analisada em 2023. Apesar das limitações metodológicas que impedem uma avaliação detalhada das disparidades econômicas entre residentes de distintos bairros no período de 2017 a 2022, observa-se uma tendência de declínio financeiro generalizado, o que impactou ambos os grupos estudados. Esse fenômeno pode ser compreendido mediante a análise dos desdobramentos político-institucionais pós-2016, iniciados com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, seguidos pela instabilidade crônica durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e agravados pela crise sanitária global desencadeada pela pandemia de covid-19 em 2020.

O Gráfico 2, que abrange os anos de 2020 a 2021, apresenta uma lacuna na sistematização de dados representativos. Esse fator é advindo do período pandêmico, o qual assolou os países e afligiu principalmente os territórios da periferia do mundo. Essa ausência de dados restringe a capacidade de propor intervenções direcionadas à redução das desigualdades de gênero nesse intervalo temporal. A insuficiência de informações consistentes impede uma análise precisa das dinâmicas que moldaram o cenário econômico e social durante o ápice da pandemia, período caracterizado pela contração de oportunidades laborais.

As disparidades salariais no gênero afetam diretamente os lares chefiados por mulheres, uma vez que a renda baixa ou ínfima prejudica a manutenção da residência, bem como o mantimento alimentar. Segundo os dados da Rede Penssan 2022 a respeito da fome nas casas em que a mulher é a pessoa de referência, a fome passou de 11,2% para 19,3%. Nos lares que têm homens como responsáveis, a fome passou de 7% para 11,9%. Isso ocorre, entre outros fatores, pela desigualdade salarial entre os gêneros (Penssan, 2022).

Por meio da análise do relatório Alimenta Cidades (BRASIL, 2024) e das informações do cadastro único do Governo Federal (CadÚnico), o município de Aracaju registra uma população de 159.682 habitantes em situação de baixa renda (que recebem menos de meio salário-mínimo). Entretanto, desse total, 113.161 mil habitantes estão abaixo da linha pobreza, com renda per capita abaixo dos 218 reais mensais (CadÚnico, 2024). Dessa população abaixo da linha da pobreza, destaca-se que 27.105 mil indivíduos (23,95% do grupo analisado) residem em regiões de favelas e comunidades periféricas, as quais constituem o recorte espacial desta dissertação (BRASIL, 2024).

O termo “comunidade periférica” surge como categoria analítica fundamental para compreender as dinâmicas de exclusão e re-existência (Hurtado e Porto-Gonçalves, 2020) em contextos urbanos marcados por profundas desigualdades estruturais. Como fenômeno sociopolítico, essas comunidades são frequentemente associadas a territórios marginalizados, situados nas bordas geográficas e simbólicas das metrópoles, onde populações enfrentam precariedades materiais e estigmatização social.

Essa análise insere-se no debate sobre a segregação urbana. Enquanto as raízes deste debate remontam à Escola de Chicago (1920-1940) e seus modelos ecológicos e zonas concêntricas, Henri Lefebvre (1968) ampliou significativamente a perspectiva, ao analisar a produção capitalista do espaço, na qual a periferia é resultado direto de uma divisão desigual de recursos e poder. Para Lefebvre, o “direito à cidade” é sistematicamente negado a esses grupos, relegados a espaços carentes de infraestrutura e de reconhecimento político. Complementando essa visão, Teresa Caldeira (2000) destacou o papel do medo e da violência na construção simbólica desses territórios, alimentando estereótipos que legitimam políticas de controle e abandono.

Logo, as comunidades periféricas são definidas por uma dupla marginalização: geográfica e social. Localizadas em áreas distantes dos centros econômicos, elas enfrentam carências crônicas em serviços públicos essenciais (saúde, educação, transporte) e em infraestrutura urbana. Adicionalmente, os dados sobre a condição da distribuição no acesso e aquisição alimentar em Aracaju revelam a concentração de regiões caracterizadas como “desertos alimentares” (Figura 4), termo que designa espaços com acesso limitado a alimentos saudáveis, seja pela escassez de estabelecimentos adequados, seja pela distância física significativa (BRASIL, 2024).

Os desertos alimentares correspondem a regiões geográficas nas quais o acesso a alimentos saudáveis é significativamente restrito, tanto em disponibilidade quanto em acessibilidade (Honório, 2020). Segundo parâmetros estabelecidos no contexto brasileiro

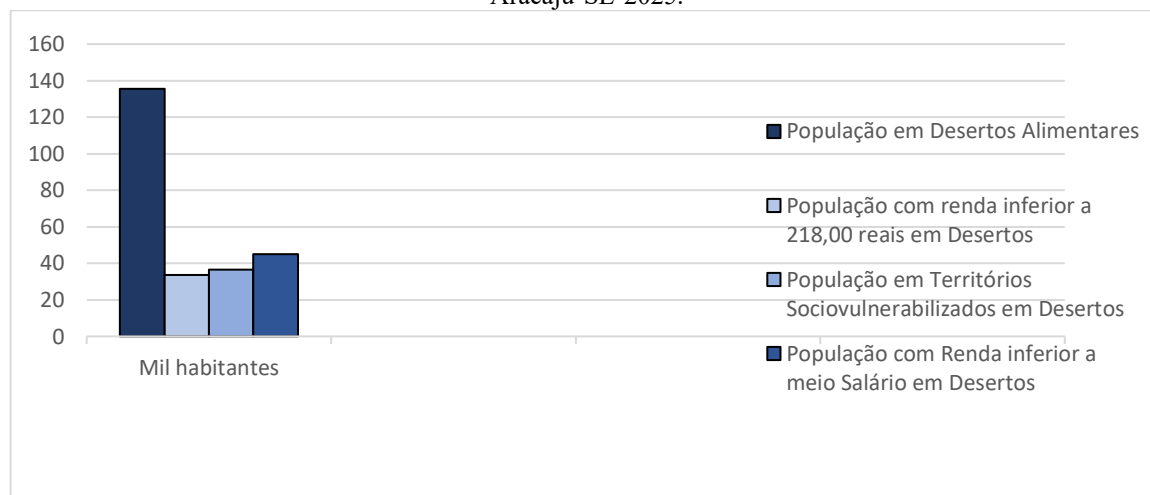
(BRASIL, 2024), essas áreas são definidas pela presença de 0 a 5 estabelecimentos comerciais que oferecem opções alimentares saudáveis, considerando um raio de 15 minutos de caminhada para cada grupo de 1 mil habitantes.

Em contrapartida, os pântanos alimentares representam locais marcados pela sobrecarga de estabelecimentos que priorizam a comercialização de produtos não saudáveis (Shaw, 2006), especialmente os ultraprocessados. Nessas regiões, identificam-se mais de 15 pontos de venda de mantimentos de baixo valor nutricional dentro do mesmo critério espacial e demográfico (15 minutos de caminhada por 1 mil habitantes). A concentração excessiva dessas opções favorece padrões alimentares desequilibrados, associados a riscos elevados de doenças crônicas (BRASIL, 2024). Tais conceitos referem-se, respectivamente, à escassez de acesso a alimentos nutritivos e à predominância de opções ultraprocessadas em determinadas regiões, cenário agravado por condições socioeconômicas precárias. Nessas áreas, mais de 36 mil pessoas estão expostas a condições que comprometem severamente sua segurança alimentar e nutricional (Gráfico 3).

Essa precariedade material é agravada por processos de estigmatização, que reduzem tais territórios a espaços de “risco” ou “ilegalidade”, como analisado por Loïc Wacquant (2008) em sua teoria sobre guetos urbanos. Este processo gera e reforça uma segregação refletida nas divisões raciais e de classe. Essa interseccionalidade (Crenshaw, 1989) revela como raça, classe e espaço se entrelaçam.

Contudo, apesar das adversidades, as comunidades periféricas são também espaços vibrantes de criatividade e re-existências. Conceitos como “poéticas da ocupação” (Rolnik, 2015) destacam práticas culturais que ressignificam o território, tais como o hip-hop, o grafite e a literatura marginal. Para James Scott (1990), essas expressões configuram “infrapolíticas” formas cotidianas e sutis de contestação ao poder hegemônico, demonstrando a capacidade de re-existência inerente a esses espaços.

Gráfico 3- População inserida em desertos alimentares por nível de renda e por localidade X Mil (2024) - Aracaju-SE-2025.



Fonte: Alimenta Cidades (MDS), 2024.
Organização: RODRIGUES, Elisandro Matos (2025).

A problemática dos desertos alimentares não é exclusiva de Aracaju. Silva (2023), em estudo sobre os ambientes alimentares no município de Nossa Senhora do Lourdes (Alto Sertão Sergipano), identificou cenário análogo, decorrente de déficits na diversificação agrícola e da predominância do monocultivo de milho, que restringiu o acesso da população a variedades alimentares nutritivas. Esse contexto assemelha-se à realidade de Aracaju, como observado na figura 3, onde a combinação entre as desigualdades socioterritoriais, a precarização da produção e a distribuição de alimentos contribui para a persistência de iniquidades no acesso a dietas que respeitem e busquem equidade com a SAN e SSAN. Além desse fator, o distanciamento dos locais de comercialização de alimentos propicia aumento nas despesas alimentares.

Em contraste com os desertos alimentares identificados nas periferias, os pântanos alimentares têm a presença massiva de supermercados e estabelecimentos de *fast foods* — áreas caracterizadas pela superabundância de alimentos ultraprocessados e de baixo valor nutricional — e concentram-se nos bairros centrais de maior poder aquisitivo de Aracaju. Segundo a classificação NOVA idealizada e desenvolvida pelo grupo de pesquisa NUPENS/USP⁸, os alimentos são classificados em quatro grupos distintos.

Grupo 1 – Alimentos in natura ou minimamente processados;

São alimentos obtidos diretamente da natureza, como frutas, verduras, carnes, ovos e leite. Os minimamente processados passam por etapas simples (como secar, moer, pasteurizar

⁸ O NUPENS/USP é um órgão de integração da Universidade de São Paulo criado em 1990 com a finalidade de estimular e desenvolver pesquisas populacionais em nutrição e saúde. O grupo é integrado por professores e pesquisadores da Faculdade de Saúde Pública, de outras unidades da Universidade e de outras instituições acadêmicas do país, além de mestrandos, doutorandos e estagiários bolsistas.

ou congelar) para facilitar o consumo e aumentar a durabilidade, mas sem alterações significativas em suas propriedades naturais.

Grupo 2 – Ingredientes culinários processados;

São substâncias extraídas de alimentos do Grupo 1 ou da natureza por processos como prensagem ou centrifugação. Exemplos: óleo, manteiga, açúcar e sal. Servem para temperar e cozinhar alimentos e, quando usados moderadamente, fazem parte de uma alimentação saudável.

Grupo 3 – Alimentos processados;

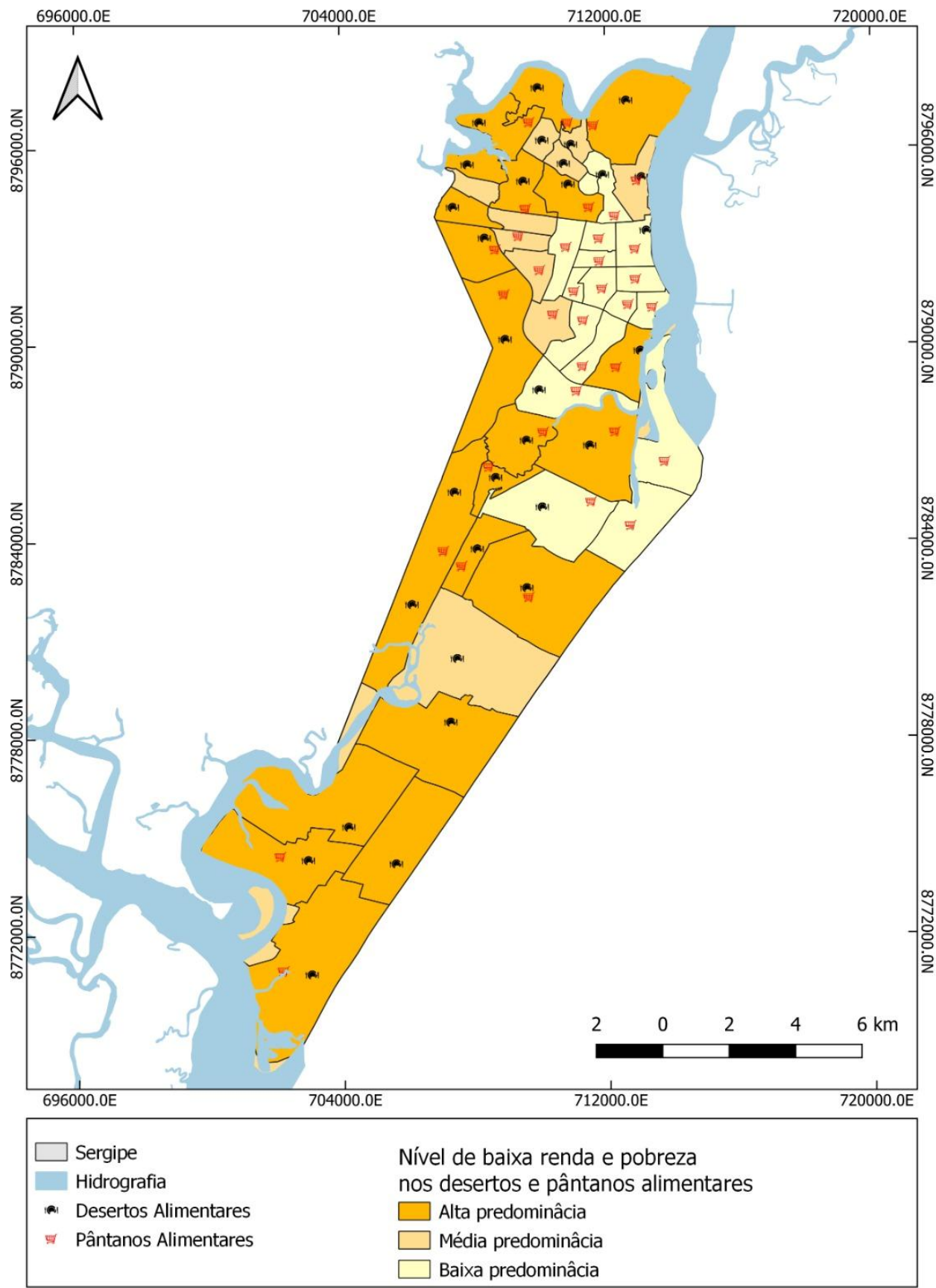
São produtos feitos a partir de alimentos do Grupo 1 com adição de ingredientes do Grupo 2, como sal, açúcar ou gordura. Passam por processos industriais simples, semelhantes aos domésticos. Exemplos: conservas, frutas em calda, queijos e pães artesanais. Podem ser consumidos com moderação, complementando refeições baseadas em alimentos naturais.

Grupo 4 – Alimentos ultraprocessados;

São formulações industriais feitas com substâncias derivadas dos alimentos, além de aditivos como corantes e aromatizantes. Geralmente contêm pouco ou nenhum alimento in natura. São produtos prontos para consumo, saborosos e duráveis, mas feitos para serem altamente lucrativos. Exemplos: refrigerantes, bolachas, salgadinhos, margarinas, sorvetes, macarrão instantâneo, nuggets e muitos outros.

Nas regiões onde a infraestrutura urbana consolidada, associada à presença de redes varejistas, facilita o acesso a produtos industrializados comercializados como alimentos, ainda que predominantemente não saudáveis. Esses alimentos, presentes no território aracajuano, são associados predominantemente aos grupos 3 e 4 sucessivamente da classificação NOVA e denotam a precariedade alimentar em Aracaju. Nessa razão, a presença das cozinhas solidárias é fundamental na construção de uma alimentação que busque se enquadrar em uma perspectiva sustentável e saudável, como preconizado na LOSAN/2006.

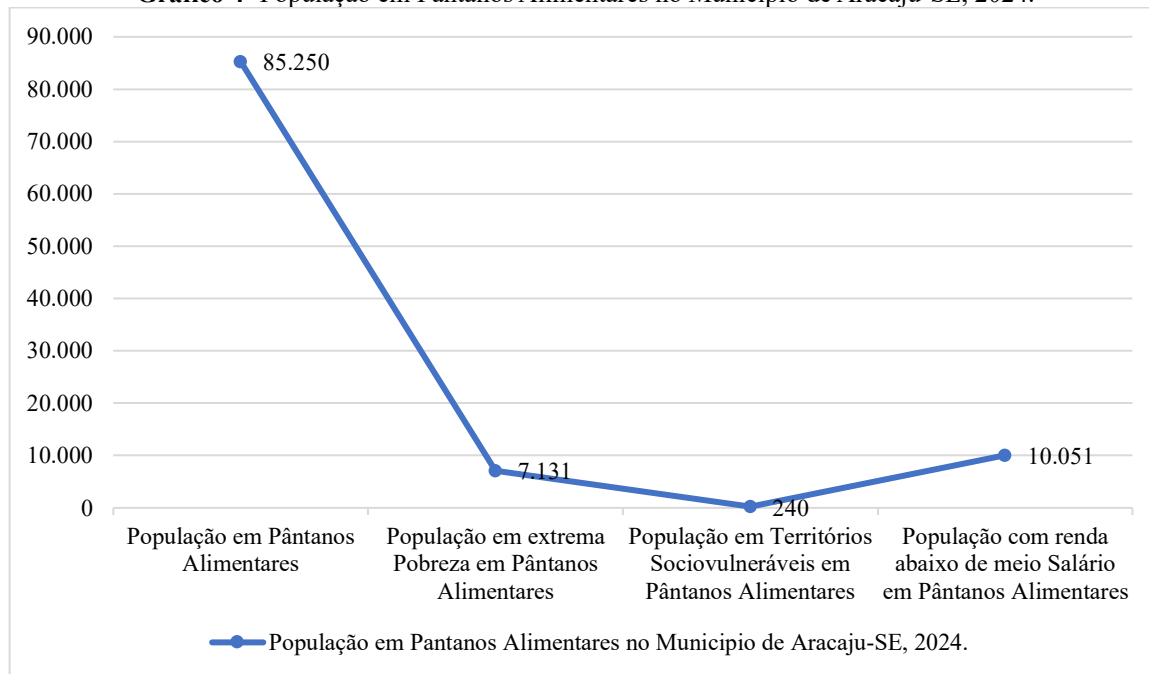
Figura 3 - Mapa de Desertos, Pântanos e Renda. Aracaju SE, 2025.



Fonte: Alimenta Cidades (2025). Organização: RODRIGUES. E.M., 2025.

A análise dessas disparidades (Gráfico 4) não se restringe à dimensão econômica — como a renda insuficiente para aquisição de alimentos por grupos duplamente vulneráveis⁹ —, mas abarca a ausência de políticas estruturantes que garantam acesso equitativo a estabelecimentos alinhados aos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Gráfico 4- População em Pântanos Alimentares no Município de Aracaju-SE, 2024.



Fonte: Alimenta Cidades (MDS), 2024.
Organização: RODRIGUES, Elisandro Matos (2025).

A concentração de mecanismos de distribuição alimentar em áreas privilegiadas, concomitante à insuficiência de rendimentos, reforça um ciclo de exclusão, no qual populações marginalizadas enfrentam barreiras geográficas e institucionais para exercer o direito humano à alimentação adequada. Ao somar-se a população que se encontram em desertos alimentares com a população presente em pântanos alimentares, tem-se 36,3% da população total de Aracaju em algum risco de insegurança alimentar e consequentemente de fome. A fome não se caracteriza apenas pela ausência ou escassez de alimentos para indivíduos ou grupos, mas também pelo elevado consumo de produtos travestidos de alimento e/ou refeições que não

⁹ O conceito de “duplamente vulnerável” refere-se a indivíduos ou grupos que enfrentam dois ou mais fatores de vulnerabilidade simultaneamente, resultando em uma situação de risco social, econômico, físico ou psicológico amplificado devido à interação dessas condições. Não se trata apenas da soma das vulnerabilidades, mas do seu efeito sinérgico, que gera desvantagens mais profundas e complexas. Tal conceito é abordado no trabalho de Spinieli e Souza (2021), que estudaram a vulnerabilização da população de rua do município de Franca/SP.

carregam em sua composição nenhum valor nutricional-cultural-identidade que venham a suprir as necessidades biológicas, sociais ou coletivas.

Esse contexto reflete-se no desempenho insatisfatório de Aracaju em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Conforme o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades-Brasil (IDSC, 2024), o município apresenta índices críticos em três eixos: redução das desigualdades (ODS 10), devido à persistência de assimetrias socioespaciais; cidades sustentáveis (ODS 11), pela carência de infraestrutura inclusiva; e paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16), em função da incapacidade estatal em mitigar violências estruturais.

Quanto ao ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), os dados indicam retrocessos: em 2025, Aracaju mantém-se distante das metas estabelecidas para 2030, especialmente no que tange à garantia de acesso a alimentos nutritivos, produzidos de forma sustentável e culturalmente adequada (IDSC, 2024).

Como assevera a Agenda 2030 (ONU, 2025), o ODS 2 está estruturado em cinco princípios basilares:

1. Segurança Alimentar Universal – garantir acesso contínuo a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para todas as pessoas, especialmente pobres, crianças, idosos e grupos vulneráveis (como povos tradicionais e comunidades rurais;
2. Erradicação da Má-Nutrição – eliminar todas as formas de desnutrição, incluindo nanismo e caquexia em crianças de até 5 anos até 2025, e reduzir sobrepeso e obesidade, atendendo necessidades nutricionais de gestantes, lactantes, adolescentes e idosos;
3. Agricultura Sustentável e Resiliente – implementar sistemas produtivos de baixo carbono, que protejam ecossistemas, solos e água; fortalecer a adaptação climática para secas, inundações e desastres, melhorando a resiliência agrícola;
4. Apoio a Pequenos Produtores – dobrar a produtividade e renda de agricultores familiares, mulheres, indígenas e pescadores até 2030; garantir acesso equitativo a: terra e territórios tradicionais; e
5. Conservação e Cooperação Global – preservar diversidade genética de sementes e raças animais (via bancos de genes); investir em infraestrutura rural e pesquisa agrícola, especialmente em países pobres; regular mercados para reduzir volatilidade de preços e subsídios distorcivos.

A ênfase do ODS 2 na qualidade e na origem dos alimentos — além da mera disponibilidade quantitativa — expõe a fragilidade das políticas locais, que não integram ações

intersetoriais capazes de combater simultaneamente a insegurança alimentar e as disparidades territoriais.

Esses processos desvelam a segregação socioespacial no município e destacam a sócio vulnerabilidade nos territórios, principalmente nas comunidades e favelas. Desse modo, eis a relevância e o papel fundamental das cozinhas solidárias na manutenção, reivindicação de alimentação e refeições para a população sócio vulnerabilizada do município frente ao Estado.

No contexto da organização territorial de Aracaju, observa-se que o município se encontra segmentado em 42 unidades territoriais designadas como bairros. Santos e Santos (2021) afirmam que a dinâmica urbana da capital sergipana é marcada por expressivas disparidades socioeconômicas, materializadas em processos de segregação espacial. Os autores apontam que tal configuração reflete um padrão de exclusão territorial, no qual ocorre o distanciamento progressivo de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade econômica em relação aos núcleos urbanos centrais. Este fenômeno, por sua vez, consolida uma divisão socioespacial nítida, caracterizada pela distribuição assimétrica entre estratos privilegiados e populações marginalizadas. Desta forma, a estrutura urbana da cidade reproduz hierarquias sociais, evidenciando mecanismos de fragmentação que reforçam desigualdades históricas no acesso a recursos e infraestrutura.

Os autores destacam como o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em parceria com construtoras privadas e o Estado, constrói residências destinadas à população sócio vulnerável em locais mais afastados do centro urbano, econômico e político, enquanto as áreas com alto valor especulativo são selecionadas para a construção de condomínios de alto padrão (Santos e Santos, 2021).

Já as cozinhas solidárias, inicialmente estruturadas com um caráter emergencial em resposta à realidade socioeconômica brasileira, transcenderam essa sua origem. No contexto do município de Aracaju no período de 2020, que enfrentava um declínio nas políticas públicas de direitos sociais e institucionais, agravado pela crise sanitária global (processo esse que afetou o território nacional), tais projetos foram adquirindo uma nova dimensão. Conforme se consolidavam em distintos bairros e municípios, passaram a constituir um eixo nodal de importância política e de construção social. Por meio do ativismo de voluntários e lideranças, que dão voz e identidade a essas iniciativas, as cozinhas solidárias tornaram-se espaços centrais (De Sordi, 2023) para a articulação político-social e para o debate contra hegemônico. As cozinhas solidárias, são tecnologias sociais que por meio do trabalho voluntariado e da solidariedade, buscam a mitigação da insegurança alimentar e fome, com a articulação política e civil, reivindicam direitos basilares, como habitação, emprego, renda e alimentação.

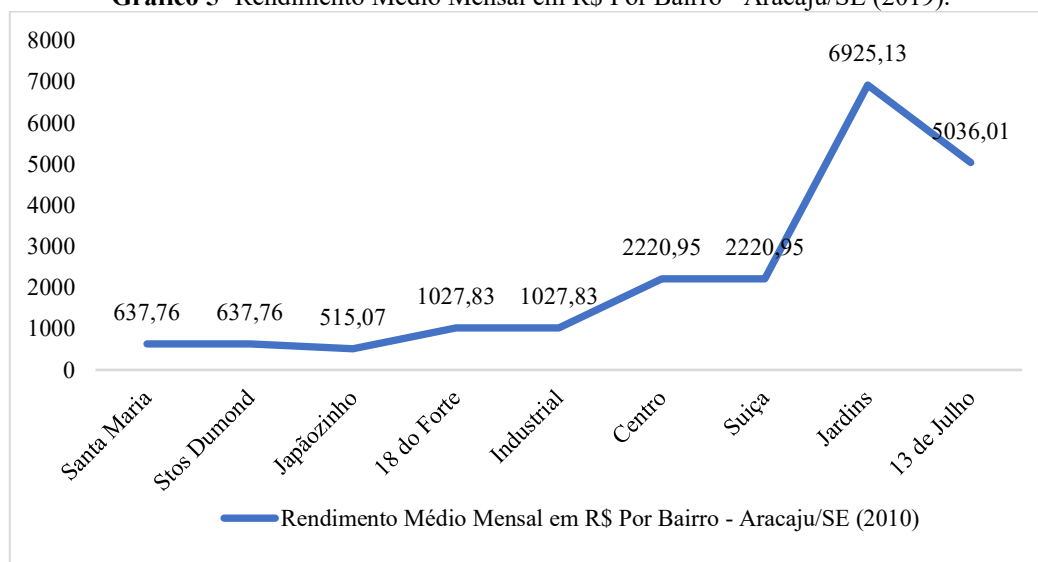
Diante da análise do Mapeamento Social do Município de Aracaju, realizado pela Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SMFAS, 2019), foi possível constatar a espacialização da pobreza. Com base nos dados de rendimento per capita do Censo de 2022 e nos microdados disponibilizados pelo IBGE, como os dados de estimativa¹⁰, foi possível delimitar as localidades mais empobrecidas do município. Verificou-se que as áreas com o índice de pobreza mais acentuado são o extremo Sul e o Norte da cidade, localidades historicamente conhecidas pelo baixo investimento social e urbano e que foram segregadas desde o projeto de edificação da cidade, que proibia a fixação de casas de palafita na centralidade da cidade (França, 2000).

Os bairros Porto Dantas, Santa Maria (antigo Terra Dura) e Japãozinho destacam-se como áreas de vulnerabilidade socioeconômica no município de Aracaju. O estudo da SMFAS (Aracaju, 2019) afirma que tais localidades apresentam insuficiência de recursos econômicos entre as famílias residentes, com renda média per capita equivalente a um quarto do salário mínimo vigente. Adicionalmente, identificam-se deficiências estruturais críticas, como a ausência de saneamento básico adequado, precariedade no acesso à educação formal e a predominância de condições laborais informais.

No que tange à distribuição de renda, o bairro Santa Maria registra os maiores índices de desigualdade socioeconômica, seguido por Farolândia e Santos Dumont. Dados do IBGE (2022) indicam que 34,76% da população economicamente ativa do município possui rendimento médio per capita de 2,8 salários-mínimos. Entretanto, análises da Secretaria Municipal de Fazenda e Assistência Social (SMFAS) desvelam discrepâncias significativas entre os bairros. Enquanto no bairro Jardins observa-se renda média de R\$ 6.925,13 por indivíduo, o Japãozinho registra valores inferiores (R\$ 515,07 por trabalhador em 2019), correspondendo a apenas 7,4% da média salarial das camadas economicamente privilegiadas.

Essa disparidade, apresentada no Gráfico 5, configura-se como um desafio socioeconômico, uma vez que a população em situação de vulnerabilidade representa maior densidade na capital. Tais contrastes não apenas refletem desigualdades materiais, mas também expõem falhas estruturais na distribuição de oportunidades e de políticas públicas.

¹⁰ As estimativas publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) são dados disponibilizados no qual possibilitam uma prévia da realidade consolidada. Até o presente momento da publicação desta dissertação de mestrado, os dados aferidos pelo censo de 2022 não foram disponibilizados em sua plenitude.

Gráfico 5- Rendimento Médio Mensal em R\$ Por Bairro - Aracaju/SE (2019).

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010, SMFAS, 2019.

Organização: Rodrigues, Elisandro Matos (2024).

O gráfico em análise revela disparidades socioeconômicas no território de Aracaju e explicita um cenário de marcante heterogeneidade espacial. Segundo os dados da PNAD (2023), o estado de Sergipe alcança a 8ª posição entre aqueles que detêm as menores rendas per capita do país, com R\$ 1.198,00 reais, valor inferior ao do salário mínimo vigente. Além desse fator, Sergipe encabeça o ranking dos estados com maior número de beneficiários do Bolsa Família por população total, fator que destaca a disparidade de renda do estado, que se reflete na capital. Enquanto nos bairros periféricos e distantes dos centros urbanos os rendimentos médios não superam os patamares salariais mínimos vigentes, observa-se que no seu extremo registram valores substancialmente elevados. Essa assimetria reflete uma desigualdade estrutural que permeia múltiplas dimensões sociais do município, consolidando um padrão de concentração de riqueza que coexiste com a expansão do empobrecimento para zonas marginalizadas.

Como destacado por Santos e Santos (2021), os bairros Santa Maria e Porto Dantas enfrentam problemáticas estruturais intrínsecas, como taxas elevadas de analfabetismo, carência de saneamento básico e desemprego crônico. Essas condições reforçam ciclos de exclusão socioespacial, limitando o acesso a direitos básicos e perpetuando a marginalização de populações.

Conforme a Tabela 1, observa-se que a população autodeclarada branca apresenta rendimentos médios significativamente superiores aos da população negra (preta e parda). Dados do IBGE (2022) indicam que a maioria demográfica de Aracaju é composta por indivíduos negros e pardos. Essa configuração evidencia que a pobreza na cidade possui

marcantes recortes étnico-raciais, uma vez que esses grupos se concentram, em grande medida, nos bairros periféricos, onde as condições socioeconômicas se mostram mais precárias.

Essa intersecção entre segregação espacial, desigualdade de renda e estratificação étnica configura um quadro complexo de exclusão sistêmica. A concentração de riqueza em enclaves urbanos privilegiados contrasta não apenas com a carência material nas periferias, mas também com a reprodução de hierarquias raciais historicamente enraizadas.

Tabela 1 – Valores recebidos por trimestre das pessoas por cor – Aracaju/SE

Grupos de Análise	trimestre / Valores em reais				
	1º tri. 2024	2º tri. 2024	3º tri. 2024	4º tri 2024	1º tri. 2025
Branços	R\$ 4.301,00	R\$ 4.601,00	R\$ 4.387,00	R\$ 4.644,00	R\$ 4.341,00
Pretos	R\$ 2.134,00	R\$ 2.409,00	R\$ 2.284,00	R\$ 3.199,00	R\$ 3.184,00
Pardos	R\$ 3.114,00	R\$ 3.099,00	R\$ 3.078,00	R\$ 3.466,00	R\$ 3.488,00

Fonte: IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (PNAD) – 2025.

Organização: Rodrigues, Elisandro Matos (2025).

Henriques (2001) ao analisar as dinâmicas socioeconômicas brasileiras destaca a interseccionalidade entre raça, gênero e pobreza no país. Ao examinar dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) da década de 1990, o autor constatou que 64% da população em condição de vulnerabilidade econômica era composta por indivíduos autodeclarados negros. Esse cenário de desigualdade racial é aprofundado por Freitas (2003), que, ao investigar indicadores socioeconômicos no bairro do Pelá, em Salvador/BA, referentes ao ano de 1994, identificou uma concentração extrema de riqueza no Brasil: 10% da população detinha aproximadamente metade dos recursos financeiros nacionais. Tal disparidade, argumenta a autora, não apenas perpetua estruturas históricas de exclusão, mas também consolida um ciclo vicioso que restringe o acesso a direitos fundamentais, inviabilizando a equidade social e ampliando o abismo entre os estratos privilegiados e os marginalizados.

A persistência desse quadro estrutural é demonstrada por dados contemporâneos. Conforme a Rede Penssan (2022), 65% dos domicílios chefiados por pessoas pretas ou pardas enfrentam insegurança alimentar em diferentes graus de severidade. Os dados reforçam a tese de que a marginalização econômica no Brasil está intrinsecamente vinculada a marcadores raciais, fator que engendra um padrão crônico que demanda intervenções políticas multidimensionais para sua superação.

Em 2022, o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da covid-19 no Brasil (Penssan, 2022) evidenciou os impactos da crise econômica decorrente da pandemia na segurança alimentar da população de baixa renda. Os resultados revelaram que, entre domicílios com renda per capita de até um salário mínimo —

majoritariamente compostos por indivíduos autodeclarados pretos e pardos —, 3% enfrentavam situações de fome, 6% apresentavam restrições quantitativas de alimentos (insegurança alimentar moderada) e 24% não conseguiam assegurar padrões qualitativos adequados em sua alimentação (insegurança alimentar leve). Tais indicadores expõem a vulnerabilidade socioeconômica estrutural que afeta desproporcionalmente grupos étnico-raciais historicamente marginalizados.

No contexto local, análises demográficas de Aracaju (Tabela 2) corroboram a persistência de disparidades étnico-raciais, com a população autodeclarada negra (pretos e pardos) representando mais que o triplo da população branca. Essa composição reflete-se diretamente nas desigualdades socioeconômicas, como demonstrado pela Tabela 1, que aponta rendimentos médios inferiores para pretos e pardos em comparação ao grupo branco, fenômeno associado a condições estruturais desiguais historicamente consolidadas (Santos, Santos, 2021; Zamora, 2012). Tais disparidades não se restringem à esfera econômica, mas abrangem também o acesso precário a serviços de saúde, oportunidades educacionais, lazer, bem-estar social e segurança alimentar.

Essa intersecção de fatores propicia um cenário multidimensional de desvantagens, no qual iniquidades históricas são perpetuadas por meio de mecanismos sistêmicos. Tais mecanismos reforçam ciclos de marginalização, limitando a equidade de oportunidades e reproduzindo padrões de exclusão social que impactam especialmente grupos étnico-raciais minorizados. Dessa forma, os valores não apenas ilustram a relação entre raça e estratificação econômica, mas também destacam a necessidade de políticas públicas intersetoriais para reduzir as desigualdades estruturais que comprometem a dignidade humana e o desenvolvimento social em contextos urbanos como Aracaju.

Tabela 2 – População total por cor (2022) - Aracaju/SE

Cor da População	Valor Total (Mil)
Preto	86.557
Pardo	333.766
Branco	179.290
Amarela	1.223
Indígena	1.894

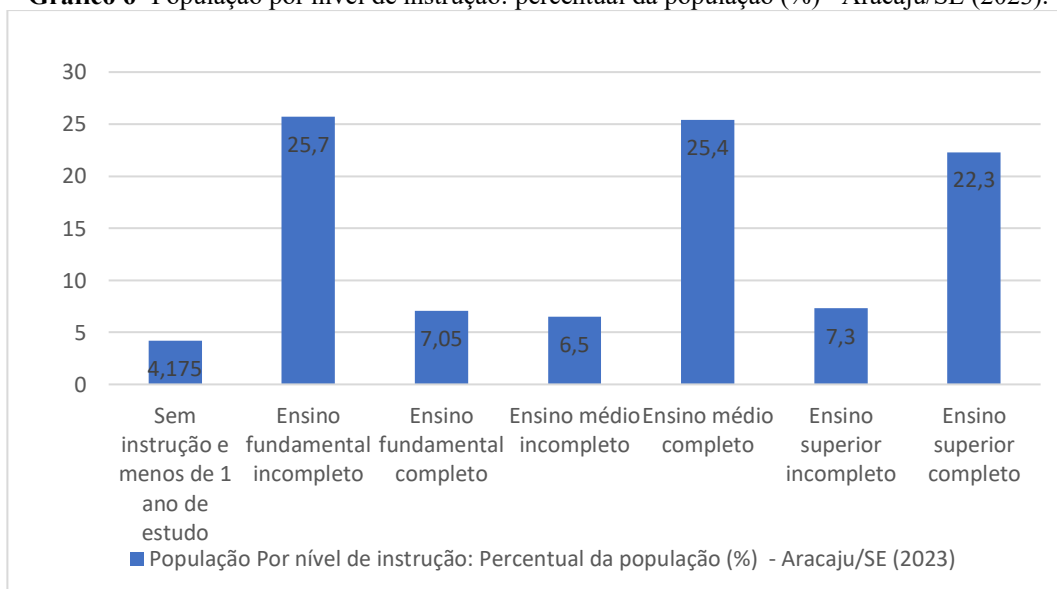
Fonte: IBGE Censo Demográfico (2022).
Organização: Rodrigues, Elisandro Matos (2024).

Na Tabela 2 acima, a população de Aracaju apresenta uma predominância étnico-racial de indivíduos autodeclarados negros (pretos e pardos). Todavia, essa maioria demográfica não se reflete em uma distribuição equitativa de renda, reforçando a persistência de disparidades

econômicas e de renda. Como apontam Henriques (2001) e Santos e Santos (2021), essa parcela da população enfrenta sistematicamente práticas discriminatórias, precariedade habitacional e vulnerabilidades socioeconômicas, fatores que perpetuam ciclos de marginalização. Santos (2005) ressalta que, no contexto brasileiro, tais dinâmicas acentuam a hierarquização étnico-racial no espaço urbano, relegando grupos periféricos a condições de subalternidade, sobretudo nas esferas laborais e educacionais, onde a população negra permanece desproporcionalmente afetada.

No âmbito educacional, a porcentagem exposta no Gráfico 6 evidencia o crescimento da conclusão do ensino fundamental e do ensino médio, bem como do nível superior tendo em vista a oferta de vagas na educação básica da rede pública estadual e municipal em Aracaju. Assim como, o crescimento de cursos na UFS, as cotas raciais e o acesso ao ensino superior nas instituições particulares com programas como o FIES do Ministério da Educação.

Gráfico 6- População por nível de instrução: percentual da população (%) - Aracaju/SE (2023).



Fonte: IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (PNAD) – 2023.
Organização: Rodrigues, Elisandro Matos (2024).

A análise dos dados apresentados na Tabela 3 evidencia que um reduzido segmento populacional concentra não apenas renda em determinados bairros, mas também apresenta, de forma concomitante, níveis elevados de escolaridade. Paralelamente, constata-se que esse grupo despense uma carga horária laboral significativamente menor em comparação à população economicamente vulnerável residente nos demais bairros de Aracaju, independentemente de sua vinculação a ocupações formais ou informais.

Essa dicotomia socioeconômica reafirma a intrínseca correlação entre a estratificação espacial urbana e as dinâmicas de exploração do trabalho, elementos estruturantes da

organização social da capital sergipana, como citado anteriormente. Tais disparidades refletem mecanismos históricos e estruturais que perpetuam a concentração de capital simbólico e econômico em enclaves urbanos específicos, enquanto segmentos marginalizados enfrentam jornadas prolongadas de trabalho associadas à precarização laboral.

Tabela 3 – Média de horas trabalhadas na semana por nível de instrução (2023) – Aracaju/SE

Grau de ensino	Horas x Semana
Sem instrução	45,42 h
Fundamental incompleto	38,62 h
Fundamental completo	36,42h
Médio incompleto	37,42
Médio completo	40,12
Superior incompleto	35,8
Superior completo	36,92

Fonte: IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (PNAD) – 2023.

Organização: Rodrigues, Elisandro Matos (2024).

É evidente que aqueles que não concluíram o ensino fundamental tendem a cumprir jornadas de trabalho mais extensas em comparação aos que possuem maior qualificação. Esse fator se dá por conta dos empregos considerados de melhores condições serem destinados à formação em nível superior. As discrepâncias salariais entre os níveis educacionais são significativas, e esse processo condiciona os sujeitos com remuneração ínfima a exercerem mais funções para conseguir complementar seu rendimento semanal ou mensal.

Como visto na discussão até o presente momento, a conformação social da cidade de Aracaju é demarcada por desigualdades de gênero, etnia e trabalho. Conforme citado anteriormente, a cidade denominada como aquela de melhor qualidade de vida mascara problemáticas que são presenciadas pelos indivíduos que de fato vivem na periferia da cidade. Essa população é constantemente marginalizada e tem negadas as ações privadas e públicas de “desenvolvimento”, e a luta urge como única forma de re-existência (Arruda e Fonseca, 2018). Tais fatos desvelam as razões para Sergipe despontar no ranking dos estados com algum nível de insegurança alimentar (IBGE, 2023). E, no espaço urbano, o delineamento da fome é presenciado quando observamos as desigualdades que se exacerbam nos bairros da cidade.

Na subseção seguinte, serão traçadas reflexões sobre a economia da capital, a concentração de renda, o PIB, a produção de alimentos, o comércio e como essa conformação compromete a população sócio vulnerabilizada.

3.2 ESCOPO DA PRODUÇÃO, ECONOMIA, BENS E SERVIÇOS

A economia de Aracaju concentra o acúmulo de capital dentre os 75 municípios do estado de Sergipe no tocante à centralização de empresas de pequeno, médio e grande porte,

como também na instalação de empresas vinculadas ao mercado internacional, como supermercados, *fast foods*, *e-commerce*, dentre outros segmentos. Devido ao recrudescimento produtivo material e à exponencial concentração de renda, a cidade é alocada como a que apresenta os menores índices de pobreza do estado, segundo o IBGE (2022). Todavia, como apresentado na subseção anterior, a pobreza da capital é obscurecida.

Antes de consolidar-se como núcleo central das atividades comerciais e de serviços no estado de Sergipe e de incorporar a dinâmica da modernidade capitalista, marcada por processos de acumulação assimétrica (Löwy, 1998), a cidade de Aracaju destacava-se no cenário regional por sua expressiva produção canavieira, atestada em estudos históricos (França, 2000). Essa transição socioeconômica reflete a reconfiguração de seu papel no contexto estadual, migrando de uma economia agroprodutiva para um polo de centralidade urbana.

Ademais, por meio de documentos da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1958), a cidade também se notabilizava pela exploração intensiva do coco-da-baía, cuja produção em larga escala permitia o aproveitamento integral. Tal atividade agroextrativista, associada à cultura canavieira, configurava um panorama econômico diversificado, antecedente à inserção da região em circuitos capitalistas mais complexos.

Foi com a construção do porto e com a abertura das relações comerciais a outros estados e, posteriormente, outros países, que a dinâmica produtiva e econômica de Aracaju foi reconfigurada, e que, portanto, as urgências para atender o município que se tornaria urbano e moderno eclodiram.

Porto (1945) salienta que esse processo de expansão política e econômica acentuou o declínio de outros núcleos que estavam se desenvolvendo e mudou a rota de intercâmbios comerciais. Diniz (1963) assinala quatro períodos de desenvolvimento da cidade desde sua fundação, a criação de bairros e sua expansão, 1. período de crescimento marginal, 2. período inicial de formação de bairros, 3. período de crescimento tentacular para o oeste e 4. período de dispersão. O autor destaca que foi no último período (após a década de 1950) que ocorreu o expansionismo industrial de pequeno porte. Foi por meio da industrialização e da urbanização, com o setor imobiliário (França, 2019), que a economia de Aracaju foi crescendo exponencialmente, mas mantendo um ritmo de enriquecimento dos já privilegiados e de empobrecimento da sua população marginalizada. França (2000) aponta que esse aspecto fomentou a dependência interiorana em relação a Aracaju, soerguendo a cidade e inferiorizando as demais, concentrando serviços, educação, comércio, entre outros aspectos, na capital.

Em análise acerca da fragmentação intraurbana e do processo de periferização em Aracaju, Menezes (1983) propôs uma categorização espacial composta por cinco zonas de

crescimento periférico no território da capital sergipana: Zona Periférica Sul, Zona Periférica Sudoeste, Zona Periférica Oeste, Zona Periférica Noroeste e Zona Periférica Norte. Quatro décadas após essa sistematização, observa-se a permanência de estruturas socioeconômicas marcadas pela concentração de recursos em grupos minoritários, salientando a rigidez do arranjo distributivo na cidade.

Como fora abordado anteriormente, as zonas delimitadas pelo autor correspondem, em sua essência, aos núcleos periféricos, em contraste com áreas de valorização imobiliária e ocupação privilegiada, como o bairro 13 de Julho e seu entorno.

A edificação do Mercado Municipal na década de 1920 representou um marco significativo no processo de expansão urbana e modernização da cidade. Conforme destacado por Filgueiras (2019), essa iniciativa alinhou-se aos padrões de desenvolvimento infraestrutural e econômico vigentes no contexto nacional, consolidando-se como um elemento catalisador de progresso. A instituição de um espaço destinado a congregar os fluxos mercantis — incluindo tanto produtos provenientes da atividade portuária, como pescados, quanto aqueles derivados da produção agropecuária — reconfigurou a dinâmica econômica local, otimizando a circulação de mercadorias e integrando circuitos produtivos anteriormente fragmentados.

Além disso, outro eixo relevante para a compreensão da transformação urbana foi a implementação do Distrito Industrial de Aracaju (DIA). Como analisa França (2000), a instalação do DIA exerceu influência direta sobre os movimentos populacionais, impulsionando a migração de contingentes empobrecidos de regiões diversas em busca de oportunidades vinculadas ao incipiente parque industrial. Esse fenômeno resultou em um expressivo adensamento habitacional na porção sudoeste da cidade, onde se observou a formação de núcleos residenciais associados à demanda por mão de obra fabril. Nesse contexto, a industrialização emergente não apenas redefiniu a geografia socioeconômica, mas também acelerou processos de conurbação e expansão periférica, refletindo as contradições entre promessas de desenvolvimento e os desafios inerentes à urbanização acelerada.

Dessa forma, tanto a construção do Mercado Municipal quanto a implantação do DIA configuraram-se como pilares estruturantes na reordenação espacial e produtiva da cidade, evidenciando a interação entre políticas modernizadoras, fluxos econômicos e dinâmicas demográficas ao longo do século XX.

França (1998a) aponta que esse processo de desenvolvimento industrial surgiu na década de 1980, no Plano Nacional de Desenvolvimento, à medida que o Nordeste se inseria nessa lógica que predominantemente orientava a política da região. A autora realça ainda que, concomitantemente a esse processo de industrialização, houvera a viabilização por parte do

estado para a exploração dos seus recursos naturais por vias industriais, como a mineralógica, e de outros setores (1998b). Todavia, por conta do capital imobiliário especulativo, a expansão do DIA não foi possibilitada, sendo direcionada às indústrias do município de Nossa Senhora do Socorro.

Nesse contexto, o terminal portuário marítimo de Aracaju apresentava limitações frente ao avanço extrativista mineral do estado. Como apresentado por França (1998c), a dragagem do porto presente na cidade não comportaria o peso das grandes embarcações que atracariam ali. Desse modo, foi então planejada a construção do porto no município de Barra dos Coqueiros, no modelo conhecido como *off shore*, mas que ainda possibilitaria a centralidade econômica em Aracaju. Felipe Júnior (s.d., p. 5), ao abordar sobre o porto da Barra dos Coqueiros, escreve que “os portos, os terminais e o transporte marítimo são resultantes da combinação dos fatores naturais (curso fluvial/mar/oceano), econômicos (produção e distribuição), políticos (investimentos infraestruturais) e humanos (consumo)”.

Essas circunstâncias contribuíram para que o fluxo populacional dos migrantes oriundos dos municípios do interior do estado e de estados circunvizinhos se elevasse, com reflexos na capital do estado, e em seus municípios limítrofes (RMA). Tais municípios são considerados cidades-dormitórios e fornecedores de trabalhadores para atuar no comércio, na indústria e nos serviços.

3.2.1 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS: ARACAJU/SE

Aracaju destaca-se historicamente por sua relevância nos setores secundário, terciário e quaternário, com transformações significativas em sua estrutura produtiva ao longo do século XX e início do XXI.

No âmbito industrial, dados da segunda metade do século XX indicam que o setor absorvia aproximadamente 39% da população economicamente ativa da cidade (França, 1998). Entre as décadas de 1970 e 1990, destacavam-se as indústrias têxtil, alimentícia, metalúrgica e, sobretudo, a construção civil, esta última responsável por mais de 50% da mão de obra industrial. Conforme aponta França (1998, p. 167), tal setor era impulsionado pela migração sazonal de trabalhadores rurais, que buscavam ocupação entre setembro e março, período de entressafra agrícola e redução de chuvas. Esse fenômeno reflete a interação entre a mecanização do campo, a expansão do agronegócio, que expulsou os trabalhadores para o espaço urbano da capital e municípios circunvizinhos, e a reconfiguração do mercado de trabalho urbano, marcado pela precariedade e informalidade.

Espacialmente, as atividades industriais concentravam-se no Distrito Industrial de Aracaju (DIA) e no bairro Industrial, polos projetados para centralizar a economia urbana. Todavia, o crescimento exponencial do setor favoreceu a dispersão geográfica, culminando no surgimento de pequenas indústrias na Região Metropolitana de Aracaju (RMA) e no fortalecimento de empreendimentos familiares, fatores que intensificaram as migrações internas, especialmente as do tipo “perpendicular” (Silva, 1991).

No âmbito comercial, Diniz (1987) destaca Aracaju como eixo central das redes de comércio entre a Zona da Mata e o Sertão nordestino. França (1998) atualiza essa análise, enfatizando que a expansão do setor de alimentação — com a proliferação de restaurantes, lanchonetes e a inauguração do shopping center Riomar — alterou a dinâmica produtiva local. Na contemporaneidade, observa-se a ascensão de estabelecimentos de fast food, associada à precarização laboral e à flexibilização das relações de trabalho (Alves, 2009; Nascimento, 2016; Souza, 2020).

O comércio, inicialmente centralizado nos Mercados Municipais, expandiu-se para a periferia com a instalação de mercearias e pequenos negócios domiciliares, originalmente complementares e que atualmente constituem fonte de renda familiar.

Por fim, a especulação imobiliária surge como vetor de desigualdade socioespacial. Ribeiro (1989) e França (2000; 2019) afirmam que a construção de condomínios fechados em áreas valorizadas deslocou populações de baixa renda para regiões periféricas, como Santa Maria e Japãozinho, onde a infraestrutura básica — saneamento e acesso à água — são insuficientes (Santos e Santos, 2021).

As problemáticas existentes no mercado imobiliário nos centros urbanos é uma temática bastante discutida, entretanto ainda cara para nossos estudos. França (2019, p. 92, 93) aponta:

Como estratégias de apropriação do espaço, o mercado imobiliário se utiliza da diversidade de itens, como os condomínios horizontais, loteamentos fechados e condomínios verticais, com os empreendimentos mistos (usos residenciais e não-residenciais) e os condomínios clube. Aliado a isso, o Estado tem favorecido condições para circulação do capital e das pessoas, proporcionando meios que garantem a acessibilidade, sobretudo privilegiando o transporte individual, sobre o coletivo.

A atuação conjunta do Estado e do capital privado no planejamento urbano tende a priorizar investimentos que beneficiam os interesses da população economicamente privilegiada, consolidando assim dinâmicas socioespaciais excludentes. Em contrapartida, os estratos sociais marginalizados enfrentam consequências adversas decorrentes dessa lógica excludente, especialmente no que concerne à distribuição espacial de moradias e serviços. A

localização periférica das habitações populares impõe custos adicionais à população de baixa renda, tais como o dispêndio excessivo de tempo em deslocamentos para acessar zonas centrais de emprego e a carência de infraestrutura pública próxima. Essa configuração socioespacial contribui para a fragmentação do tecido urbano, gerando sobrecarga nos sistemas de transporte e ampliando desigualdades no acesso a direitos básicos.

Nesse contexto, França (2019) destaca que a precarização dos modais coletivos de transporte — associada à priorização de políticas que incentivam a individualização da mobilidade, como o uso de veículos particulares — agrava problemas estruturais, como congestionamentos crônicos. Tal cenário impacta desproporcionalmente a classe trabalhadora, que depende do transporte público e enfrenta condições operacionais degradantes, reforçando ciclos de precariedade e exclusão.

Na Tabela 4, é apresentado como o domínio do setor dos serviços é predominante em Aracaju e na acumulação de capitais. Infere-se, com os dados do IBGE (2022), que, ao longo das décadas, a concentração de capitais dos setores promoveu o avanço da concentração da produção na indústria e nos serviços. Observa-se também que esse fator condiciona uma dependência na produção de alimentos dos municípios de outras regiões, como Itabaiana e Lagarto, e de outros estados.

Tabela 4 – Acúmulo de capitais nos setores econômicos (2000-2021) – Aracaju/SE

Atividade econômica	Ano		
	2000	2010	2021
	Valor em R\$ mil		
Agropecuária	2.827,00	3.548,00	3.330,16
Indústria	554.465,00	1.662.170,00	1.850.430,69
Serviços	1.955.416,00	4.975.889,00	10.683.341,65
Administração	--	1.702.071,00	3.511.932,57

Fonte: IBGE Produto Interno Bruto dos Municípios – 2022.

Organização: Rodrigues, Elisandro Matos (2024).

A análise das informações apresentadas demonstra uma assimetria entre a participação econômica do setor terciário e a dos demais setores produtivos. Conforme demonstrado, os serviços de natureza pública, a indústria e a agropecuária correspondem coletivamente a 33,43% do valor total da economia, enquanto o setor de serviços abarca os 66,57% restantes. Essa discrepância é observada na concentração de serviços (saúde, educação, comércio etc.) de Aracaju e na expansão acelerada de plataformas digitais, especialmente aquelas voltadas ao transporte individual e à entrega de alimentos, fenômeno que reconfigura dinâmicas socioespaciais e econômicas.

O crescimento intensivo e desregulado dessas empresas, conforme discutido por Van Der Ploeg (2008) em sua análise sobre imperialismo contemporâneo, exerce pressão sobre os Estados-Nação, que frequentemente regulam tais corporações de maneira ambígua, permitindo sua inserção abstrata no território. Tal processo não apenas redefine relações de trabalho e consumo, mas também altera estruturas político-econômicas urbanas, consolidando um modelo de acumulação que marginaliza setores tradicionais.

Paradoxalmente, embora dados do IBGE indiquem que o setor de serviços em Aracaju concentre expressiva acumulação de capital, tal dinamismo econômico não se traduz em equidade social. Pelo contrário, observa-se a persistência de elevados índices de pobreza e o agravamento de disparidades territoriais. Esse contraste reforça a tese de que a hegemonia do terciário, embora associada a discursos de “desenvolvimento”, frequentemente opera mediante lógicas excludentes, nas quais o crescimento econômico não implica redistribuição de riqueza.

À luz das discussões previamente desenvolvidas sobre as cozinhas solidárias — contemplando seus mecanismos multifacetados de operacionalização, suas bases históricas e dimensões político-sociais —, bem como sobre a conformação socioterritorial de Aracaju e as contradições que atravessam a realidade da capital, esta pesquisa direciona, nas próximas seções e subseções, seu enfoque para a análise empírica das experiências concretas observadas no município.

O recorte investigativo prioriza a observação desses espaços coletivos, enfatizando dois eixos centrais: (i) a atuação dos agentes sociais que organizam e mantêm as cozinhas, compreendidos como sujeitos políticos engajados na reconfiguração de práticas comunitárias; e (ii) as percepções dos indivíduos que nelas encontram um dispositivo de re-existência.

4 DA PERIFERIA AO CENTRO: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DAS COZINHAS SOLIDÁRIAS EM ARACAJU-SE

A fome à noite parece ser pior que no dia... Você sabe como é difícil passar o dia todo com fome na rua e chegar em casa, ver sua mulher e filhos com fome e nem ter um pão para dar? Não é fácil. (Morador da Ocupação Marivan Sul).

As cozinhas solidárias são criadas como respostas concretas a contextos de instabilidade política, fome, insegurança e violência estrutural. Em Aracaju, essas iniciativas materializam-se por meio de projetos institucionais consolidados e ações pontuais, especialmente em bairros periféricos com infraestrutura precária (como destacado na seção 3). Protagonizadas por mulheres que exercem funções de caráter voluntário, elas auxiliam moradores das suas comunidades ou grupos em vulnerabilidade socioeconômica, oferecendo doações de alimentos, vestuário e outros suportes materiais e simbólicos.

O contexto da pandemia de covid-19 em Aracaju exigiu estratégias imediatas para mitigar as carências da população mais pobre. Nessa conjuntura crítica, caracterizada por imprevistos e desafios multifacetados, indivíduos e coletivos — mesmo sem vínculos formais com movimentos sociais organizados — mobilizaram-se para estruturar cozinhas solidárias em seus territórios. Ações como essas, embora fragmentadas, tornaram-se mecanismos essenciais de re-existência e solidariedade frente à ausência de políticas públicas eficazes, reforçando a capacidade de organização comunitária em crises.

Essa realidade ecoa no estudo De Sordi (2023) sobre as cozinhas solidárias do MTST na Lapa, Rio de Janeiro. O estudo destaca a penúria de trabalhadores superexplorados (entregadores, motoristas de aplicativos, camelôs etc.), que frequentemente “vendem o almoço para ter o jantar”. A alta jornada inviabiliza uma alimentação saudável, levando-os a consumir os ultraprocessados pela praticidade, custo e tempo empregado. A pesquisa demonstra que as cozinhas solidárias não apenas alimentam a população sem teto, mas também auxiliam esses trabalhadores, cujo tempo é “sequestrado” pelo mercantilismo contemporâneo e cujo direito à alimentação é negligenciado. Perante essa circunstância, o papel das cozinhas solidárias e a mobilização dos movimentos sociais tornam-se cruciais na reinvidicação de direitos.

Nesse contexto, observa-se a materialização das relações de poder na esfera alimentar, onde a dominação dos “impérios alimentares” (Van Der Ploeg, 2008) evidencia a apropriação capitalista dos territórios. A re-existência contra essa ordem hegemônica manifesta-se na reivindicação alimentar, articulando lutas que desafiam a reprodução do capital em suas múltiplas escalas.

Esse processo revela-se multidimensional, em meio a adversidades, ao mesmo tempo em que reinventa modos de habitar o mundo, entrelaçando ética, política e transformação espacial. Como processo intrínseco ao território, ela é moldada e simultaneamente conforma relações geográficas e sociais, emergindo das crises entre dominação e emancipação que se materializam no espaço. Portanto, o re-existir não é apenas ocupar o território, mas redefinir suas possibilidades, convertendo-o em palco de práticas que contestam e ressignificam ordens hegemônicas.

Diante das insuficiências sistêmicas do Estado, movimentos sociais como o MTST, o MST, o Mãos Solidárias e o MPA adquirem relevância crucial. Sua articulação política combate o desmonte de políticas públicas e representa a luta de trabalhadores precarizados, populações periféricas e pessoas em situação de rua.

Em Aracaju, a atuação dessas entidades, movimentos sociais e o PT (Partido dos Trabalhadores, núcleo Aracaju/SE) foi essencial, ao dar visibilidade a grupos marginalizados, promoveram não apenas ações assistenciais, mas também uma articulação política contínua que transcendia a ajuda alimentar pontual (figura 4). Isso consolidou um debate crítico, reposicionando a alimentação saudável e de qualidade não como caridade, mas como um direito fundamental inerente à dignidade humana, integrando a dimensão nutricional a uma pauta estrutural que vincula segurança alimentar, justiça social e mobilização coletiva.

Figura 4 - Assembleia aberta das cozinhas solidárias e movimentos sociais de Aracaju. Assentamento Quissamã-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES, E.M., 2025.

Diante desse contexto, o segmento empírico desta pesquisa foi definido a partir das cozinhas solidárias identificadas e mapeadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em articulação com os dados do programa Alimenta Cidades e da política do Programa Cozinhas Solidárias (PCS). Essas cozinhas, de

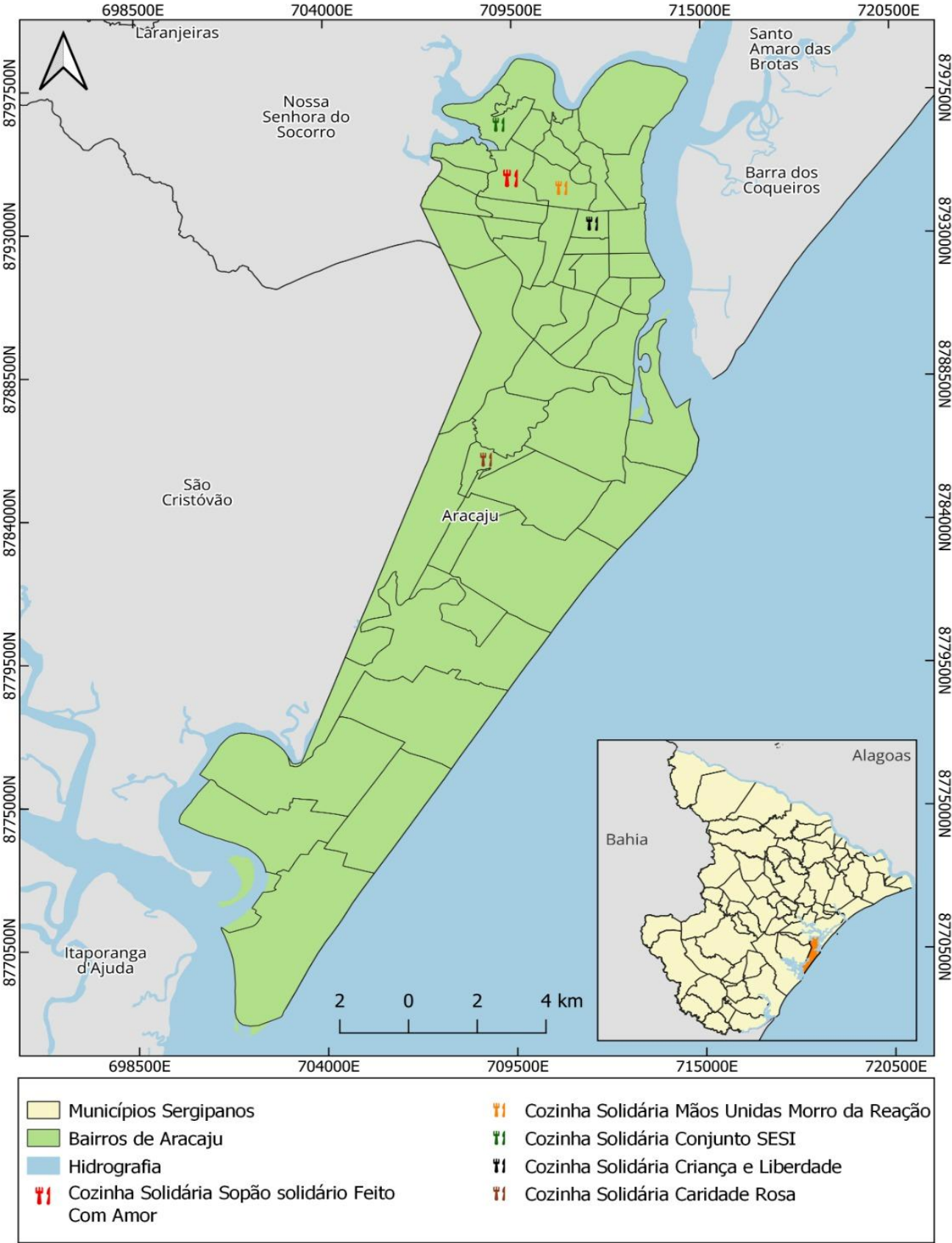
funcionamento regular ou esporádico, estão localizadas em bairros classificados neste estudo como territórios vulneráveis (Figura 5). Assim, o público-alvo da pesquisa corresponde aos sujeitos atendidos pelas cozinhas quanto aqueles que nelas atuam.

No município de Aracaju no ano de 2025, conforme os dados do disponibilizados pelo mapeamento do PCS em consonância com o MDS, existem 30 cozinhas solidárias mapeadas pelo programa, distribuídas pelos bairros já supracitados na dissertação, além do; Lamarão, Japãozinho, Ponto Novo, Jardim Esperança, Jardim Recreio, Aruana, Santa Maria, Centro, José Conrado de Araujo, Siqueira Campos, Sanatório, Dom Luciano, Pereira Lobo e Bairro Industrial. Todavia, o número de cozinhas habilitadas não se equipara ao montante das cozinhas territorializadas no município, sendo apenas 13 das 30 cozinhas aptas a receberem os valores previstos pelo edital do PCS seguindo as normativas designadas pelo governo federal. Destas 13 habilitadas, duas fazem parte do escopo desta pesquisa, Cozinha Caridade Rosa e Cozinha Luz do Amanhã da comunidade do SESI.

A condição de sócio vulnerabilidade desses territórios decorre da coexistência de diversos fatores, dentre os quais se destacam a violência urbana, social e policial. Para sustentar a análise dessa dimensão multiescalar da violência, foram utilizados dados da Secretaria da Família e Assistência Social de Aracaju (SMFAS), complementados por registros em diário de campo e entrevistas. Esses materiais evidenciam processos de segregação espacial, ausência de infraestrutura residencial e urbana, bem como a ocorrência de desertos alimentares nas comunidades investigadas.

O público assistido pelas cinco cozinhas espalha-se para outros quatro bairros (Lamarão, Santa Maria, Padre Pedro, 17 de Março) e duas ocupações não reconhecidas pelo Estado, (Ocupação Marivan Sul e Sobaco da Gata). Os alimentos oferecidos pelas citadas cozinhas atraem os moradores desses outros espaços em decorrência do aumento de casos de fome averiguado no decorrer dos trabalhos de campo, dos dados do Alimenta Cidades (2024), da Rede Penssan (2022) e da POF. O movimento em busca de refeição e alimentação condiciona a população desses espaços circunvizinhos a migrarem, transformando-os em nômades na busca de refeição.

Figura 5 - Localização das cozinhas solidárias para pesquisa. Aracaju-SE, 2025.

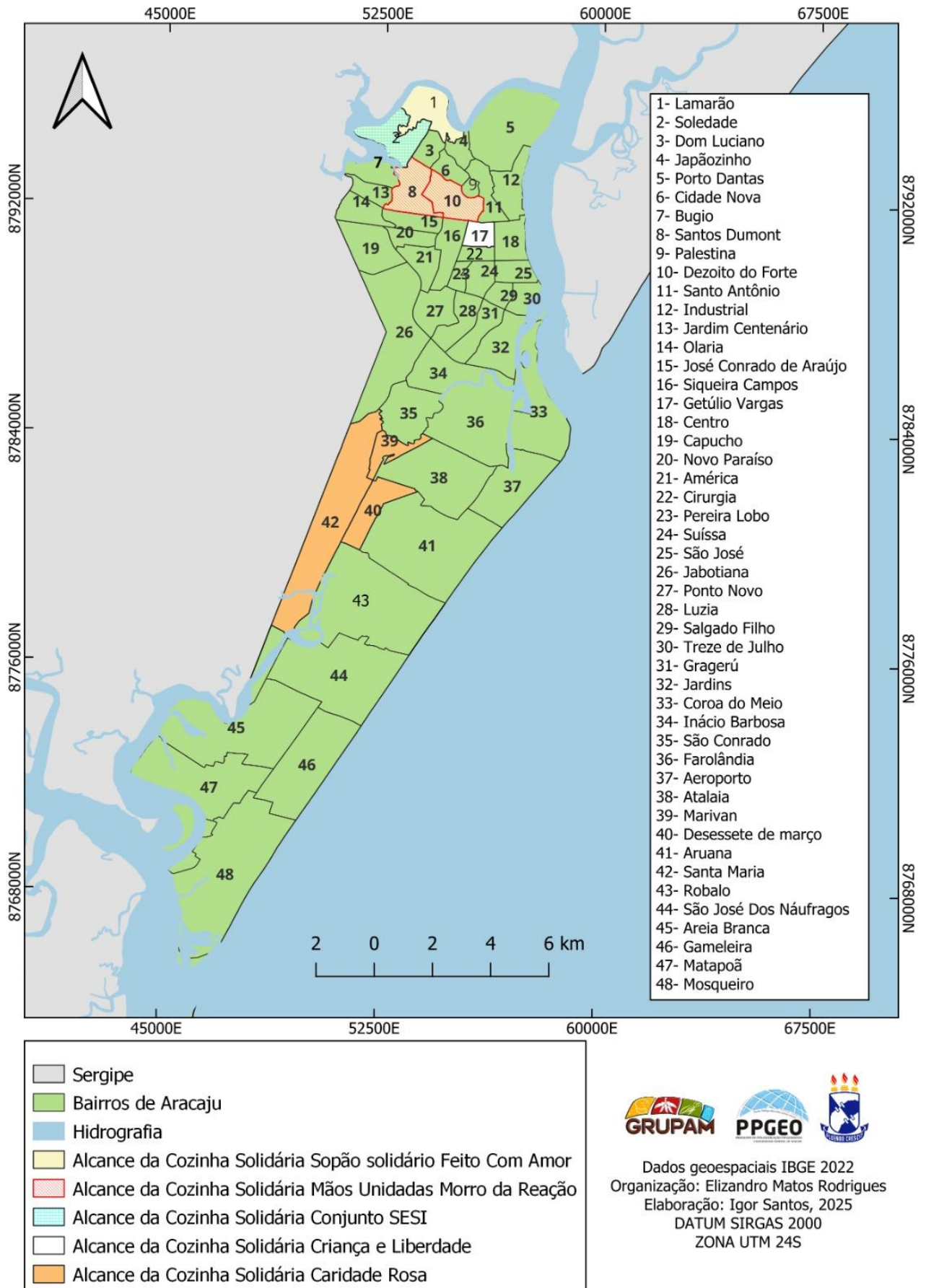


O mapa de alcançabilidade (figura 6) demonstra que as cozinhas solidárias atraem moradores que transcende seu espaço geográfico imediato. Embora essas iniciativas estejam fisicamente localizadas em pontos específicos, dedicadas à oferta de refeições, distribuição de alimentos e atividades correlatas, sua capacidade de impacto social amplia-se além das fronteiras locais, atingindo populações em contextos territoriais mais extensos. Esse fenômeno reflete, sobretudo, a grave condição de insegurança alimentar e fome que afeta expressiva parcela da população de Aracaju.

Diante da ausência de alternativas sustentáveis para superação desses desafios estruturais, os indivíduos são compelidos a adotar práticas itinerantes em busca de recursos nutricionais para sua subsistência e de terceiros. Tal dinâmica reitera não apenas a precariedade socioeconômica, mas também a necessidade urgente de intervenções institucionais articuladas para mitigar a vulnerabilidade sistêmica observada.

Inicialmente, as lideranças das cinco cozinhas estudadas mobilizaram experiências prévias para consolidar a localização física de cada unidade. Diante da escassez de recursos, optou-se pela produção e distribuição de sopas, estratégia economicamente viável que ampliou o alcance populacional, especialmente em 2020, auge das incertezas socioeconômicas e do temor sanitário.

Figura 6 - Mancha de alcançabilidade de atuação das cozinhas solidárias. Aracaju-SE, 2025.



Diante do exposto, observa-se a consolidação de uma rede de cozinhas solidárias em Aracaju estruturada em princípios de autonomia e articulação coletiva. O modelo adotado preserva a soberania de cada núcleo comunitário nos bairros, respeitando particularidades locais, ao mesmo tempo em que promove a integração sistêmica desses espaços. Isso ocorre por meio de diálogos contínuos em reuniões periódicas que unem representantes de territórios periféricos, lideranças do MST, agricultores familiares e instituições acadêmicas (Figura 7).

Figura 7 - Registro de reuniões das cozinhas solidárias, MST, MTST, Mãos Solidárias e sociedade civil (registrado em momentos distintos, no período de dois anos), no assentamento Quissamã, Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES. E.M., 2025.

Esta interlocução tem como objetivo central fomentar a troca de saberes com ênfase na valorização de práticas ancestrais vinculadas à produção agroalimentar historicamente preservadas no contexto rural. Simultaneamente, o debate crítico propicia a reflexão sobre os desafios urbanos inerentes à realidade municipal, expondo questões estruturais, como desigualdades socioeconômicas e a precarização do acesso a alimentos saudáveis. Desse modo, a rede configura-se não apenas como um mecanismo de assistência, mas como um espaço pedagógico e político, capaz de gerir as dinâmicas que permeiam a relação entre campo e cidade, enquanto fortalece a cooperação entre atores sociais diversificados.

O modelo em análise conforma-se como um mecanismo de apoio a unidades que enfrentam desafios operacionais, seja na disponibilização de alimentos, seja na gestão de voluntários, seja ainda na implementação de novas estruturas em regiões com déficit de acesso a recursos alimentares, conforme ilustrado na Figura 2 deste estudo. Essas dinâmicas apontam para uma necessidade marcada por exclusão e crises estruturais que ampliam a dominação sobre territórios.

Carlos (2014, p. 37), fundamentada em Lefebvre (1968), ressalta que a transformação social está ancorada no “direito à cidade”, entendido como processo emancipatório pautado na luta por direitos coletivos e na construção de sociedades alternativas. Nesse contexto, os movimentos sociais desempenham papel central ao expor contradições inerentes à urbanização capitalista, como a violência socioespacial e a marginalização de grupos periféricos.

O abastecimento dessas cozinhas é realizado por meio de múltiplas vias: a distribuição de alimentos via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que os adquire no assentamento Marcello Deda (Malhador, SE); doações de agricultores familiares do assentamento Quissamã; e a produção do Roçado Solidário, iniciativa articulada pelo movimento Mãos Solidárias – entidade responsável pela coordenação das cinco cozinhas pesquisadas.

Todavia, a escalada da insegurança alimentar e a existência de “desertos alimentares” impõem uma pressão por ampliação da capacidade de atendimento. Nesse cenário de escassez de recursos e insumos, ações pontuais de “filantropia corporativa” (Arco Castro et al., 2020; Miranda; Cordão, 2021) são, por vezes, vistas como necessárias para suprir limitações operacionais.

Em contraposição à lógica exploratória do mercado, emerge o Roçado Solidário, uma iniciativa promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), concebida como resposta prática e inovadora aos desafios da fome e da insegurança alimentar. Embora desenvolvido inicialmente no estado de Pernambuco, o Roçado Solidário não se configura como uma experiência homogênea ou descolada de suas bases territoriais. Ao contrário, trata-se de uma prática que se territorializa de forma concreta no Assentamento Quissamã, localizado no município de Nossa Senhora do Socorro – SE, onde as relações sociais, as condições materiais e as dinâmicas locais conferem especificidade à iniciativa.

Nesse território, o projeto articula práticas agroecológicas e ações de solidariedade, produzindo alimentos saudáveis que são destinados a comunidades em situação de vulnerabilidade social. O Roçado Solidário, assim, não apenas materializa uma alternativa à produção agrícola orientada pela lógica mercantil, mas também expressa um processo de territorialização que envolve o uso social da terra, a construção de vínculos comunitários e a afirmação do direito à alimentação adequada.

O Roçado Solidário (Figura 8) insere-se no contexto da agroecologia, um modelo de produção que busca harmonizar a relação entre seres humanos e natureza, promovendo a sustentabilidade ambiental e social. A iniciativa emprega técnicas como a agrofloresta, mimetizando ecossistemas naturais para produzir alimentos livres de agrotóxicos (MST, 2022).

Essa abordagem contribui para a recuperação de solos degradados e fortalece a segurança alimentar (Embrapa, 2014).

Figura 8 - Roçado Solidário: Assentamento Quissamã-SE, 2024.



Fonte: RODRIGUES, E.M., 2025.

Alinhado aos princípios da economia solidária, que valorizam a cooperação e a autogestão, o projeto integra voluntários urbanos e rurais, promovendo educação popular e conscientização sobre a reforma agrária e a produção de alimentos saudáveis (Brasil de Fato, 2023). No recorte estudado, o Roçado Solidário materializa-se em locais como o Assentamento Quissamã (Nossa Senhora do Socorro), na Escola 11 de Agosto (comunidade quilombola Morro dos Negros, Aracaju) e no assentamento Emília Tavares (Santa Maria), com articulação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

A iniciativa tem demonstrado resultados significativos na produção e distribuição gratuita de alimentos para comunidades periféricas, fortalecendo a organização popular. No entanto, enfrenta desafios, como a falta de articulação institucional com o Sistema Único de Saúde (SUS) e a necessidade de políticas públicas permanentes de apoio à agroecologia e à solidariedade (MTST, 2024).

A expansão de infraestruturas de apoio alimentar, replicando o formato das cozinhas solidárias, justifica-se pela demanda emergente. Populações residentes em áreas desprovidas de equipamentos sociais são obrigadas a se deslocarem para outras regiões em busca de refeições – fenômeno que sobrecarrega as unidades existentes e impõe a indivíduos (denominados “nômades da refeição”, Figura 6) um elevado custo temporal e socioeconômico em seus deslocamentos.

A descentralização de infraestruturas de apoio alimentar surge como estratégia essencial para mitigar desigualdades geográficas, promover o acesso a direitos básicos e aliviar a pressão sobre as unidades existentes, alinhando-se definitivamente aos princípios de justiça social e direito à cidade.

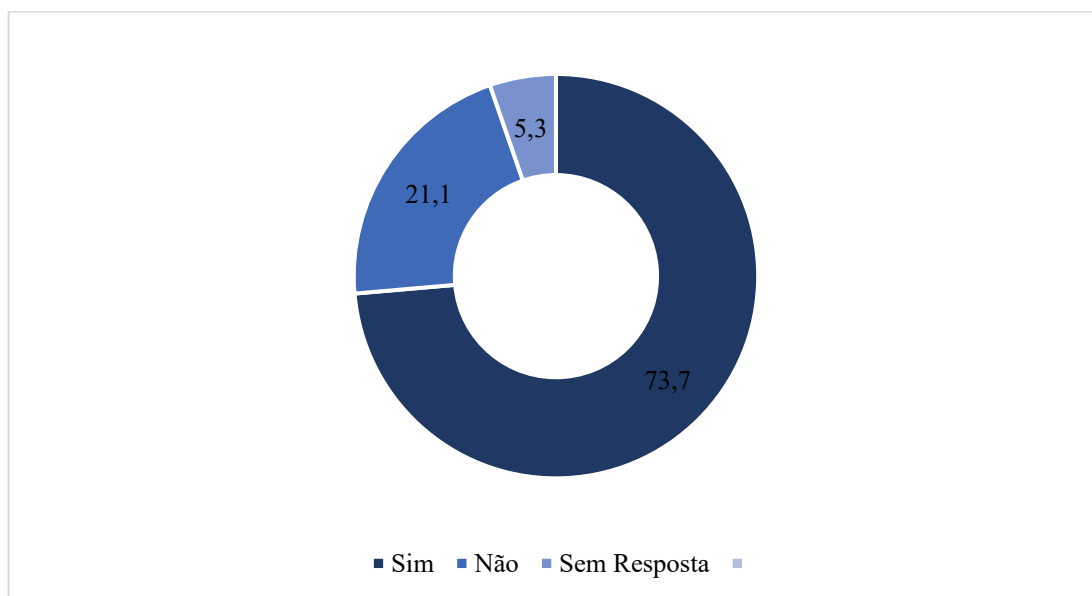
Segundo os dados obtidos por meio de questionários, 84,2% do público investigado — composto por voluntários, lideranças e assistidos pelas cozinhas solidárias — autodeclara-se preto ou pardo. Do total de 89 respondentes, 36,9% possuem apenas o ensino fundamental completo, o que revela um acesso limitado à educação formal. Do ponto de vista socioeconômico, 63,3% sobrevivem com até um salário mínimo mensal, evidenciando uma acentuada vulnerabilidade financeira. Essa condição é agravada pelo fato de 52,7% dos participantes residirem em domicílios com mais de três moradores, enquanto 31,6% declararam não exercer qualquer atividade ocupacional.

Tais indicadores, quando analisados em conjunto, reforçam a intersecção entre desigualdades raciais, educacionais, econômicas e habitacionais, conformando um cenário crítico de exclusão social. Ademais, os valores expressos no gráfico 7 indicam que a maior parte da população está inserida no Programa Bolsa Família e no CadÚnico¹¹, sugerindo que, na ausência do suporte financeiro e dos benefícios assistenciais providos por políticas públicas, a situação de fome na periferia de Aracaju estaria ainda mais grave.

¹¹ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) não é um benefício em si, mas um instrumento de identificação socioeconômica que permite o acesso a diversas modalidades de programas e benefícios sociais. As principais modalidades vinculadas ao CadÚnico são: 1. Transferência de renda. Programa Bolsa Família; Auxílio Gás dos Brasileiros; 2. Benefícios assistenciais. Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) – para idosos e pessoas com deficiência de baixa renda; Tarifa Social de Energia Elétrica; Tarifa Social de Água e Esgoto (onde implementada); 3. Habitação e infraestrutura. Programas habitacionais (como o Minha Casa, Minha Vida, quando há critérios de renda vinculados ao CadÚnico); Isenção ou redução de taxas em serviços públicos municipais e estaduais (conforme legislação local); 4. Educação. Isenção da taxa de inscrição do ENEM e de vestibulares; Programas de permanência estudantil (em alguns casos); 5. Trabalho e renda; Programas de qualificação profissional (ex.: cursos do Pronatec em períodos de vigência); Intermediação de mão de obra e inclusão produtiva; 6. Grupos populacionais específicos. O CadÚnico identifica modalidades de cadastro para públicos como: Povos indígenas; Comunidades quilombolas; Pessoas em situação de rua; Famílias assentadas da reforma agrária; Catadores de materiais recicláveis; Ribeirinhos, pescadores artesanais e outros povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2024).

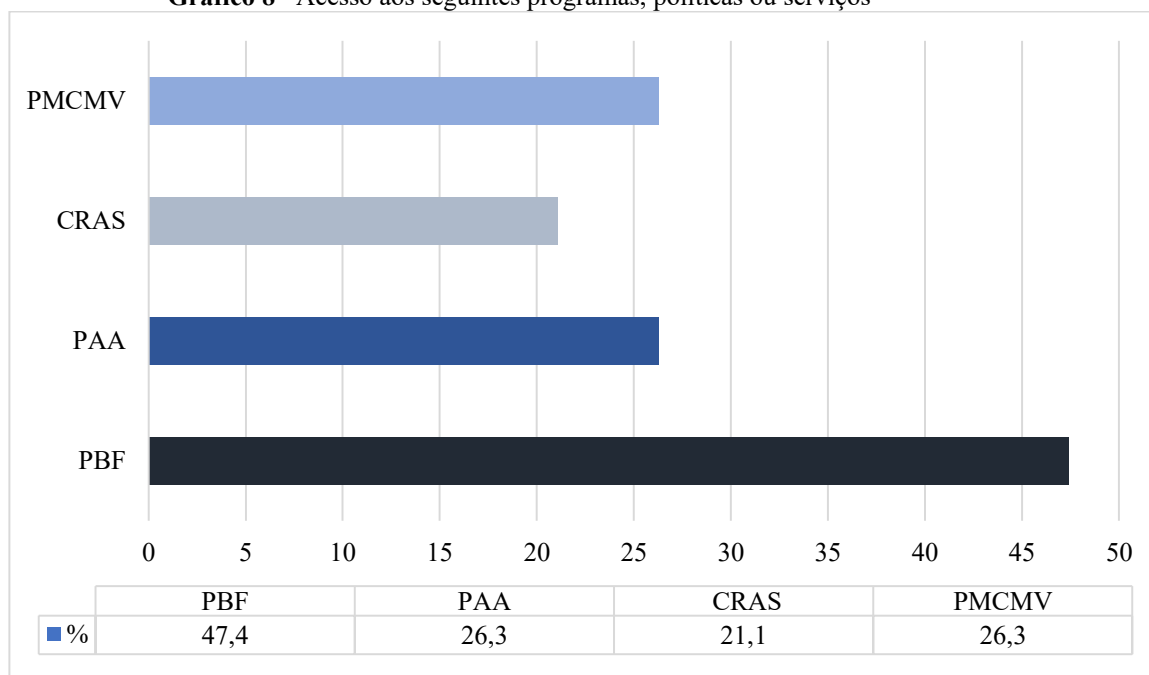
O Cadastro Único (CadÚnico) funciona como um instrumento central de identificação das populações em situação de vulnerabilidade, permitindo que políticas de SAN sejam direcionadas aos grupos que mais necessitam. Programas como o Bolsa Família e o Auxílio Gás impactam diretamente a capacidade das famílias de acessar alimentos e energia para o preparo das refeições, criando condições mínimas para a reprodução da vida cotidiana, ainda que não enfrentem de forma estrutural a questão do acesso à alimentação saudável.

Gráfico 7 - Cadastrado único do Governo Federal realizado/atualizado.



Fonte: RODRIGUES, E.M., 2025

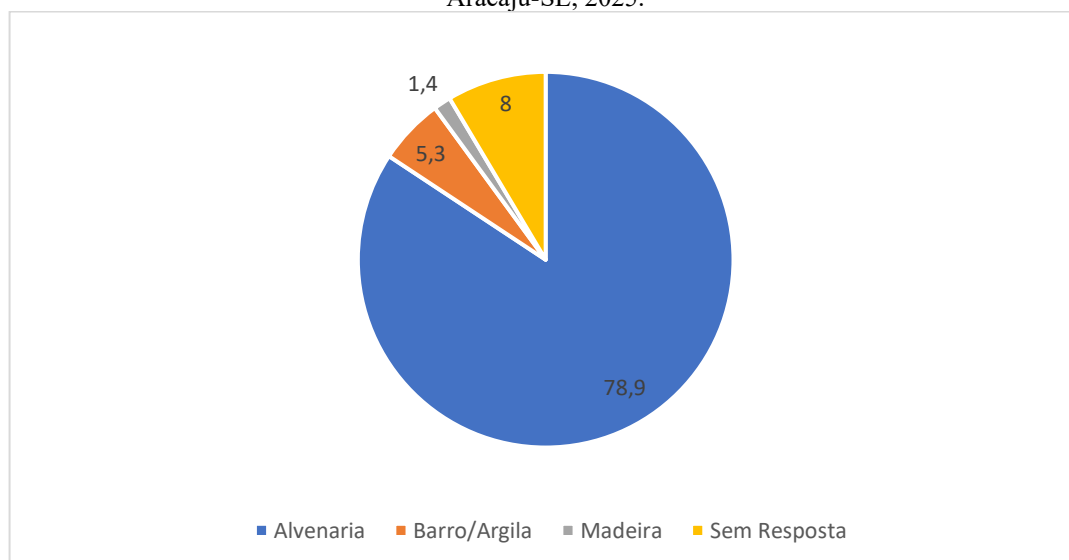
Ao serem questionados sobre as quais políticas públicas e programas de assistência social possuíam acesso, as respostas dos entrevistados não se restringiram ao Bolsa Família, ainda que este se mostre o mais frequente entre os beneficiários. Verificou-se também a participação em iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Minha Casa Minha Vida, os quais constituem um alicerce fundamental para a garantia da sobrevivência e da reprodução social desse grupo. Conforme expresso no gráfico 8, tais políticas representam, em termos numéricos, um suporte essencial para a população investigada.

Gráfico 8 - Acesso aos seguintes programas, políticas ou serviços

Fonte: RODRIGUES, E.M., 2025

No que concerne às condições habitacionais (Gráfico 9), os dados revelam que a maior parte dos domicílios (78,9%) é construída em alvenaria, enquanto um percentual menor (5,3%) utiliza barro ou materiais alternativos ao cimento. Entretanto, embora a maioria das residências possua uma estrutura construtiva básica, mais da metade (52,2%) dos moradores relata intermitência no abastecimento de água.

Gráfico 9 - Material predominante nas paredes externas das moradias da população usuária das cozinhas solidárias.
Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES, E.M., 2025

Esse cenário persiste mesmo com a ampla cobertura de rede de água encanada, que atende mais de 90% da população — com exceção de moradores de contextos específicos, como a Ocupação Marivan Sul. A falta regular de água, portanto, não reflete uma ausência de infraestrutura, mas sim falhas críticas na prestação do serviço público de distribuição hídrica nas periferias.

Tal instabilidade no abastecimento impacta diretamente a segurança alimentar da população, uma vez que a água é elemento indispensável para o preparo adequado dos alimentos, evidenciando como a precariedade dos serviços básicos agrava as condições de vida nessas localidades.

Os dados coletados por meio de entrevistas, expostos nos gráficos anteriores, reforçam que o perfil da população em situação de fome que recorre às cozinhas solidárias por refeições prontas coincide com o cenário nacional delineado pela Rede PENSSAN sobre insegurança alimentar: trata-se majoritariamente de uma população preta e parda. Enquanto apenas 10,5% dos entrevistados se autodeclararam brancos, mais de 80% se identificam como negros.

Essa predominância corrobora as discussões desenvolvidas nos capítulos anteriores, nas quais se sustenta que a população negra constitui o segmento mais vulnerabilizado nos centros urbanos brasileiros, revelando a dimensão étnico-racial como um eixo estruturante das desigualdades sociais.

Nas subseções subsequentes, será realizada uma análise detalhada do *modus operandi* das cozinhas solidárias selecionadas para esta pesquisa, abrangendo desde sua contextualização histórica até sua operacionalização contemporânea. O estudo destacará os desafios, os conflitos inerentes às dinâmicas socioeconômicas e o processo de superação enfrentado por essas iniciativas para garantir a distribuição gratuita de alimentos e refeições a populações na capital. Ademais, serão examinados os mecanismos de sustentabilidade adotados, assim como as estratégias de articulação comunitária e institucional que viabilizam sua atuação.

Por fim, reserva-se um espaço para expor as contradições que permeiam tais projetos, as quais surgem mesmo diante de sua relevância social. Nesse sentido, propõe-se uma reflexão sobre as condições de trabalho dos agentes envolvidos, os conflitos entre a dimensão assistencial e a busca por autonomia financeira, e os limites impostos por políticas públicas fragmentadas. Essa abordagem visa não apenas reconhecer o impacto das cozinhas solidárias, mas também problematizar o trabalho exercido pelos sujeitos que conformam a feição das cozinhas, destacando a necessidade de aprimorar modelos que garantam o direito à cidadania

alimentar, direito ao alimento que seja nutritivo, de qualidade e adequado, tanto para os beneficiários quanto para os realizadores dessas iniciativas.

4.1 COZINHAS SOLIDÁRIAS, SOPÃO FEITO COM AMOR, MÃOS UNIDAS, MORRO DA REAÇÃO E LUZ DA ESPERANÇA

Localizada no bairro Santos Dumont, na zona Oeste de Aracaju/SE, a Cozinha Solidária da Comunidade do Tamandaré constitui-se como uma iniciativa de relevância social e política em um cenário marcado por profundas desigualdades. Conforme dados da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social (SMFAS, 2019), trata-se de um território com expressiva densidade populacional e índices elevados de desigualdade econômica, social e educacional.

Nesse contexto, o projeto Sopão Solidário Feito com Amor se estrutura como um eixo articulador de ações coletivas, formando uma rede de apoio voltada aos grupos mais empobrecidos. Essa rede de apoio é composta na atuação do Mãos Solidárias e do MST e na articulação de populares locais, de filiados a partidos políticos como o PT, e da população de áreas rurais como o assentamento Quissamã, em Nossa Senhora do Socorro/SE, e o assentamento Marcelo Déda, em Malhador/SE.

A distribuição de alimentos (Figura 9), elemento central da iniciativa, atua como mecanismo de coesão social entre voluntários, beneficiários e demais atores comunitários, independentemente de renda, etnia ou classe social. Para além do alívio imediato da fome, ressignifica-se o espaço público como lócus de solidariedade e re-existência, permitindo que o alimento seja também um ato político.

Figura 9 - Entrega de sopas a comunidade do Santos Dumont e moradores em situação sem teto fixo, na Cozinha Solidária do Tamandaré. Aracaju/SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES, E.M., 2025.

Essa percepção dialoga diretamente com as análises que Castro (2003) faz na sua obra, *Fome: um tabu proibido*: a fome não é resultado da escassez natural, mas consequência de uma ordem social que a produz e a mantém. A experiência da Cozinha Solidária do Tamandaré materializa essa compreensão: a fome que ali se enfrenta é produto de um sistema histórico de exclusão, e não um fenômeno accidental. De modo semelhante, as narrativas de Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de despejo* (1960), descrevem a fome como amarela e apontam que ela dói nos ossos, oferecendo, desse modo, uma dimensão sensorial e concreta da carência alimentar, algo que se repete nos relatos colhidos durante a pesquisa, em que moradores descrevem a escassez como experiência física e emocional.

A gênese da cozinha solidária em 2020 insere-se em um contexto de desmonte de políticas públicas de segurança alimentar, marcado pela extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e pela redução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), somadas ao congelamento de recursos para proteção social. Antipon (2024), ao estudar a precarização laboral em São Luís (MA), evidencia como o empobrecimento estrutural intensificado pela crise sanitária elevou os níveis de fome, reforçando a necessidade de iniciativas comunitárias autônomas.

O surgimento desta cozinha está diretamente ligado à percepção da líder da comunidade e da cozinha solidária sobre a vulnerabilidade extrema de pessoas em situação de rua e usuárias de drogas. Em seu relato, ela afirma: “*eu via eles andando na rua, na noite, com as roupas sujas e eu pensava ‘Meu Deus, como é que vive esse povo’*. Foi aí que eu comecei a oferecer sopa para eles, sabe” (Entrevista, 2023). Com o avanço da pandemia e a ausência de políticas, o projeto passou a atender famílias afetadas pelo desemprego, com apoio de doações do PAA e parcerias com o MST. Porto e Cruz (2024) ressaltam que a importância do PAA está na valorização da sociedade civil e na doação direta de alimentos *in natura*, embora barreiras burocráticas dificultem a distribuição plena.

A sustentação do projeto enfrenta limitações crônicas: escassez de utensílios, de gás e de ingredientes; e logística onerosa, pois depende de feiras, mercearias e supermercados locais nos quais os preços dos alimentos são mais elevados que no CEASA. Como apontado em estudo sobre a privatização dos espaços de comercialização de Wegner e Belik (2012), o sistema neoliberal tende a distanciar o acesso a alimentos, além de desestruturar os espaços outrora públicos e destinar o serviço alimentar à lógica capitalista de consumo e acumulação. Esse cenário, segundo Freitas (2003), não se resume ao vazio no estômago, mas à erosão cotidiana da dignidade, produzindo “um estado permanente de espera e incerteza” que adoce corpos e subjetividades.

A recente (2022 - 2025) reestruturação de programas assistenciais pelo governo federal não resolveu o problema, pois a burocracia impede que iniciativas comunitárias tenham acesso a recursos. Esse fator é notório no mapeamento executado pelo MDS em 2025 sobre a situação das cozinhas solidárias no estado de Sergipe: das 97 cozinhas, apenas 17 foram aptas a receberem recursos pelo programa. Como justificativa para o não recebimento, o edital público de nº 14/2024 alega a necessidade de um espaço físico que possa acolher os beneficiados além de um funcionamento regular. Todavia, esse processo torna-se contraditório, uma vez que a busca de recursos pelo PCS (Programa Cozinha Solidária) serviria em tese para a ampliação e manutenção das cozinhas, sendo que estas sobrevivem de doações e favores, além da solidariedade dos associados.

Heling, Contini e Menegat (2023) destacam que tais redes de solidariedade “não apenas alimentam corpos, mas sustentam esperanças”, embora o alcance dessas ações permaneça limitado na ausência de investimentos públicos consistentes.

No início, o Sopão operava com um fogão doméstico, o que restringia a produção. A doação de um fogão industrial ampliou a capacidade para cinco caldeirões quinzenais, acompanhados de 150 pães (Figura 10). A falta de copos exigia reutilização, como relata Neidinha, e beneficiários levavam sopas para casa, estendendo o alcance às famílias.

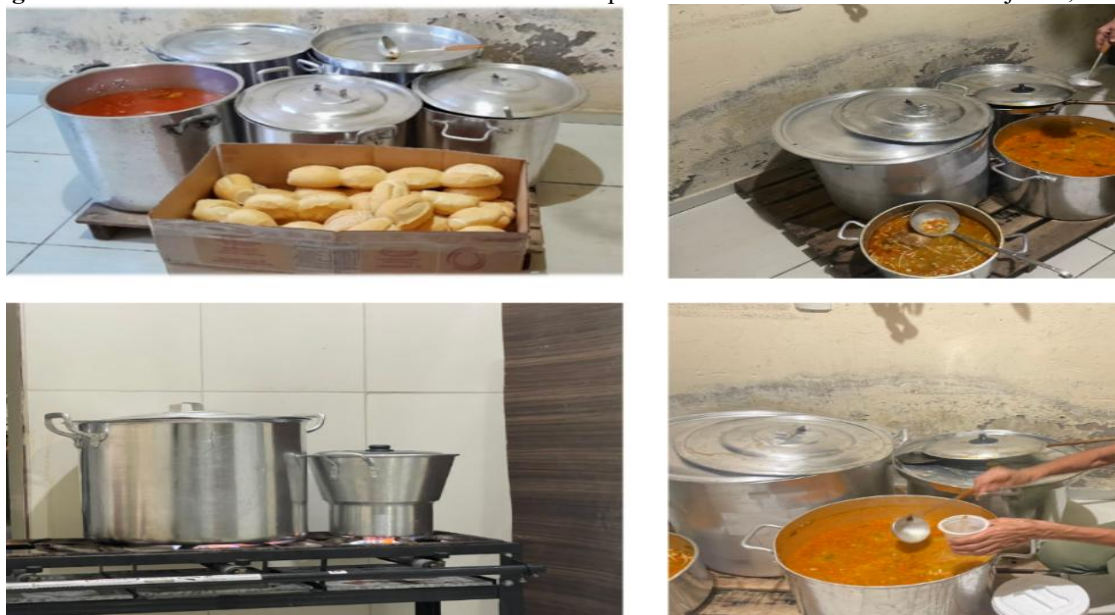
Em questionamento a um entrevistado que recebe o alimento, esse afirmou:

Então, meu filho, essa sopa aqui eu faço o seguinte: eu deixo ela em casa pra comer agora de noite, porque eu gosto dela bem quente para comer com pão porque acho uma delícia, e aí eu guardo para comer com meu filho de manhã porque ele trabalha a noite Essa comida aqui é uma bença. Eu já passei muita fome no passado aqui em Aracaju, eu recebia o Bolsa Família, mas era pouco, para completar a renda, meu marido fazia bico, e eu fazia reciclagem com carrinho de mercadinho, pegava muito peso com as latas (choro). Graças a Deus hoje eu me aposentei. Mas não esqueço da fome. (Relato de Entrevistado, 2025).

Tratam-se de mulheres e homens que se unem com um único propósito em comum: a superação das mazelas crônicas de sua comunidade, e a reivindicação de seus direitos outrora sequestrados.

Essa fala ecoa tanto o diagnóstico de Josué de Castro ao tratar a fome como fenômeno estrutural (2003) quanto a experiência de Carolina Maria de Jesus (1960), que registra em *Quarto de despejo* que a lembrança da fome não se apaga, pois marca a memória.

Figura 10 - Utensílios e insumos da Cozinha Solidária Sopão Solidário Feito com Amor. Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES, E.M., 2025.

Atualmente a busca por recursos é realizada pelas organizadoras por meio de bazares de roupas realizados três vezes por semana na própria sede da cozinha, com venda de peças a valores simbólicos. Os recursos adquiridos são revertidos na compra de alimentos. Atualmente a Cozinha Solidária do Tamandaré está servindo almoços aos domingos à parcela da população do bairro cadastrada na cozinha solidária e que recebe também doações de alimentos in natura (figura 11). Essas estratégias manifestam não apenas as re-existências desses espaços, mas confirmam o significado do ser solidário.

Figura 11 - Refeições doadas à população da comunidade do Tamandaré. Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES, E.M., 2025.

Com relação à Cozinha Solidária do Morro da Reação (Figura 12), sua formação é datada de meados do ano de 2024 e nasce em um território profundamente marcado por

desigualdades socioeconômicas, com altos índices de pobreza, insegurança alimentar e violência.

Durante o dia, o subemprego e a precariedade definem a rotina; à noite, o tráfico de drogas e a prostituição tornam-se atividades predominantes. Inspirada no modelo do Sopão Solidário Feito com Amor, sua criação se deveu à mobilização de Ilza, liderança comunitária, bem como de seu cônjuge e de outros moradores, que, diante da ausência de políticas públicas, decidiram mobilizar recursos próprios.

Figura 12 - Equipe da Cozinha Solidária Mãos Unidas, do Morro da Reação. Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES, E.M., 2025.

A trajetória de Ilza no ativismo social remonta ao projeto “LEVI”, voltado ao resgate de jovens em vulnerabilidade social por meio do esporte, especialmente do futebol, combinando disciplina e formação socioeducativa. Inicialmente, as refeições eram preparadas na cozinha residencial de uma voluntária e, posteriormente, passaram a ser distribuídas em um ponto fixo, referência para a população que, quinzenalmente, busca o local.

O trabalho é exercido majoritariamente por mulheres, negras, mães solos, que trabalham durante o dia ou parte dele e sustentam a cozinha com insumos ou por meio da ação da preparação de refeições. Essa realidade é observada em uma cozinha no Distrito Federal, analisada por Martins (2023), que evidencia que as cozinhas solidárias são organizadas e sustentadas quase por completo, por mulheres negras, mães e avós, que acumulam trabalho doméstico não remunerado; trabalho informal ou precário; militância política; cuidado com a comunidade. Esse protagonismo é interpretado como agência afrodiaspórica, articulando a

categoria de amefricanidade (Lélia Gonzalez, 2020) à construção concreta de direitos humanos a partir das periferias.

A atuação da cozinha do Morro da Reação se estrutura em três eixos: assistência alimentar; capacitação profissional com oficinas de costura e bordado; e apoio sociocultural, com atividades recreativas e excursões educativas. Contudo, a dependência de recursos irregulares e a dificuldade de acessar programas governamentais evidenciam lacunas estruturais. Silva (2016), ao analisar o projeto na cidade de Salvador-BA, intitulado “Cozinha Tempero da Paz”, observou que a proposta do estado da Bahia, ao criar uma cozinha solidária, tornou-se mais uma problemática que uma solução. A autora evidencia, que a ausência do governo do estado, foi marcado por descontinuidades institucionais, mudanças de gestão, atrasos no repasse de recursos e fragilidades no acompanhamento técnico. A autora destaca que a ausência de uma política contínua e estável comprometeu a consolidação da cozinha desde sua origem (Silva, 2016).

Esse quadro se alinha ao que Josué de Castro caracteriza como “geografia da fome” (1956): um território não apenas marcado pela ausência material, mas por um conjunto de condições econômicas, políticas e culturais que aprisionam a comunidade (2003). A fala de Ilza – *“aqui no morro você encontra o que é fome de verdade”* – remete à denúncia de Freitas (2003) sobre a “agonia silenciosa” que a fome impõe.

A prática de priorizar pessoas em situação de rua (Figura 13), mesmo diante da resistência ou vergonha destas, aproxima-se da sensibilidade presente nos registros de Carolina Maria de Jesus, que descreve o modo como muitos evitam ser vistos com fome (1960). Para contornar isso, voluntários descem o morro à noite, levando refeições até pontos de ônibus e praças, conhecendo de antemão onde essas pessoas costumam permanecer.

Figura 13 - Entrega de refeições a moradores em situação de sem-teto. Cozinha Solidária Morro da Reação. Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES, E.M., 2025

A dimensão política também se evidencia nas ações, uma vez que movimentos sociais como MST, MTST e Mãos Solidárias participam ativamente, não apenas com insumos, mas promovendo diálogos e registrando demandas (Figura 14). Dessa forma, o prato de comida transcende sua função primária de alimentar o corpo, tornando-se luta e re-existência política.

Figura 14 - Diálogos e entregas de refeição para e com a comunidade do Morro da Reação. Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES, E.M., 2025.

No bairro Soledade, zona noroeste do município, situa-se a terceira cozinha solidária analisada, coordenada por “Dona Fofa” e Santos. Implantada em 2024, é a mais recente dentre as três (Figura 15) e reflete um contexto socioespacial de intensa vulnerabilidade: ruas estreitas e mal iluminadas, moradias pequenas e carentes de infraestrutura, e renda per capita inferior a R\$ 600,00, segundo a SMFAS (2019).

Figura 15 Fachada da Cozinha Solidária do SESI, liderada por Dona Fofa, no bairro Soledade. Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES. E.M., 2025

A cozinha teve origem a partir das articulações desenvolvidas no Roçado Solidário, com o apoio de militantes vinculados ao PT, configurando-se como uma resposta à ausência de políticas públicas locais efetivas. Em sua fase inicial, as atividades eram realizadas semanalmente; contudo, em razão de restrições orçamentárias, da elevação dos custos operacionais e da diminuição da disponibilidade de voluntários, a frequência foi gradualmente reduzida, passando a quinzenal e, atualmente, ocorrendo apenas uma vez por mês.

O público atendido é majoritariamente negro, pobre e com alto número de lares chefiados por mães solo, refletindo, como aponta Neusa Santos Souza, as marcas do colonialismo que se perpetuam na fome e na exclusão. Maria do Carmo Freitas reforça que a fome “não é apenas ausência de comida, mas de possibilidades”, o que se manifesta no bairro Soledade, como a falta de oportunidades de trabalho e de mobilidade social.

Além da função de garantir alimentação (Figura 16), a cozinha atua como centro comunitário, auxiliando moradores na emissão de documentos por meio de mutirões comunitários com parcerias de órgãos públicos e articulação política. Um voluntário resume: *“o objetivo aqui é ir além do assistencialismo; queremos que o povo se organize e possa viver sem dependência”*. Essa postura ecoa a defesa de Carolina Maria de Jesus da importância de “não aceitar a miséria como destino” (1960), e reforça a perspectiva de Castro (2003) de que combater a fome é romper com sua naturalização.

Figura 16 - Distribuição de refeições pela Cozinha Solidária da Comunidade SESI. Aracaju - SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES. E.M., 2025.

O preparo das refeições é realizado exclusivamente pelas cozinheiras (Figura 17), preservando técnicas transmitidas oralmente, como destaca Montanari (2004) sobre a tradição

culinária popular. As filas para receber as refeições formam-se antes do início da distribuição. Contudo, a operação enfrenta atrasos, escassez de insumos e desorganização logística devido à dependência de voluntariado.

As cozinhas solidárias, dessa forma são fruto da prática histórica da luta de classes, como aponta Gomes em sua tese (2023). O autor, ao analisar o trabalho e a militância do MTST, analisa o papel das cozinhas às tradições históricas de solidariedade da classe trabalhadora, como, associações de ajuda mútua; redes comunitárias negras; experiências populares latino-americanas de *comedores* e *ollas populares*. Nesse sentido, as cozinhas são interpretadas como continuidade histórica das estratégias coletivas de sobrevivência, reelaboradas nas periferias urbanas brasileiras contemporâneas (Gomes, 2023).

Figura 17 - Preparo das refeições da Cozinha Solidária da Comunidade SESI, no bairro Soledade. Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES. E.M., 2025.

As três cozinhas — Tamandaré, Morro da Reação e Soledade —, embora distintas em sua trajetória e estrutura, articulam-se como pontos nodais de uma mesma rede de re-existência. Todas enfrentam limitações materiais, barreiras burocráticas e ausência de suporte estatal, mas também constroem, a partir da solidariedade comunitária, alternativas para mitigar a insegurança alimentar. Os dados levantados pelo questionário da pesquisa apontaram que cerca 73,3% do público assistido pelas cozinhas ou daqueles que trabalham nela têm como fonte de renda principal o Bolsa Família; destes, 52,6% pagam aluguel. Assim, assume-se que a existência da cozinha é necessária no alívio da fome. Tal articulação confirma a análise de Josué

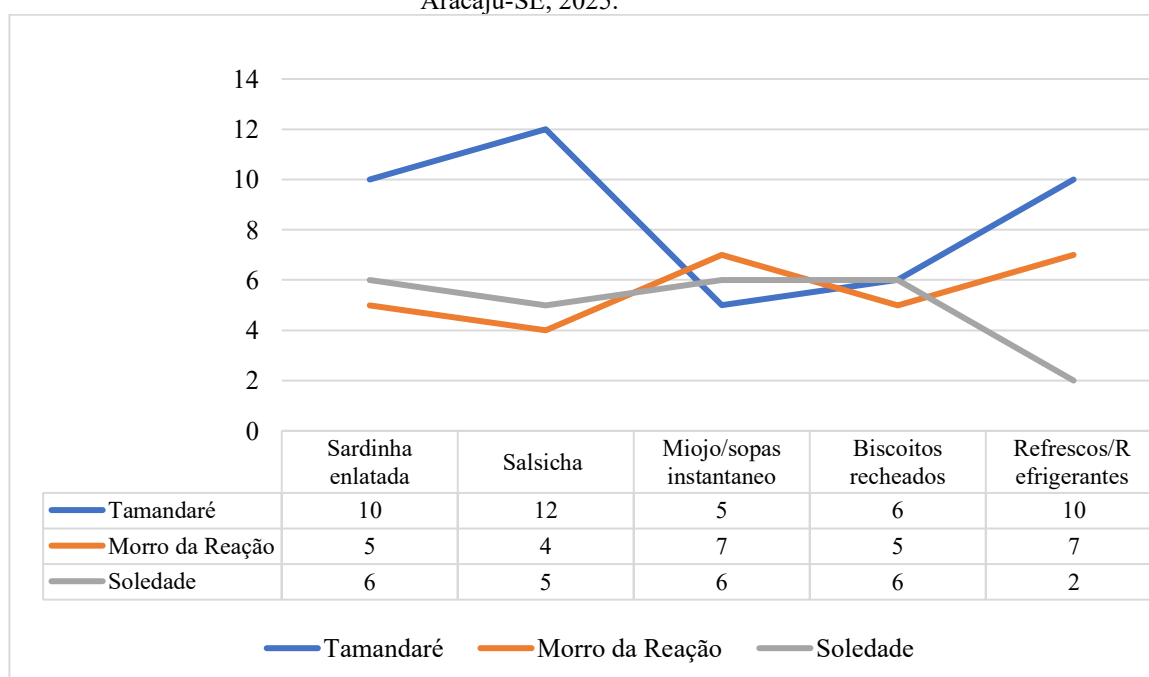
de Castro de que a fome é um problema social e político, e não uma fatalidade biológica, exigindo, portanto, mobilização popular e políticas estruturantes (2003).

A análise das condições alimentares nas comunidades estudadas revela um cenário marcado pela carência nutricional, conforme atestam os depoimentos da população assistida pelas cozinhas solidárias (2025). Declarações como *“Procure um osso grande aí meu filho, porque lá em casa somos em sete”*, *“essa sopa aí é boa, eu sempre guardo um pouco pra comer no outro dia”* e *“Aparecida, guarde o meu osso e pegue um com uma carninha para eu ficar roendo”* ilustram a penúria vivenciada no cotidiano alimentar dessas famílias.

Essa realidade é parcialmente corroborada pelos dados obtidos por meio de questionário socioeconômico aplicado em 27 domicílios. A quase totalidade dos respondentes afirmou consumir arroz e feijão ao menos uma vez por semana. No entanto, quando interrogados sobre o consumo de proteínas de origem animal, foi amplamente reportada a escassez de carne e seus derivados ao final do mês.

Neste contexto, observa-se a substituição desses alimentos por produtos processados e ultraprocessados, utilizados como alternativa proteica. O gráfico 10 expressa esses dados, demonstrando a relação entre a insuficiência de proteínas e o aumento do consumo de substitutos de menor qualidade nutricional.

Gráfico 10 - Consumo de alimentos processados e ultraprocessados nas três comunidades pesquisadas. Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES. E.M., 2025.

Ao mesmo tempo, os relatos de beneficiários e voluntários, marcados pela emoção e pela memória da privação, ecoam a escrita de Carolina Maria de Jesus e a análise de Maria do Carmo Freitas: a fome não é apenas um vazio no prato, mas uma condição que modela relações e o próprio sentido de pertencimento à cidade.

Assim, cada cozinha solidária configura-se como muito mais do que um espaço funcional de preparo e distribuição de refeições. Ela se constitui como um território, compreendido, pela leitura em Raffestin (1993), como o resultado das relações sociais mediadas pelo poder, pela apropriação e pelo controle do espaço. Nesse sentido, as cozinhas solidárias são territórios produzidos coletivamente, nos quais práticas sociais concretas transformam um espaço físico em um espaço político.

Nessa linha de pensamento, as cozinhas podem ser compreendidas como expressões de territorialidades múltiplas (Haesbaert, 2011), que articulam dimensões materiais e simbólicas. As cozinhas solidárias produzem pertencimento, identidade e vínculos comunitários, ao mesmo tempo em que enfrentam processos de desterritorialização associados à fome, à precarização do trabalho e à exclusão social. Ao criar redes de solidariedade e apoio mútuo, esses espaços fortalecem territorialidades de re-existências que se contrapõem à lógica da mercantilização da vida.

Dessa forma, o enfrentamento da fome, materializado nas cozinhas solidárias, não se limita à oferta imediata de refeições, mas se inscreve em disputas mais amplas pelo controle, uso e significado do território. Essas experiências demonstram que a superação da insegurança alimentar está intrinsecamente vinculada à afirmação de direitos, à produção de territórios solidários e à construção de alternativas sociais enraizadas no cotidiano das populações.

A subseção seguinte é fruto de análise da atuação da Cozinha Solidária CRLIBER (Criança e Liberdade), localizada em uma comunidade quilombola, no alto do Morro dos Negros, inserido no bairro Getúlio Vargas (região central de Aracaju). Serão discutidas as problemáticas que permeiam a comunidade, assim como o histórico de luta pela reivindicação de direitos basilares — moradia, emprego e alimentação — e como a atuação da CRLIBER é fundamental na sobrevivência da cultura ancestral dessa comunidade.

4.2 “43 ANOS DE LUTA AQUI NO NOSSO QUILOMBO”: COZINHA SOLIDÁRIA DO MORRO DOS NEGROS

A compreensão da constituição histórica do Quilombo Morro dos Negros dialoga com as contribuições de Moura (2014), para quem os quilombos devem ser entendidos como formas históricas de resistência negra, estruturadas não apenas pela fuga da escravidão, mas pela

construção de sociabilidades próprias e territorialidades autônomas. Essa perspectiva permite compreender o Morro dos Negros como um território de permanência e adaptação, cuja inserção posterior na malha urbana não elimina seu caráter quilombola, mas redefine suas formas de resistência, especialmente em contextos de urbanização e invisibilização institucional.

No que se refere à centralidade do território como elemento constitutivo da identidade coletiva, Nascimento (2007 [1985]) assevera o quilombo como uma experiência política e simbólica, na qual território, memória e ancestralidade se articulam como fundamentos da existência negra no Brasil. Essa leitura permite interpretar os núcleos internos do Morro dos Negros — como Maloca, Arrepiada ou São Pedro — não apenas como divisões espaciais, mas como lugares de memória e reprodução cultural, nos quais práticas rituais, corporais e alimentares operam como mecanismos de continuidade histórica e afirmação identitária.

Complementarmente, Santos (1978; 2007) aborda o território como “chão mais identidade”. Essa perspectiva contribui para compreender o Morro dos Negros enquanto espaço vivido, produzido a partir das práticas cotidianas de seus moradores. Nessa análise, as sociabilidades, a oralidade e os hábitos alimentares tecidos ao longo do texto não são elementos folclóricos, mas expressões de uma racionalidade própria, construída em oposição às lógicas hegemônicas do espaço urbano capitalista. Por meio da leitura de Haesbaert (2004), o quilombo pode ser compreendido, dessa forma, como território de resistência e pertencimento, marcado por múltiplas territorialidades. Além desses fatores, a permanência das práticas culturais, revelam a ancestralidade africana como elemento estruturante das identidades negras no Brasil (Munanga, 1999).

Documentações dos arquivos dos quilombolas locais registram, já em 1910, a residência de Isabel a Parteira no local, seguida pela migração de Adelino José dos Santos em 1914, que se estabeleceu em Aracaju com seus oito filhos, oriundos de Riachuelo. A consolidação intensificou-se em 1931, com a fixação da família de Dona Caçula. Entre as décadas de 1950 e 1970, destaca-se a figura de Maria Madalena Santos Pereira (Figura 18), migrante de Laranjeiras/SE, que buscou refúgio no território para escapar das estruturas remanescentes do regime escravocrata. Seu legado inclui a transmissão a descendentes como Luiz Augusto Bomfim dos Santos¹² da consciência histórica sobre o Bairro Getúlio Vargas/Cirurgia como espaço de resistência negra, preservador de matrizes culturais africanas, tais como a espiritualidade e a gastronomia.

¹² Luiz Augusto Bomfim dos Santos é quilombola pertencente ao Quilombo Morro dos Negros, situado no bairro Getúlio Vargas, Aracaju-SE. Atualmente, consiste em uma das lideranças do quilombo e liderança do grupo CRILIBER (Criança e Liberdade).

Figura 18 - Registros históricos da primeira sede da CRILIBER (1982) e da matriarca do Quilombo, Maria Pereira. Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES. E.M., 2025.

Inicialmente designado “Morro dos Negros” ou “Morro dos Macacos”, o local caracterizava-se por habitações precárias, construídas em madeira e palha, reflexo das condições socioeconômicas impostas a comunidades egressas de contextos agroescravistas. O regime de posse da terra baseava-se em doações familiares ou direitos ancestrais, sistema que, entretanto, não impediu a pressão imobiliária decorrente do crescimento populacional.

Em 2002, ameaças de despejo coletivo colocaram em risco a permanência do grupo, cenário revertido em 7 de fevereiro de 2007, com o reconhecimento oficial pela Fundação Cultural Palmares (vinculada ao Ministério da Cultura) da área como comunidade remanescente de quilombo. Em maio do mesmo ano, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Sergipe (INCRA/SE) emitiu a certidão que a consagrou como o primeiro quilombo urbano do estado e o segundo do Brasil, marco legal que reforça sua relevância histórica e cultural.

Parte dessa conquista se dá principalmente devido à presença da Instituição CRILIBER (Criança e Liberdade). Essa instituição surge com a urgência de atender as crianças e jovens quilombolas, visando transmitir e valorizar os costumes de seus ancestrais, com aulas de história, dança, música, festejos e gastronomia.

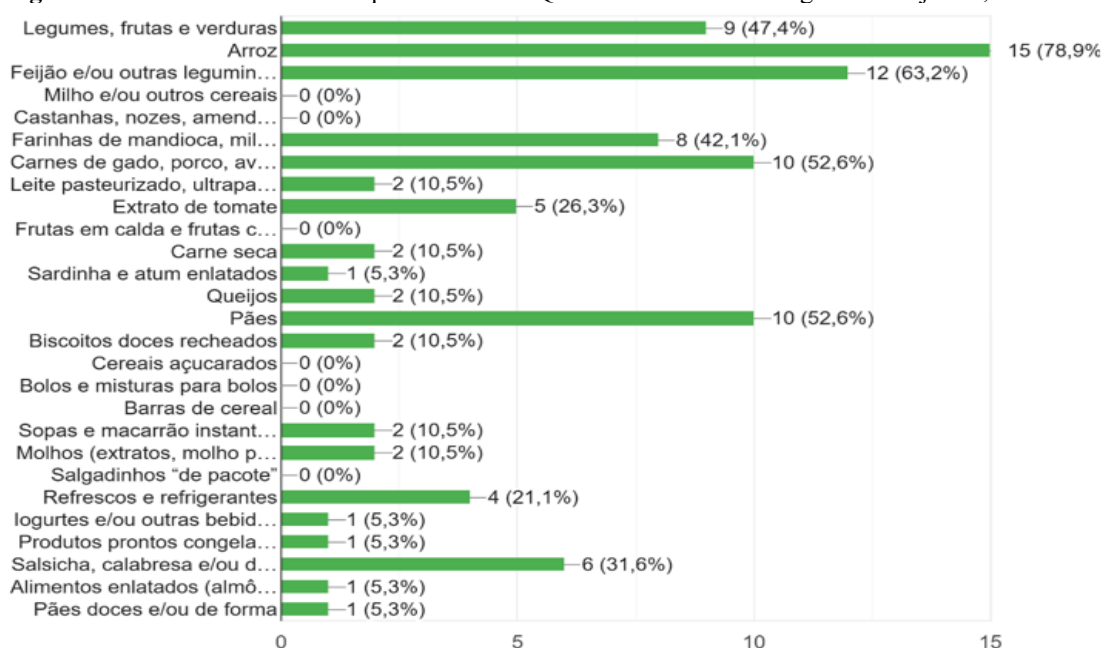
Igualmente às cozinhas solidárias citadas anteriormente, diante do desmonte de políticas públicas e dos desafios agravados pela pandemia de covid-19, essa cozinha solidária emerge como um símbolo de re-existência para moradores de um quilombo urbano, apoiados com assistência financeira, acesso a moradia, representação política e segurança alimentar. Como afirma José Celso Martinez Corrêa (2012), re-existir transcende a noção estática de resistência, estruturando-se como um processo ativo de transformação, ação coletiva e recriação contínua

de práticas sociais. Nessa perspectiva, Lapoujade (2017) amplia o debate ao vincular a existência à sobrevivência ontológica, ou seja, à manutenção da existência em contextos de conflitos políticos e estruturais, onde a própria vida está em disputa.

Os dados obtidos por meio do questionário aplicado a 19 domicílios quilombolas revelaram uma faixa salarial ligeiramente superior à observada nos demais bairros. Quase a totalidade dos participantes declarou possuir renda acima de um salário mínimo mensal, além de estarem inseridos no mercado de trabalho ou serem aposentados. Todavia, todos os domicílios entrevistados encontram-se em imóveis alugados, o que onera significativamente os custos dessa população e compromete o acesso adequado à alimentação. Essa dinâmica corrobora as observações de Menezes e Moreira (2007), segundo quem, em contextos urbanos marcados pela presença de imóveis ociosos, o peso do aluguel intensifica as dificuldades de acesso alimentar.

Ao realizar o questionário dos hábitos alimentares da população acerca do consumo mensal (Figura 19), observou-se que grande parte dos domicílios possuem como base alimentar o feijão e o arroz. Todavia, o consumo de ultraprocessados é presente em números significativos. Questionados sobre o porquê de estar fazendo o uso desses produtos, uma das entrevistadas relata que ... *“são mais baratos, e eu gosto de ter aqui no caso de uma emergência de fim de mês, principalmente salsicha ou aquela sardinha de lata, no caso da falta de carne”*. (Entrevista com moradora do Quilombo Morro dos Negros, 2024.)

Figura 19 - Diário alimentar dos quilombolas do Quilombo Morro dos Negros. Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES. E.M., 2025.

Conforme destacado por uma liderança local: *“Nossa luta é histórica: buscamos garantir o direito à moradia, à educação e à vida digna, para que nossas crianças tenham as mesmas oportunidades que nós tivemos de lutar por seus direitos”* (Entrevista com liderança, 2024). Nesse contexto, o território da cozinha assume um papel, abrigando não apenas uma escola de alfabetização e informática voltada para crianças e adolescentes, mas também servindo como centro de conservação de saberes ancestrais e suporte pedagógico complementar à educação formal (Figura 20).

Figura 20 Cozinha solidária e escola CRILIBER (aulas de informática, reforço escolar e preparação das refeições da cozinha solidária). Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES. E.M., 2025.

A cozinha transcende sua função alimentar, transformando-se em um núcleo político e organizativo. Segundo Martins (2023), ao pesquisar a atuação do MTST nas cozinhas solidárias do Distrito Federal, as cozinhas são compreendidas como práxis política, comunitária e jurídica de enfrentamento à fome, compreendendo-as não apenas como espaços de preparo e distribuição de refeições, mas como tecnologias sociais de cuidado, organização popular e produção de direitos humanos. Conforme a autora, a cozinha é palco no encontro comunitário; espaço de fortalecimento de vínculos sociais; base material da permanência das famílias nas ocupações; eixo articulador entre luta por moradia, alimentação, saúde e dignidade. Assim, a

cozinha deixa de ser um espaço doméstico privado e passa a ser um espaço político coletivo (Martins, 2023).

Essa realidade, reflete na análise da cozinha do quilombo Morro dos Negros. Nela, realizam-se assembleias comunitárias, articuladas entre lideranças e membros do quilombo (Figura 21) para reivindicar direitos, celebrar datas históricas — como o aniversário da comunidade — e debater questões coletivas. Inicialmente focada na distribuição de alimentos a populações em situação de rua, a iniciativa evoluiu para a produção semanal de sopas, estratégia que, além de mitigar a fome, fortaleceu vínculos comunitários. Como ressalta uma das lideranças: *“Percebemos que apenas entregar alimentos não promovia a integração. Mesmo com recursos limitados, passamos a cozinhar coletivamente e distribuir as refeições em frente à sede, onde também ocorrem nossas reuniões”* (Entrevista com liderança, 2024). Tal como aponta Sordi (2023), a cozinha atua como um “ponto nodal de debates”, onde se discutem problemáticas locais e se constroem decisões coletivas.

Figura 21 Reunião de núcleo com lideranças e quilombolas na Cozinha Solidária CRILIBER. Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES. E.M., 2025.

Vale destacar, nesse cenário, a atuação do movimento Mãos Solidárias em articulação com o quilombo. Suas iniciativas incluem, por exemplo, a escola de agentes alfabetizadores voltada para jovens e adultos, além de cursos de preparo de alimentos destinados aos voluntários responsáveis pela produção e distribuição das refeições. Essas ações configuram uma contribuição importante no enfrentamento da insegurança alimentar e de outras vulnerabilidades preexistentes na comunidade. No entanto, sua atuação ocorre de forma esporádica, com intervenções que geralmente se estendem por períodos de dois a quatro meses. Como assinalam Silva et al. (2024), a emergência do movimento Mãos Solidárias esteve diretamente vinculada ao preenchimento da lacuna deixada pelo Estado durante o período

pandêmico, quando o desmonte de políticas e programas públicos impôs às populações mais vulnerabilizadas uma condição de incerteza sistêmica.

A ação distributiva de sopas catalisou reflexões críticas sobre autonomia alimentar. Em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o quilombo implementou projetos de agricultura urbana (Figura 22), utilizando sementes crioulas doadas, o que resultou na criação de uma feira de economia solidária. No entanto, a falta de incentivo estatal e a desarticulação institucional — como os empecilhos burocráticos ligados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em financiar a produção — levaram ao esvaziamento da feira. *“Sem apoio, interrompemos o cultivo”*, lamenta uma liderança. A iniciativa, contudo, deixou legados: ao integrar estudantes da Escola 11 de Agosto e apresentar os caminhos da agroecologia para os estudantes. (localizada no bairro Getúlio Vargas).

Figura 22 Roçado do Quilombo Urbano Morro dos Negros (plantio das sementes crioulas advindas de Sítio Alto - Simão Dias/SE e colheita de tubérculos para a cozinha solidária). Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES. E.M., 2025.

Paradoxalmente, a resistência organizada do quilombo logrou conquistas significativas, como o reconhecimento jurídico da comunidade após quatro décadas de lutas — simbolizado pela mudança toponímica de “Maloca” para “Morro dos Negros” — e a retomada de cultivos por meio de alianças com movimentos sociais, como o MST e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Essas articulações materializam o conceito de “teias”, proposto por Abramovay (2000), que enfatiza a importância de redes solidárias para fortalecer a agricultura familiar e enfrentar a hegemonia do sistema alimentar convencional. A participação em assembleias e a construção de redes de apoio à reivindicação por direitos sociais e territoriais reforça a resiliência comunitária. Assim, a cozinha comunitária transcende sua dimensão prática, configurando-se

como um espaço de educação política e memória coletiva, onde a luta por alimentação digna se entrelaça à defesa intransigente de direitos humanos e à reconstrução de identidades negras historicamente marginalizadas.

Na subseção seguinte, será abordada a realidade e funcionamento da Cozinha Solidária Caridade Rosa, localizada em uma das comunidades mais vulnerabilizadas da capital de Sergipe.

4.3 “A PIOR FOME É A DA NOITE”: 200 FAMÍLIAS NA COZINHA SOLIDÁRIA DO MARIVAN

Localizada no bairro Marivan, zona sul do município de Aracaju, a cozinha solidária do Instituto Caridade Rosa foi fundada em 2014 pela liderança comunitária Damiana. Inicialmente, a instituição não operava como cozinha, mas sim como um espaço de acolhimento socioassistencial voltado ao apoio de famílias residentes no próprio bairro e em áreas circunvizinhas, especificamente os bairros 17 de Março e Santa Maria. Segundo os dados da pesquisa, em conjunto com a análise das informações difundidas pela SMFAS (2019), os bairros alcançados pela cozinha possuem renda per capita inferior a meio salário mínimo mensal e apresentam índices elevados e crônicos de empobrecimento.

Segundo relato da fundadora, o projeto foi elucubrado em resposta a uma necessidade social premente: oferecer assistência a uma população submetida a um conjunto de violações de direitos fundamentais. Essa realidade é caracterizada, conforme destacado, pela ausência escolar, carência habitacional, falta de oportunidades de trabalho, insuficiência de renda e insegurança alimentar.

Logo, atribuiu-se ao projeto a função de constituir um espaço multifuncional, operando exclusivamente por meio de trabalho voluntário, com o objetivo de atender às demandas da população local. Para tal, foram implementados microprojetos no âmbito do instituto. Dentre as iniciativas, destacam-se: 1) o Projeto de Capoeira, que atende crianças da comunidade visando à socialização e ao incentivo educacional, integrando práticas esportivas e formação pedagógica; 2) o Projeto de Reforço Escolar, direcionado a crianças com dificuldades de aprendizagem; e 3) Oficinas Multidisciplinares para Mulheres (majoritariamente mães das crianças atendidas), incluindo rodas de conversa, atividades de autocuidado com a participação de agentes comunitários de saúde e capacitação em empreendedorismo. Concomitantemente, o instituto viabiliza a distribuição de alimentos por meio do Programa Mesa Brasil desde o ano de 2023, beneficiando 200 famílias, o que corresponde a aproximadamente 700 pessoas.

Todavia, persistia na comunidade a insegurança alimentar. À luz das análises desenvolvidas nesta dissertação, o bairro onde se localiza a cozinha solidária está inserido em uma das áreas com maior incidência de dificuldade ao acesso de alimentos saudáveis, seja pelo fator renda, seja pelas dificuldades de acesso a alimentos de qualidade nutricional adequada.

Não obstante a atuação do programa Mesa Brasil, observa-se a manutenção e até mesmo o agravamento do déficit alimentar entre a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Este cenário intensificou-se particularmente durante e no período pós-pandêmico, fase marcada pela desestruturação de políticas públicas essenciais, como já foi discutido anteriormente, o que comprometeu as condições materiais para o provimento alimentar domiciliar. Fatores como desemprego e déficit habitacional refletem-se diretamente no volume crescente de beneficiários da cozinha solidária.

Diante da problemática da insegurança alimentar vivenciada pela população pauperizada, a cozinha solidária configura-se como uma resposta imediata. Em consonância com as demais experiências analisadas neste estudo, optou-se pelo preparo de sopas devido à sua eficiência operacional e alcance populacional. Assim, instituiu-se o Sopão Solidário às sextas-feiras no período noturno, assegurando acesso não apenas a desempregados e pessoas em situação de rua, mas também a trabalhadores precarizados e subempregados. A posteriori, foram incrementados ao cardápio doação do arroz agroecológico – advindo da comunidade quilombola Brejão dos Negros, comprado pela CONAB (Figura 23) – arroz doce e o munguzá nas refeições noturnas, promovendo variabilidade alimentar à população.

Figura 23 Recebimento da compra do arroz agroecológico, realizado pela CONAB, na Cozinha Solidária, Caridade Rosa, Aracaju-SE, 2025



Fonte: RODRIGUES, E.M., 2025.

Logo, a cozinha solidária do Marivan, na mitigação da insegurança alimentar da população mais empobrecida, espalha-se para outras localidades, como demonstrado na Figura 5 deste estudo.

Sobre o *modus operandi* da cozinha, a liderança é responsável pela articulação dentro e fora do espaço preparatório das refeições, tendo como suporte trabalho voluntariado de mulheres e homens pertencentes à comunidade.

A liderança afirma que o preparo da alimentação inicia cedo: *“Às 06 horas eu e as meninas já estamos aqui a preparar tudo. Tem dias que chego aqui, e elas já chegaram, deixando tudo pronto para começarmos.”* (Entrevista com a liderança, 2025).

Sexta-feira, às 18h, em frente à cozinha, ocorre a distribuição de sopas e outros alimentos a beneficiários cadastrados e demais indivíduos em situação de vulnerabilidade alimentar (Figura 24). Ao fomentar vínculos comunitários e potencializar a organização popular por meio da cozinha solidária, o ato de distribuição viabiliza, concomitantemente, processos de articulação política e social durante as entregas noturnas.

Figura 24 Distribuição de sopa realizada à noite pela Cozinha Solidária Caridade Rosa, Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES, E.M, 2025.

Apesar da relevância dessas ações, as demandas da população, conforme ressaltado por lideranças e voluntários, revelam-se de caráter alarmante. Segundo relatos oferecidos pelos participantes da cozinha: *“a pobreza aqui é extrema, principalmente quando vamos nas ocupações (Marivan Sul e Sobaco da gata), lá é um lugar onde o povo não tem nada... Água, comida, roupa, até um teto não se tem.”* (Entrevista com voluntários, 2025).

Essa realidade apontada no relato pode ser observada nas fotografias a seguir (Figura 25 e 26), que simboliza com clareza o que se pontua. Uma capital que se orgulha de sua qualidade de vida, mas que obscurece e esconde a desigualdade social que emerge nos territórios onde a precarização sistêmica é contundente.

Figura 25 "Mundo real da desigualdade". Ocupação Marivan Sul. Aracaju-SE. 2025.



Fonte: RODRIGUES, E.M., 2025.

Essas fotografias expõem uma realidade mergulhada na pobreza, na miséria, na fome e principalmente no descaso do Estado, uma vez que essa ocupação existe desde meados de 2019 e, segundo o relato dos populares, o poder público *“jamais olhou para esse lado da faixa”*. A imagem seguinte reflete como a pobreza, a precariedade material e simbólica entrelaça-se com a insegurança alimentar, comprovando a dificuldade no acesso à alimentação e a penúria alimentar.

Figura 26 Precariedade alimentar e habitacional localizada na ocupação Marivan Sul, Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES, E.M., 2025.

Outro ponto contundente a ser explanado na discussão é a violência policial. Como afirma um dos voluntários da cozinha, morador dos barracos da ocupação:

“Eu já cheguei a ser preso, porque um dia o cano da DESO¹³ desse condomínio aí tinha estourado, e nós aqui não temos água encanada. Ligamos para resolver o problema, e passou mais de três dias sem resolver nada, eu pensei, vou pegar essa água pra nós, os moradores... tá, nem cheguei a fazer, passou um tempinho, a polícia chegou aqui dizendo que estávamos roubando água do condomínio, me prendeu e essas duas senhoras aí que moram nesse barraco.” (Entrevista com voluntario, 2025).

Esse depoimento encontra ressonância nas análises desenvolvidas no Capítulo 2 desta dissertação, que aborda como os territórios são demarcados por múltiplas violências. Para Sack (1986), o território é um mecanismo de controle social, mas também um campo de *agency* coletiva.

Nesses espaços, a violência se manifesta de forma mais intensa, atingindo sobretudo a população negra e economicamente vulnerável que habita as comunidades periféricas. Embora essa realidade seja constantemente reproduzida, a cozinha atua como espaço de organização e politização dos sujeitos dessas comunidades. Por meio da dialogicidade, do trabalho coletivo e da partilha do alimento, desenvolvem-se atividades secundárias — como palestras, assembleias abertas e atendimentos médicos organizadas em conjunto com moradores, movimentos sociais e representantes políticos (Figura 27).

¹³ A DESO é a companhia de Saneamento do Estado de Sergipe. Está vinculada à Secretaria de Infraestrutura do estado de Sergipe (Seinfra/SE) e é responsável por apenas 35% do saneamento básico da população local.

Figura 27 - Atividades secundárias e reunião com a comunidade do Marivan, realizada pela cozinha solidária. Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES, E.M., 2025.

Essas iniciativas reconfiguram o território, fortalecido por laços sociais que ressignificam espaços (como a ocupação de terras improdutivas pelo MST, ou a ocupação de prédios abandonados na malha urbana pelo MTST). Essa correlação revela o local na construção de alternativas sistêmicas como respostas a crises, encarnando processos de re-existência territorial. Por meio do trabalho cunhado na solidariedade, as cozinhas solidárias atribuem novas perspectivas para a população.

Entretanto, mesmo com inúmeros desafios, a cozinha conquistou avanços significativos. Vale destacar que, para além de alimentos recebidos — frutas, cereais, biscoitos etc. (Figura 28) — por meio de doações da população civil, e de instituições privadas, na atualidade a cozinha solidária está promovendo a entrega diária de almoços e de jantares nas noites de sexta-feira (Figura 29).

Figura 28 Doação de alimentos à população cadastrada na Cozinha Solidária Caridade Rosa, Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES, E.M., 2025

Essas ações são reverberadas nos depoimentos dos beneficiários, que destacam a relevância da cozinha solidária para a comunidade: *“Esse alimento aqui é uma maravilha, principalmente para gente que nem eu que é mãe, já ajuda em casa”* (Relato de beneficiária, 2025).

Figura 29 Preparo de marmitas aos beneficiados pela Cozinha Solidária Caridade Rosa. Aracaju-SE, 2025.



Fonte: RODRIGUES. E.M., 2025

A atuação da Cozinha Solidária Caridade Rosa distingue-se por iniciativas que ultrapassam a lógica estritamente assistencialista. Como discutido, mulheres e demais participantes — entre lideranças e corpo voluntário — desenvolvem um processo pedagógico voltado à superação das adversidades locais, como a insegurança alimentar, a violência e a carência habitacional. Esse processo se concretiza, sobretudo, por meio de mutirões que visam não apenas oferecer suporte imediato, mas também fortalecer a capacidade da comunidade de reivindicar seus direitos. Além disso, incluem-se ações de cadastramento em políticas públicas, como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, ampliando as possibilidades de inserção e proteção social da população atendida.

Ao analisar as cinco cozinhas, foi observado que as cozinhas solidárias, são instrumentos que ultrapassam o ativismo social, enraizando-se nos específicos territórios de atuação, reivindicando alimentação e justiça social, por meio da articulação socioterritorial.

Todavia, é crucial para a análise, expor, que o funcionamento das cozinhas, não é o suficiente para a superação da insegurança alimentar ou da fome. Este serviço, é atribuição normativa do Estado e, uma vez que, esse dever, é deslocado para as cozinhas solidárias, a carga

laboral, é despejada nos ombros dos sujeitos que trabalham e consolidam as cozinhas (em sua maioria, mulheres negras).

Como aponta Silva, 2016, o Estado atua na criação da iniciativa, mas se mostra insuficiente na sua manutenção e consolidação ao longo do tempo. Logo, não basta que a política pública seja criada e executada, é essencial que haja manutenção e acesso das lideranças, para adentrar no programa. O relato de uma das lideranças é categórico nesse sentido ao dizer que: “Meu filho, eu não sei o porque minha cozinha não entra nesse programa, nós fazemos tudo certo, mas sempre falta um papel, sempre falta uma assinatura. Já pensei em desistir muitas vezes; só não desisto porque temos as meninas que me ajudam, sem essa ajuda, não sei como seria” (Relato da liderança do C.S., Morro da Reação, 2025).

Esse ir e vir de papéis, revela a burocratização, que se torna empecilho, ao acesso dos insumos e de valores monetários para a sustentabilidade da cozinha, afetando as comunidades que são demarcadas pela fome, que segundo Martins (2023), é compreendida como fenômeno racializado, generificado e territorializado, atingindo majoritariamente famílias chefiadas por mulheres negras periféricas.

É necessário reconhecer, que a carga do trabalho nos ombros e braços das mulheres é um problema que precisa ser observado. As cozinhas solidárias são em sua maioria, geridas e articuladas pelo trabalho feminino. Além deste labor, a preparação e distribuição das refeições/alimentos, fica a cargo das mulheres dependendo do esforço contínuo além de operem sob condições de escassez.

Nessa seção, foi observada a atuação das cinco cozinhas optadas para esse estudo. As dificuldades existentes na edificação, estruturação e manutenção de uma cozinha solidária ultrapassam a mera lógica de preparo de refeições.

Por fim, as cozinheiras são majoritariamente mulheres integrantes dessas comunidades e que disponibilizam seu trabalho, tempo e expertise de forma não remunerada para viabilizar o serviço. Essa dinâmica evidencia uma contradição: embora sua atuação seja essencial para o funcionamento das cozinhas, a ausência de recursos aos voluntários quanto à estrutura da cozinha onera os custos humanos e perpetua as dificuldades na consolidação das cozinhas solidárias.

Portanto, torna-se fundamental vislumbrar e construir alternativas para que o trabalho desenvolvido nas cozinhas solidárias não se converta em mais um ônus de tempo e renda para seus participantes, nem reproduza, ainda que de forma não intencional, as lógicas do patriarcado e do sistema capitalista de exploração. Nesse sentido, é crucial que as cozinhas solidárias, em

seus distintos territórios, se consolidem como espaços orientados pela sustentabilidade, pela justiça social e pela manutenção de práticas solidárias.

Para tanto, faz-se necessária uma articulação que siga uma lógica escalonada, partindo das demandas e reivindicações do âmbito local, de modo que as soluções sejam construídas por meio do diálogo com as lideranças comunitárias e com os sujeitos diretamente envolvidos nas atividades das cozinhas. Ademais, cabe ao Estado, em suas diferentes esferas — municipal, estadual e federal —, assumir a responsabilidade pela sustentabilidade dessas iniciativas, por meio de investimentos financeiros e da oferta de assistência técnica, contribuindo para a formação de uma base estruturante no enfrentamento da fome e no atendimento às demais reivindicações que emergem das cozinhas solidárias.

Nesse contexto, a cozinha solidária afirma-se como um canal de organização e expressão política da classe trabalhadora, a partir da qual se articulam demandas por direitos sociais, reconhecimento e participação no campo político.

5 CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O município de Aracaju, capital administrativa, econômica e política de Sergipe, é marcado por profundas contradições. Apesar de sua centralidade no estado, a cidade encontra-se imersa em uma grave crise alimentar, expressa pela expansão de desertos e pântanos alimentares que atingem, de forma desproporcional, os bairros periféricos. A estrutura urbana da capital sergipana revela um projeto historicamente excludente, que privilegia uma elite econômica enquanto invisibiliza uma população majoritariamente proletária, precarizada, negra e pobre. A conformação dos territórios de sócio vulnerabilidade no município evidencia múltiplas formas de violência estrutural, materializadas nas desigualdades de renda, educação, moradia, jornada de trabalho e nas disparidades salariais associadas a gênero e etnia.

Ao longo desta dissertação, foram alvo de análise as problemáticas que permeiam os mais pobres dos bairros periféricos que caracterizam a realidade do recorte territorial da pesquisa. A penúria laboral, a ausência de políticas, a insegurança alimentar e a fome, são indícios de um município que clama ajuda, mas essa ajuda é negada ou ignorado pelo poder político, aprofundando as desigualdades no município.

Nesse contexto, a presença de ambientes alimentares hostis — caracterizados tanto pela escassez de acesso a alimentos in natura quanto pela ampla oferta de produtos ultraprocessados — constitui um alerta contundente. Estima-se que mais de 33 mil habitantes residam em áreas classificadas como desertos alimentares, enquanto outros 88 mil vivem em pântanos alimentares, o que evidencia a omissão e o abandono do poder público no enfrentamento da questão alimentar. Esse cenário é agravado pela ausência de moradia própria, que obriga parcela significativa da população a destinar uma fração expressiva de seus já reduzidos rendimentos ao pagamento de aluguel, relegando a alimentação adequada a um plano secundário.

É no vácuo deixado pela fragilização e descontinuidade das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que emergem as cozinhas solidárias em Aracaju. Essas iniciativas não se propõem como soluções definitivas para a fome nem para as desigualdades estruturais que a produzem, mas configuram respostas territoriais concretas diante da ausência do Estado. Funcionam como espaços de re-existência frente à realidade de violência social vivenciada nos bairros mais empobrecidos. A mobilização de cozinheiras, voluntários, agricultores, quilombolas, mulheres, homens, idosos e jovens evidencia a centralidade da solidariedade e do esforço coletivo no enfrentamento da fome, cujo agravamento atingiu seu ápice entre 2019 e 2022, especialmente durante a crise sanitária da Covid-19.

A emergência e a permanência dessas cozinhas, contudo, evidenciam uma contradição fundamental: ao mesmo tempo em que expressam a potência da organização popular, denunciam os limites e as lacunas das políticas públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal. No plano federal, o desmonte de estruturas históricas da SAN — como o enfraquecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a interrupção de programas de aquisição e distribuição de alimentos — comprometeu a capacidade de resposta estatal frente ao avanço da fome. No âmbito estadual, observa-se frequentemente a ausência de políticas integradas e territorializadas, capazes de dialogar com as realidades locais. Já no nível municipal, as ações tendem a assumir caráter pontual, assistencialista e emergencial, sem articulação intersetorial nem continuidade institucional.

Nesse cenário, as cozinhas solidárias acabam assumindo responsabilidades que deveriam ser do poder público, sustentadas majoritariamente por trabalho voluntário, em grande medida feminino. Tal dinâmica pode contribuir para a reprodução de desigualdades de gênero e para a sobrecarga dos sujeitos envolvidos. Essa realidade reforça a necessidade de políticas públicas municipais que não apenas reconheçam essas iniciativas, mas que as integrem de forma estruturante às estratégias de enfrentamento da insegurança alimentar, sem capturá-las ou descaracterizar seu caráter político e comunitário.

A experiência das cozinhas solidárias em Aracaju aponta, assim, para a urgência de políticas públicas baseadas na territorialização da SAN. Isso implica reconhecer as cozinhas como expressões de territórios vividos e organizados, nos quais as ações devem ser planejadas a partir das demandas locais, com a participação ativa das lideranças comunitárias e dos sujeitos diretamente envolvidos. Torna-se necessária a institucionalização do apoio estatal, por meio de investimentos financeiros contínuos, fornecimento de insumos, assistência técnica, infraestrutura adequada e articulação com políticas de saúde, assistência social e agricultura urbana e periurbana. Ademais, é fundamental valorizar o trabalho social e político desenvolvido nesses espaços, com atenção especial à divisão sexual do trabalho, garantindo que a solidariedade não se converta em exploração ou precarização.

Mais do que políticas compensatórias ou emergenciais, faz-se necessário construir, no âmbito municipal, políticas públicas de segurança alimentar que dialoguem com as experiências populares existentes, reconhecendo-as como saberes e práticas legítimas. As cozinhas solidárias, em articulação com distintos movimentos sociais, não devem ser compreendidas apenas como respostas à ausência do Estado, mas como interlocutoras estratégicas na formulação de políticas que enfrentem a fome como um problema estrutural, articulando o direito à alimentação, a justiça social e a produção de territórios solidários.

A atuação de movimentos como o Mãos Solidárias exemplifica esse potencial, ao promover um diálogo político entre o campo e a periferia urbana. Estratégias como o “roçado solidário” garantem a produção de alimentos agroecológicos, destinados tanto ao preparo de refeições quanto à distribuição in natura nas comunidades. Paralelamente, a implementação do Programa Nacional de Cozinhas Solidárias (PCS) e a retomada dos investimentos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) configuram-se como estratégias governamentais centrais. O PAA, por exemplo, estabelece que “pelo menos 30% dos recursos destinados à aquisição de alimentos serão prioritariamente direcionados a pequenos agricultores” (BRASIL, 2024), reforçando a intersetorialidade entre políticas agrícolas e sociais. O mapeamento nacional realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS) identificou cerca de 2,4 mil cozinhas solidárias, destacando o papel fundamental da sociedade civil na constituição dessas estruturas (BRASIL, 2023).

Todavia, persistem tensões e desafios significativos. A dependência de recursos federais gera fragilidades, sobretudo diante do histórico recente de descontinuidade das políticas públicas. Entraves locais, como o programa assistencialista Prato do Povo, em Sergipe, podem dificultar o acesso aos recursos do PCS e comprometer o funcionamento pleno das cozinhas. Além disso, coloca-se o questionamento sobre a capacidade do programa de operar de forma independente de interesses político-partidários, assegurando que os recursos alcancem efetivamente a população em situação de insegurança alimentar.

Diante disso, é fundamental reconhecer que a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) é um fenômeno político, cuja persistência cumpre uma função estratégica no controle da população pauperizada. As cozinhas solidárias destacam-se como estratégias comunitárias de re-existência frente à omissão estatal; entretanto, a garantia duradoura da Segurança Alimentar e Nutricional exige mais do que ações emergenciais. Requer uma reestruturação sistêmica que envolva o Estado, o setor privado, os movimentos sociais e a sociedade civil no enfrentamento das raízes das desigualdades.

Por fim, destaca-se o papel central da academia no aprofundamento de estudos sobre as cozinhas solidárias, contribuindo para a compreensão dos desafios, das contradições e das possibilidades que atravessam a relação entre o movimento social e o Estado. Essa discussão não se encerra aqui, pois as cozinhas solidárias operam como um dever, transformando continuamente não apenas os territórios, mas também as relações sociais e políticas que os constituem.

6 REFERÊNCIAS

- ABRANDH. **Curso formação em direito humano à alimentação adequada**: no contexto da segurança alimentar e nutricional. Valéria Burity et al. Brasília, DF: ABRANDH, 2007.
- ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis**, v. 12, p. 188-197, 2009.
- ALVES, Schirlei. **Como a redução histórica de recursos destinados à segurança alimentar afeta a população brasileira**. O Joio e O Trigo, São Paulo, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2022/03/como-a-reducao-historica-de-recursos-destinados-a-seguranca-alimentar-afeta-a-populacao-brasileira/>. Acesso em: 29 out. 2024.
- ALVIM, DANIEL HORTA. **Mobilizações contra a fome no Brasil: 1978-1988**. Rio de Janeiro, 2016.
- ANTIPON, Livia Cangiano. Pode o circuito inferior da economia urbana abrigar os famintos? **Diálogos Socioambientais**, v. 7, n. 18, p. 6-17, 2024.
- AQUINO, Cássio Lopes. **Nacionalismo e Extrema-Direita no Século XXI**: a concepção de nação nos discursos de Jair Bolsonaro (2018-2022). 2024. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto (Portugal).
- ARCO CASTRO, María Lourdes et al. **La filantropia corporativa en la estrategia empresarial y en la orientación hacia los stakeholders**. Universidad de Granada, 2020.
- ARRAIS, Tadeu Alencar et al. **Celeiros da pobreza urbana**: suplementação de renda e isolamento social em ambientes metropolitanos nos tempos pandêmicos. *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia*, v. 8, n. 3, p. 11-25, 2020.
- ARRUDA, Mario Alberto Pires de; FONSECA, Tania Mara Galli. Existência enquanto re-existência em tempos de medo. *Mnemosine*, [S. l.], v. 14, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41689>. Acesso em: 17 jun. 2024.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. *Sociedade em Debate*, v. 7, n. 2, p. 5-25, 2001.
- BASILICO, Natalí; FIGUEROA, Darío. Los bancos de alimentos y su rol en el contexto de la pandemia del COVID-19. *Estudios sociales. Revista de alimentación contemporánea y desarrollo regional*, v. 30, n. 55, 2020.
- BAUMAN, Zygmunt. **Work, consumerism and the new poor**. United Kingdom: McGraw-Hill Education, 2004.
- BECK, Ulrich. **Que es la globalizacion?**: falacias del globalismo, respuestas a la globalizacion. [S. l.]: Paidós, 1998.

BELIK, W. **Políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BELIK, Walter. Inovações para a promoção do acesso aos alimentos por meio de organizações da Sociedade Civil no Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 30, p. e023019-e023019, 2023.

BERNAL ROJAS, Daniel. **Las Escuelas de Líderes Gestores en Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional: ¿escenario para la construcción de ciudadanía alimentaria?**. [en línea] Bogotá, Colombia : Universidad Nacional de Colombia, 2021xvi, 156 páginas [Fecha consulta : 27 de junio 2025].

BEZERRA, Ilha; ISAGUIRRE, Kátia. Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA): da violação histórica à sua concepção. *Pensar - Revista de Ciências Jurídicas*, v. 3, p. 675-692, 2014.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. [S. l.]: Papirus editora, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Diário de campo: a antropologia com alegoria**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, Beatriz; BURGOS, Marcelo Baumann; TELLES, Sarah Silva. **Redes de solidariedade em favelas e periferias no contexto da Covid-19**. PUC-Rio de Janeiro, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues et al. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pesquisa participante e a participação da pesquisa**. 2006.

BRASIL DE FATO. **Conheça o "Rocado Solidário", iniciativa do MST para combater a fome em Pernambuco**. Brasil de Fato, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/04/conheca-o-rocado-solidario-iniciativa-do-mst-para-combater-a-fome-em-pernambuco/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006. **Lei do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. **Diário Oficial**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.422, de 28 de Fevereiro de 2023. **Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional**. **Casa Civil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11422.htm#:~:text=1%C2%BA%20Este%20Decreto%20disp%C3%B5e%20sobre,15%20de%20setembro%20de%202006. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**. **Diário Oficial da União**, 18 de setembro de 2006. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. **Lei do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária**. Diário Oficial. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome. **Programa Cozinha Solidária é regulamentada pelo Presidente da República**. Conab, 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5416-programa-cozinha-solidaria-e-regulamentada-pelo-presidente-da-republica#:~:text=Em%202023%2C%20a%20Secretaria%20Nacional,mil%20cozinhas%20solid%C3%A1rias%20pelo%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome. **Novo Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/novo-programa-de-aquisicao-de-alimentos-e-sancionado-pelo-presidente-lula>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BURIGO, André Campos; PORTO, Marcelo Firpo. **Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de sindemia**: da vulnerabilização à transformação necessária. Ciências & Saúde Coletiva, v. 26, p. 4411-4424, 2021.

BURITY, Valéria T. A. et al. **O Direito humano à alimentação e à nutrição adequadas [livro eletrônico]: enunciados jurídicos**. Brasília, 2021. [DF FIAN Brasil: O Direito Achado na Rua.]

CALDEIRA, T. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CAMPOS, André Luzzi de; GOLDFARB, Yamila. **Desafios para o abastecimento e soberania alimentar no Brasil**. 2021. p. 11.

CARDOSO, Ruth CL; SORJ, Bernardo. **Movimentos sociais urbanos**. SorJ, Bernardo et al. Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A lógica do planejamento versus a dialética do mundo. Um novo planejamento para um novo Brasil**, p. 25-39, 2014.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro - pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, [1952] 1984.

CASTRO, Josué de. **Fome**: um tabu proibido. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1957].

CLAVAL, Paul. O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo. **Confins - Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 17, 2013.

COMPARATO, Fábio Konder. **Fundamento dos direitos humanos. Cultura dos direitos humanos**. São Paulo: LTR, p. 53-74, 1998.

CONTRERAS, Jesús. **Comer na rua**. In: _____. (Org.). Cidades e consumo alimentar. São Paulo: Editora X, 2018.

CONTRERAS, Jesus; ARNAIZ, Mabel Gracia. **Alimentação e cultura: perspectivas antropológicas**. Barcelona: Ariel, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato et al. **O espaço urbano**. Ática, 1989.

COSTA, Barbara Regina Lopes. Bola de neve virtual: o uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. **Revista interdisciplinar de gestão social**, v. 7, n. 1, 2018.

COSTA, Fernanda Maciel Mendes et al. Comida de Verdade. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 2, p. 6-6, 2018.

COTTA, Rosângela Minardi Mitre; MACHADO, Juliana Costa. **Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura**. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 33, p. 54-60, 2013.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CRUZ, Fabiana Thomé da. **Governança de sistemas alimentares: perspectivas e oportunidades para a soberania e segurança alimentar e nutricional sustentáveis**. In: Sistemas Alimentares no século XXI: debates contemporâneos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. Separata de: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. 1. ed. Florianópolis, SC: Estudio sem prelo, 2021. v. 1, cap. 1, p. 19-43. ISBN 978-65-991203-2-9.

DEGGERONE, Zenicléia Angelita; WIEDERKEHR, Fabiane; BOMBARDELLI, Cibele Lúcia. Características do acesso aos alimentos em Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil. **Confins - Revue franco-brésilienne de géographie/Revista Franco-brasileira de Geografia**, n. 59, 2023.

DEMETERCO, Solange Menezes da Silva. A comida de verdade: a literatura gastronômica e o debate sobre o comer bem. **Revista Ingesta**, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 2, p. 273, 2019. DOI: 10.11606/issn.2596-3147.v1i2p273. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaingesta/article/view/165281>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DIAS, Maiz; NIEDERLE, Paulo. Alimento para o pensamento – Um ensaio sobre o pensamento crítico em torno do sistema agroalimentar. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 1-24, e023012, jan./dez. 2023.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **Aracaju**: síntese de sua Geografia urbana. Aracaju: J. Andrade, 1963.

DUARTE, Thiago Lima Santana; REZENDE, Viviane Almeida. Degradação dos manguezais em Aracaju/SE (Brasil): impactos socioeconômicos na atividade de catador do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*). **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v. 7, n. 1, 2019.

EMBRAPA. **A utilização dos roçados sustentáveis na melhoria da produtividade da agricultura familiar**. Embrapa, 2014. Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/browse?type=subject&sort_by=1&order=ASC&rpp=40&etal=-1&value=Crotal%C3%A1ria&starts_with=E . Acesso em: 10 mar. 2025.

F. & HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990. (título original, 1983)

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Brasil em resumo**. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/en/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

FAO. **Food security and sovereignty in Latin America**. Roma: FAO, 2014.

FAO. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, 2021.

FELIPE JÚNIOR, Nelson Fernandes. **O Setor Portuário de Sergipe**: O Caso do Terminal Marítimo Inácio Barbosa (Tmib), em Barra dos Coqueiros/SE. s.d.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n. 6, p. 24-34, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FILGUEIRAS, Andrea Rocha Santos. O Mercado Municipal de Aracaju e seus tempos: princípio, perda e reinvenção (1926-2000). 2019.

FOGAGNOLI, Marcela. O SAPS e a boa alimentação: o Serviço de Alimentação da Previdência Social e os trabalhadores (1940-1950). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, p. 1-16, 2011.

FONTES, Aracy Losano. **O quaternário costeiro e o município de Aracaju (SE)**. 2003.

FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. **Vetores de expansão urbana em Aracaju-SE, Brasil**: produção (entrelaçada) de cidade pelo Estado e mercado imobiliário. In: X Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona. Córdoba, Junio 2018. Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2018.

FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. **Vetores de Expansão Urbana: Estado e Mercado na produção da habitação em Aracaju-SE**. São Cristóvão: UFS, 2019.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Aracaju**: uma revisão dos estudos urbanos. Revista GeoNordeste, n. 1, p. 133-157, 2000.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **A cultura do coco-da-baía e as transformações no litoral sergipano**. UFS, 1988.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Aracaju**: estado & metropolização. [S. l.]: Editora UFS, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da fome**. [S. l.]: Editora Fiocruz, 2003.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de; PENA, Paulo Gilvane Lopes. Fome e pandemia de COVID-19 no Brasil. **Tessituras**: Revista de Antropologia e Arqueologia, v. 8, n. 1, p. 34-40, 2020.

GARCIA, Fernanda Ester Sanchez; CARLOS, Ana Fani A. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2001.

GARCIA, Mariana Tarricone et al. **Avaliação dos bancos de alimentos: uma revisão integrativa da literatura nacional**. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 28, p. e021034-e021034, 2021.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, 1997.

GOMES, Luiz Augusto de Oliveira. **Trabalho-Educação, experiência de classe e relações pedagógicas tecidas nos espaços de ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)**. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GONZÁLEZ, Valerie Guerrero. **Configurando el ejercicio de la ciudadanía alimentaria en el sur de Bogotá, una construcción desde dos organizaciones agroecológicas de base comunitaria**. Tese de Doutorado. Universidad Nacional de Colombia. 2022a.

GOTRIPLE. **Gift-giving and reciprocity in global society**. *GoTriple*, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322978404_Gift-giving_and_reciprocity_in_global_society_Introducing_Marcel_Mauss_in_international_studies. Acesso em: 10 mar. 2025.

GRAZIANO, J. O direito à alimentação adequada no contexto da globalização. **Revista de Políticas Públicas**, v. 23, p. 45-62, 2019.

GUERRA, Lúcia Dias da Silva. ComiDHAA de verdade para todos: desafios para a efetivação do direito humano à alimentação adequada no cenário de crises no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 31, p. e210370pt, 2022, p. 6.

GUIMARÃES, Magno Hermelindo Silva. **A política de alimentação no Brasil de Vargas a Bolsonaro: quando FOME se torna um projeto de governo!.** 2022.

GÓMEZ-BENITO, C.; LOZANO, C. ¿Consumidores o ciudadanos? **Reflexiones preliminares sobre el concepto de ciudadanía alimentaria.** Working Paper, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O território e a nova des-territorialização do Estado. Territorialidades humanas e redes sociais.** v. 2. Florianópolis: Insular, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of Latin American Geography**, v. 19, n. 1, p. 141-152, 2020.

HARVEY, David. **Produção Capitalista Do Espaço**, Annablume, 2005.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90.** 2001.

HOMER-DIXON, Thomas. **Estados, escassez e conflitos civis no mundo em desenvolvimento.** 2006.

HORSTMANN, Matheus Braz; SEVERO, Ricardo Gonçalves. O MTST e o poder da Ideologia: uma análise da mídia PodOcupá. **InSURgência: Revista de direitos e movimentos sociais**, v. 9, n. 1, p. 543-578, 2023.

HURTADO, Lina Maria; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Resistir y Re-existir. **GEOgraphia**, v. 24, n. 53, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022.** Composição Racial da População. Aracaju: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 7 maio 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. **Análise da Segurança Alimentar no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101749>. Acesso em: 27 abr. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral 2023. Rendimento Médio Mensal da População.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>. Acesso em: 7 maio 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto - 2023.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 27 de abril de 2024.

JALIL, Leticia Medeiros. **Mulheres e Soberania Alimentar:** a luta para transformação do meio rural brasileiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

JESUS, Júlio César Moreira de; LIMA, Roberta Oliveira. O agro é fome: riqueza para poucos e fome para muitos. In: JESUS, Júlio César Moreira de; LIMA, Roberta Oliveira. **Direito humano à alimentação adequada e ODS 2:** solidariedade intergeracional e justiça ambiental. 1. ed. João Pessoa: Editora Porta, 2022. p. 66-80. ISBN 9798351887777. Disponível em: chromeextension://efaidnbmninnibpcajpcglefindmkaj/https://www.researchgate.net/profile/Roberta_Lima6/publication/376077713_DIREITO_HUMANO_A_ALIMENTACAO_ADEQUADA_E_ODS_2_SOLIDARIEDADE_INTERGERACIONAL_E_JUSTICA_AMBIENTAL/inks/65690780b86a1d521b1de721/DIREITO-HUMANO-A-ALIMENTACAO-ADEQUADA-E-ODS-2-SOLIDARIEDADE-INTERGERACIONAL-E-JUSTICA-AMBIENTAL.pdf. Acesso em: 19 jun. 2024.

JOMALINIS, Emília de Medeiros Silva; BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; BÜHLER, Ève Anne. **A oferta alimentar urbana frente ao desafio da expansão dos supermercados. Perspectivas sobre o Rio de Janeiro e Brasília. Alimentação e Políticas Alimentares nas Cidades,** [S. l.], v. 59, ed. 1, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/52770?lang=pt>. Acesso em: 7 nov. 2023.

JOMALINIS, Emília; MALUF, Renato S. **Redes de supermercado e dinâmicas socioespaciais no município do Rio de Janeiro:** desigualdades e varejo de alimentos. 1. ed. UFRGS, 2022.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 187-199, 2011. Food and Agriculture Organization of the United Nations.

KROPOTKIN, Piotr; SKODA, Adriano (Trads.). **Cozinhas comunistas [1914].** Disponível em: <https://biblioteca.terralivre.noblogs.org/cozinhas-comunistas-de-piotr-kropotkin/>. Acesso em: 8 mar. 2024.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Paris: Éditions Anthropos, 1991.

LEFEBVRE, H. **Le droit à la ville.** Paris: Anthropos, 1968.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 1968.

LIMA, Flávio Ribeiro De. As eleições de 2018 e a ascensão da extrema direita no Brasil. **Revista Percursos-NEMO** Maringá, v. 11, n. 1, p. 207-215, 2019.

LIMA, Anna Erika Ferreira. **Tocando em Frente: cultura camponesa e apropriação dos recursos naturais no Assentamento Ingá-Facundo-Parambu-CE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2008.

LIMA, Juliana Schober Gonçalves; SILVA, Carlos Alberto. **Carcinicultura marinha familiar no estuário do Rio Vaza-Barris, Sergipe**: implicações para uma produção sustentável. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

LIMA, Viviane Bomfim; SILVA, Luciane Almeida; SCHNEIDER, E. H. Estresse hídrico e cobertura dos sistemas de esgotamento sanitário na bacia hidrográfica do rio Sergipe. In: **Anais do XII Encontro de Recursos Hídricos em Sergipe**, 2019.

LUCIANO, Christiane dos Santos; CORREA, Pamela Barreto. A fome como projeto político da burguesia antinacional brasileira. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 478-487, 2022.

LUNARDON, Kauan Arthur. Cozinhas comunitárias e práticas socioespaciais de resistência: entre a luta cotidiana e os horizontes de transformação. **Revista Tamoios**, v. 19, n. 2, p. 100-117, 2023.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O triângulo culinário**. In: PINGAUD, B. (Org.). *L'Arc - Documentos*. São Paulo: Documentos, 1968. p. 24-35.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Outubro, v. 6, p. 73-80, 1998.

MACHADO, A. L.; FRANÇA, A. B.; RANGEL, T. L. V. Carestia, mapa da fome e o agravamento da insegurança alimentar e nutricional em tempos de pandemia: o retrocesso brasileiro na política de combate à fome. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 8, n. 24, p. 87-101, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5764610. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/512>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MACHADO, Moisés; ROCHA, Daniete Fernandes; CAMPOS, Mauro Macedo. **Dos movimentos sociais à implementação do Programa Fome Zero (1993 – 2013): a trajetória da cidadania alimentar no Brasil (20 anos da ação da cidadania e 10 anos do Programa Fome Zero)**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 22, n. 2, p. 692-705, 2015. DOI: 10.20396/san.v22i2.8642500. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8642500>. Acesso em: 27 abr. 2024.

MAGNANI, Ilaria. La identidad en el plato. El camino identitario argentino a través de sus alimentos. **SCRIPTA - Revista Internacional de Literatura i Cultura Medieval i Moderna**, v. 18, n. 18, p. 167-181, 2021.

MALUF, R. **Democracia alimentar: um conceito em construção**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

MALUF, Renato S. **Abastecimento alimentar, inflação de alimentos e o contexto urbano no Brasil**. E-papers Serviços Editoriais Ltda. 2017.

MALUF, Renato S. Tempos sombrios de pandemia e fome: responsabilidades da pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 27, p. e020020, 2020. DOI: 10.20396/san.v27i0.8659993. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8659993>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MARCHESANO, Gabriel Shimith. **O governo Bolsonaro no contexto neoliberal: relação da extrema direita com políticas contra a classe trabalhadora**. 2024.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MARIETTO, M. L. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 17, n. 4, p. 05-18, 2018.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar; 1967.

MARTINS, Ingrid Gomes. **Direito à Alimentação em Pretuguês: a Práxis das Coordenadoras do MTST nas Cozinhas Solidárias do Distrito Federal**. Dissertação apresentada para fins de exame de defesa, do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília. Brasília, 2023, 128 fls.

MARTINS, Maylla Luanna Barbosa et al. Consumo de alimentos entre adolescentes de um estado do Nordeste brasileiro. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 9, n. 2, p. 577-594, 2014.

MARX, K. **O capital. Livro 1**. São Paulo: Boitempo, 2013. (Original publicado em 1867).

MATIOLI, Victor; PERES, João. **Donos do mercado: como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade**. [S. l.]: Editora Elefante, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELUCCI, A. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENEZES, A. V. C. **Organização do espaço periférico de Aracaju**. Monografia de especialização em Geografia Aplicada ao Planejamento - UFS. São Cristóvão/SE: UFS, 1978.

MENEZES, Tatiane; AZZONI, Carlos Roberto; MOREIRA, Guilherme RC. Diferenças em gastos com aluguel entre estados, tipos de área e níveis de renda familiar no Brasil. SILVA, FG et al. **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: Ipea, v. 2, p. 329-346, 2007.

MIRANDA, Karolliny Joally Das Neves; CORDÃO, Michelly Pereira De Sousa. Filantropia corporativa a serviço do capital: uma visão histórico-crítica do fomento da Fundação Ford à produção feminista acadêmica brasileira (1978-1998). **Revista Angelus Novus**, n. 17, p. 189590-189590, 2021.

MONDARDO, M. O governo bio/necropolítico do agronegócio e os impactos dos agrotóxicos sobre os territórios de vida Guarani e Kaiowá. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 155, 2019. DOI: 10.48075/amb.v1i2.23305. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/23305>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. Editora Senac São Paulo, 2024.

MONTEIRO, C. A. Nutritional transitions and the food industry. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020.

MOREIRA, Sueli Aparecida. **Alimentação e comensalidade**: aspectos históricos e antropológicos. *Ciência e Cultura*, v. 62, n. 4, p. 23-26, 2010.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MOURA, I. G. de S. O questionário socioeconômico-cultural como instrumento para formulação de políticas sociais. **Revista Polyphonia**, Goiânia, v. 13, n. 1/2, p. 72-79, 2009. DOI: 10.5216/rp.v13i1/2.6947. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/6947>. Acesso em: 23 maio 2024.

MST. **Rocado Solidário**: iniciativa une o campo e a cidade em nome da solidariedade. *Site do MST*, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/podcast/momento-agroecologico/2021/10/01/rocardo-solidario-do-mst-une-campo-e-cidade-contra-a-fome-na-regiao-metropolitana-do-recife/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil** Petrópolis. 1999.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra (1985). RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

NASCIMENTO, Sara Diniz. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Revista de Políticas Públicas**, p. 339-346, 2016.

NOSSA História - **Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e Pela Vida**: Doe Agora. Disponível em: <https://www.acaodacidadania.org.br/nossa-historia>. Acesso em: 15 jun. 2024.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH-USP, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de et al. **A Metamorfose da Arribação**. *Novos Estudos*, p. 67-92, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: sudene, nordeste: planejamento, e conflitos de classes. 1993. p. 25.

ONU - Organizações das Nações Unidas. **Comentário geral n. 12**: O direito humano à alimentação adequada (art. 11). 1999. Disponível em:

<https://fianbrasil.org.br/wpcontent/uploads/2016/09/Coment%C3%A1rio-Geral-12.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PACHECO, M. E. **Agronegócio e soberania alimentar**: contradições no campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Soberania alimentar**: para que, para quem e como. Rio de Janeiro: FASE, 2014.

PAIVA, Janaína Braga de et al. A confluência entre o “adequado” e o “saudável”: análise da instituição da noção de alimentação adequada e saudável nas políticas públicas do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00250318, 2019.

PATEL, R. **Food sovereignty**. *Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 3, p. 663-706, 2009.

PEDRETTI, Lucas. **A transição inacabada**: Violência de Estado e direitos humanos na redemocratização. Companhia das Letras, 2024.

PONTES, B. M. S. Região e regionalização no contexto da globalização: a região sob diferentes óticas, no contexto do método dialético. **Cronos**, v. 8, n. 2, p. 489-499, 2007.

PORTO, Fernando. **A cidade do Aracaju 1855-1865**: ensaio de evolução urbana. SEBO, 1945.

POUGET, Émile. **La Confédération générale du travail**. M. Rivière et cie, 1910.

POULAIN, J.P. **Sociologias da alimentação**: Os comedores e o espaço social alimentar. 2. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

PÊCHEUX, M. **A Análise do Discurso**: três épocas, Trad. J. de A. Romualdo. In: GADET, 17, p. 1-24, e023012, jan./dez. 2023.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marco Aurelio. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. P. 17-35.

RAMBO, Anelise Graciele; POZZEBOM, Luciana; VON DENTZ, Eduardo. Circuitos curtos de comercialização fomentando novos usos do território: considerações sobre o PNAE e as feiras livres. **Revista Grifos**, Chapecó: Unochapecó, v. 28, n. 46, p. 9-26, 2019.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. [S. l.]: Editora Record, 2013.

RANGEL, Mary; RODRIGUES, Jéssica do Nascimento; MOCARZEL, Marcelo. **Fundamentos e princípios das opções metodológicas**: Metodologias quantitativas e procedimentos quali-quantitativos de pesquisa. *Omnia*, v. 8, n. 2, p. 5-11, 2018.

REARDON, T. et al. **The Quiet Revolution in Staple Food Value Chains**. IDS Working Papers, v. 518, p. 1-66, 2019.

REDE PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia**

da Covid-19 no Brasil. II VIGISAN: relatório final. São Paulo (SP): Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2024.

REVISTA OBHA. **Cozinhas solidárias.** Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares (OBHA), n. 24, 2024. Disponível em: <[Cadernos OBHA – OBHA](#)>. Acesso em: 24 de mar. de 2025.

RIBAS, Leonardo Felipe de Oliveira. **Dos determinantes sistêmicos da injustiça alimentar:** Análise crítico-jurídica dos determinantes (jurídicos, políticos e econômicos) que atuam em face da efetividade dos instrumentos da justiça alimentar (do direito humano à alimentação adequada, da política de segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar) no Brasil. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2022.

RIBEIRO, Neuza Maria Góis. **Transformações Recentes do Espaço Urbano:** O Caso de Aracaju. 1989.

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. A fome como processo e a reprodução social capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 105, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1992>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ROCHA, N. C. **Curso básico de direito humano à alimentação e à nutrição adequadas** [livro eletrônico]: módulo I: histórico e conceito do DHANA. 1. Ed. Brasília, DF: FIAN Brasil, 2021.

PDF. CONSEA. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil Realização – Indicadores e Monitoramento – da Constituição de 1988 aos dias atuais.** Brasília, DF: CONSEA, 2010.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2015. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROSSET, Peter. **Food Sovereignty. Global Rallying Cry of Farmers Movements. Food First – Institute for Food and Development Policy.** Backgrounder, v. 9, nº 4, 2003.

SABOURIN, E. **Marcel Mauss:** da dádiva à questão da reciprocidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, p. 131-138, 2008.

SACK, R. **Human territoriality.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Ana Paula Garcia Fernandes dos; SILVA, Alisson David. Tendências emergentes: um estudo de revisão sobre o retorno do Brasil ao mapa da fome. **Humanidades em Perspectivas**, v. 7, n. 18, p. 103-115, 2023.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil.** *Dados*, v. 48, p. 21-65, 2005.

SANTOS, Mario Jorge Silva; SANTOS, Ana Rocha dos. Territórios de Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju (RMA): Estado e Políticas de Habitação: Territórios de Segregação Sócioespacial na Região Metropolitana de Aracaju. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 1, n. 51, p. 121-153, 2021.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1978.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. (No Title), 1979.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: Brutalidade e Complexidade na Economia Global. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

SCHNEIDER, Eduarda Maria; FUJII, Rosangela Araujo Xavier; CORAZZA, Maria Júlia. Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 569-584, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/157> . Acesso em: 14 maio. 2024.

SCIELO. Agentes populares no contexto da pandemia de Covid-19. ***SciELO em Perspectiva***, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/6qFBpnxGwYYw696Jq5WyFqy/> . Acesso em: 10 mar. 2025.

SCOTT, J. C. **Domination and the arts of resistance**: hidden transcripts. New Haven: Yale University Press, 1990.

SCOTT, J. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance**. New Haven: Yale University Press, 1985.

SENADO NOTÍCIAS. **Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 84, p. 7-24, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/725>. Acesso em: 23 maio 2024.

SHIVA, V. **Who really feeds the world?**. Berkeley: North Atlantic Books, 2016.

SILVA, Alarcon Jeronimo da. Fome como base estrutural do capitalismo. **Revista Científica da UniMais**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 171-183, 2023. Disponível em: <https://revistas.facmais.edu.br/index.php/revistacientificafacmais/article/view/92>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sergio. **Pobreza rural e o Programa Bolsa família: desafios para o desenvolvimento rural no Brasil**. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2015. p. 443-463, 2015.

SILVA, Carolina Veras Pessoa Da et al. Agentes populares no contexto da pandemia de Covid-19: educação popular em saúde na construção de territórios saudáveis e sustentáveis. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 28, p. e230142, 2024.

SILVA, Jeferson Marques da. **O avanço do agronegócio em Nossa Senhora de Lourdes/SE: dissipação dos cultivos tradicionais e desfiguração da cultura alimentar**. 2023.

SILVA, Luanda Naiade Oliveira da. **Em pratos limpos: estudo de caso sobre a cozinha solidária Tempero da Paz**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SILVA, Sandro Pereira. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. **Texto para Discussão**, 2014.

SIMONE, Abdoumalig. **Urban Processes and Change in Africa**. Dakar: CODESRIA, 2004.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SORDI, Denise de. Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): Solidariedade e reconstrução da esfera pública (2021-2022). **Revista Mundo do Trabalho**, v. 15, p. 1-21, 2023.

SOUSA, R. R. D.; SILVA, I. A. D. **Roçado lecampo: práticas educativas e grupos de ajuda mútua para o plantio de horta, roça e pomar no CDSA/UFCG**. 2024. Disponível em: <https://extensao.ufcg.edu.br/publicacoes/2020/resumos/xiiienexufcg-1320.pdf> . Acesso em: 10 mar. 2025.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira. O Brasil, A América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, Anpege, 2008.

SOUZA, D. A. de.; RAMOS, F. P.; SANTOS, S. M. C. dos. **Caracterização das Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional no estado da Bahia no período 2007-2015**. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S. l.], v. 9, p. e54511932063, 2022. DOI: 10.33448/rsdv11i9.32063. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/32063>. Acesso em: 27 abr. 2024.

SOUZA, Diego de Oliveira. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p. e00311143, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Editora União dos Coletivos Pan-Africanistas (U.C.P.A), 1983.

SPINIELI, A. L. P. .; DE PAULA SOUZA, L. . **Cidadania social e direitos humanos das pessoas em situação de rua: Criminalização por vadiagem em Franca-SP**. Fórum Regional de

Pesquisa e Intervenção (FOR-PEI), [S. l.], n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicosfacesf.com.br/index.php/FOR-PEI/article/view/247>. Acesso em: 19 jun. 2025.

STEEL, C. **Hungry city**: how food shapes our lives. London: Chatto & Windus, 2008.

SWINBURN B et al. **The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change**: The Lancet Commission report. The Lancet, v. 393, n. 10173, 2019.

SÁ-SILVA, Jakson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>. Acesso em: 3 abr. 2024.

TAVARES, Zênia. Comida de verdade à mesa? Alimentação, conhecimento e política. Los Bolo Sociolo, p. 9, 2021.

TEIXEIRA, Ana Rita Rodrigues. **O Paradoxo Nutricional**: A Coexistência de Diferentes Tipos de Malnutrição. Tese de Doutorado. Universidade do Porto (Portugal). 2018.

TELESSAÚDE. **Segurança alimentar e nutricional com enfoque na intersetorialidade**. Universidade Federal de Santa Catarina, Núcleo Telessaúde Santa Catarina; Alini Faqueti. Dados eletrônicos. Florianópolis: CCS/UFSC, 2019.

TOOZE, Adam. **Shutdown**: How covid shook the world's economy. Londres: Allen Lane, 2021.

TRONTO, J. **Caring democracy**: markets, equality, and justice. New York: New York University Press, 2013.

Un experts spotlight 'devastating' police brutality in Brazil. **Human Rights Watch**, 10 out. 2024. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/news/2024/10/10/un-experts-spotlight-devastating-police-brutality-brazil>>. Acesso em: 20 de mar. 2025.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, p. 153-155, 2007.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. [S. l.]: Editora UFRGS, 2008.

VIA CAMPESINA. **Declaração de Nyéléni sobre Soberania Alimentar**. Nyéléni, 2007.

WACQUANT, L. **Urban outcasts**: a comparative sociology of advanced marginality. Cambridge: Polity Press, 2008.

ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 24, p. 563-578, 2012.

7 APÊNDICE

APÊNDICE A: Questionário socioeconômico

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

PÚBLICO ALVO: Membros e Moradores utilizadores das Cozinhas Solidárias lotadas nos Bairros (Santos Dumont, 18 do Forte, Getúlio Vargas, Marivan e Soledade), Aracaju/SE

nº de ordem do questionário _____

Identificação do Participante: () Membro/Voluntário da Cozinha Solidária

() Assistido (a) pela Cozinha Solidária

Local de Moradia: () Santos Dumont

() 18 do Forte

() Getúlio Vargas

() Marivan

() Soledade

() Outros: Especificar. _____

CARACTERÍSTICAS DA PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO				
Sexo	Etnia/Cor	Escolaridade	Estado Civil	Condição de trabalho
[1] Feminino	[1] Branca	[01] Analfabeto / Nunca estudou	[1] Casado no civil e religioso	[1] Desempregado
[2] Masculino	[2] Preta	[02] Ensino Básico Infantil	[2] Casado somente no civil	[2] Trabalhador temporário (bicos)
[3] NS/SR	[3] Parda	[03] Fundamental incompleto	[3] Casado somente no religioso	[3] Trabalhador sem carteira assinada
	[4] Amarela	[04] Fundamental completo	[4] União consensual / mora	[4] Trabalhador com carteira assinada
	[5] Indígena	[05] Ensino médio incompleto	[5] com companheiro(a) Divorciado(a)	[5] Agricultor associado ao SDTR
	[6] NS/NR	[06] Ensino médio completo	[6] Solteiro(a)	[6] Aposentado
		[07] Superior (graduação) incompleto	[7] Desquitado(a) ou separado	[7] NS/NR
		[08] Superior (graduação) completo	judicialmente	
		[09] Pós-graduação	[8] Viúvo(a)	
		[10] NS/N	[9] NS/NR	
CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO				
Número de moradores []				
Número de cômodos []				
Tamanho (em metros²) da propriedade que se localiza o domicílio []				

Renda do domicílio [1] Abaixo de ½ salário mínimo [2] Até ½ salário mínimo [3] Até 1 salário mínimo [4] Até 1 salário mínimo e meio [5] Até 2 salários mínimos [6] Acima de 2 salários mínimos [7] NS/NR	Condição [1] Própria – já paga [2] Própria – ainda pagando [3] Alugada [4] Cedita [5] Outra [6] NS/NR	Destino do lixo [1] Coletado por caminhão ou caçamba [2] Queimado ou enterrado na propriedade [3] Jogado em terreno baldio ou logradouro [4] Jogado em rio, lago ou mar [5] Outro destino [6] NS/NR	Existência - banheiro [1] Sim [2] Não [3] NS/SR
Destino do esgoto [1] Rede pública coletora de esgoto ou pluvial [2] Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial [3] Fossa séptica não- ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial [4] Fossa rudimentar (poço, buraco) [5] Vala/céu aberto [6] Direto para o rio, lago ou mar [7] Outro escoadouro [9] NS/NR	Existência - água encanada [1] Sim [2] Não [3] NS/NR	Material predominante nas paredes externas [1] Alvenaria [2] Palha [3] Taipa não revestida [4] Barro/argila [5] Madeira aparelhada [6] Madeira aproveitada [7] Outro material [9] NS/NR	
ACESSO A POLÍTICA, PROGRAMAS E SERVIÇOS NO DOMICÍLIO			
Visita por agente comunitário de saúde [1] Sim [2] Não [3] NS/SR	Vista por agente de endemias [1] Sim [2] Não [3] NS/NR	Cadastrado único do governo federal realizado/atualizado [1] Sim [2] Não [3] NS/NR	
Acesso aos seguintes programas, políticas ou serviços			
[1] Programa Bolsa Família [2] PAA (recebimento de alimentos) [3] PAA (fornecimento de alimentos) [4] PNAE (fornecimento de alimentos) [5] Cesta da nossa gente (municipal) [6] Mão amiga (cana-de-açúcar)		[7] Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) [8] Assistência Técnica e extensão rural (ATER) [9] Assistência Técnica rural municipal [10] Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) [11] Minha casa, minha vida ou outros programas habitacionais [12] NS/Nr	

APÊNDICE B: Hábitos Alimentares

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA MESTRADO EM GEOGRAFIA

HÁBITOS ALIMENTAR

PÚBLICO ALVO: Membros e Moradores utilizadores das Cozinhas Solidárias lotadas nos Bairros (Santos Dumont, Getúlio Vargas e Santa Maria), Aracaju/SE

nº de ordem do questionário _____

Nos últimos 7 dias, quais alimentos se faziam disponíveis para o consumo no domicílio?

I – *In natura* ou minimamente processados

Alimento	Sim	Não	Não sabe/não respondeu
Legumes, frutas e verduras			
Arroz			
Feijão e/ou outras leguminosas			
Milho e/ou outros cereais			
Castanhas, nozes, amendoim e/ou outras oleaginosas			
Farinhas de mandioca, milho ou trigo			
Carnes de gado, porco, aves e pescados			
Leite pasteurizado, ultrapasteurizado, em pó e iogurte (sem açúcar)			

II – Processados

Alimentos	Sim	Não	Não sabe/ não respondeu
Extrato de tomate			
Frutas em calda e frutas cristalizadas			

Carne seca			
Sardinha e atum enlatados			
Queijos			
Pães			

II – Ultraprocessados

Alimentos	Sim	Nã o	Não sabe/ não respondeu
Biscoitos doces recheados			
Cereais açucarados			
Bolos e misturas para bolos			
Barras de cereal			
Sopas e macarrão instantâneo			
Molhos			
Salgadinhos “de pacote”			
Refrescos e refrigerantes			
Iogurtes e/ou outras bebidas lácteas			
Produtos prontos congelados			
Salsicha, calabresa e/ou demais embutidos			
Alimentos enlatados (almôndega, feijoada, etc)			
Pães doces e/ou de forma			

APÊNDICE C: Roteiro de Entrevistas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PÚBLICO ALVO: Liderança (s) das Cozinhas Solidárias lotadas nos Bairros (Santos Dumont, Getúlio Vargas, Soledade e Santa Maria), Aracaju/SE

I – Entrevista Semiestruturada.

- A) Quais as Motivações fizeram a liderança na construção e funcionamento de uma Cozinha Solidária?

- B) Quais os principais desafios no funcionamento, mantimento de voluntários, distribuição de alimentos e debate político encontrados pela Cozinha Solidária?

- C) Em que medida os alimentos provenientes do PAA suprem a necessidade alimentar dos assistidos pela Cozinha Solidária?

D) Quais resultados são gerados para a comunidade assistida por sua Cozinha Solidária, no que se diz a alimentação regular, adequada e saudável?

E) Essa Cozinha Solidária atende a que tipo de público em sua maioria: mulheres, homens? Esse público busca alimento apenas para si, ou para outros? Se alimentam no local da cozinha ou levam para casa? Qual a frequência que buscam alimento?

F) O público assistido consiste na população da própria comunidade ou moradores em situação sem teto? Ou ambos?

APÊNDICE D: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: Rede De Cozinhas Solidárias Em Territórios De Socio-vulnerabilização: Direito Humano À Alimentação Adequada No Município De Aracaju - Se

Pesquisador Responsável: Elisandro Matos Rodrigues

Local onde será realizada a pesquisa: Espaço urbano do município de Aracaju/SE

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) desta pesquisa porque faz uso de alguma cozinha solidária lotada no espaço urbano do município de Aracaju/SE e assim qualifica-se como público alvo da mesma. Sua contribuição é muito importante, mas não deve participar contra a sua vontade.

Esta pesquisa será realizada porque se faz necessário a evidenciação da condição alimentar dos moradores do espaço urbano do município de Aracaju/SE, tendo em vista a ampliação de estudos nesta área e avanços de políticas de garantia à Segurança Alimentar e Nutricional no *locus* estudado.

O objetivo primário desta pesquisa é analisar a atuação das Cozinhas Solidárias para a promoção do direito humano à alimentação adequada em territórios socio-vulneráveis na capital sergipana. Ademais, são objetivos secundários: I) Verificar em que medida as Cozinhas Solidárias contribuem para o acesso à alimentação adequada em territórios socio-vulneráveis; II) Analisar as práticas adotadas pelas Cozinhas Solidárias na aquisição dos alimentos; III) Avaliar o papel sociopolítico das Cozinhas Solidárias na promoção da construção de redes de apoio comunitário e na redução da insegurança alimentar.

Os participantes da pesquisa são lideranças e/ou voluntários que trabalham nas cozinhas solidárias do município de Aracaju/SE e a população assistida pelas cozinhas solidárias da mesma região.

Antes de decidir, é importante que entenda todos os procedimentos, os possíveis benefícios, riscos e desconfortos envolvidos nesta pesquisa.

A qualquer momento, antes, durante e depois da pesquisa, você poderá solicitar mais esclarecimentos, recusar-se ou desistir de participar sem ser prejudicado, penalizado ou responsabilizado de nenhuma forma.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Elisandro Matos Rodrigues no telefone 79 996290763 via ligação, SMS e WhatsApp (7 dias por semana), e-mail: elisandro@academico.ufs.br. Ademais, pode localizá-la no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe, localizado na Av. Marechal Rondon, s/n – Jardim Rosa Elze, São Cristóvão/SE, 49100-000.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe. “O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (Resolução CNS nº 466/2012, VII. 2).

Caso você tenha dúvidas sobre a aprovação do estudo, seus direitos ou se estiver insatisfeito com este estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista s/nº Bairro: Sanatório – Aracaju CEP: 49.060-110 – SE. Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br. Telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato – Segunda a Sexta-feira das 07:00 as 12:00h.

Todas as informações coletadas neste estudo serão confidenciais (seu nome jamais será divulgado) e utilizadas apenas para esta pesquisa. Somente nós, o pesquisador responsável e/ou equipe de pesquisa, teremos conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo.

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível no site: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Caso você concorde e aceite participar desta pesquisa, deverá rubricar todas as páginas deste termo e assinar a última página, nas duas vias. Eu, o pesquisador responsável, farei a mesma coisa, ou seja, rubricarei todas as páginas e assinarei a última página. Uma das vias ficará com você para consultar sempre que necessário.

O QUE VOCÊ PRECISA SABER:

✓ **DE QUE FORMA VOCÊ VAI PARTICIPAR DESTA PESQUISA:** Sua participação se dará mediante a aplicação de um questionário, onde serão a você destinadas (lidas) perguntas e o pesquisador registrará suas respostas no documento impresso. O tempo médio de resposta dos questionários propostos, conjuntamente, é de 15 (quinze) minutos. Caso seja autorizado por

você, mediante a assinatura do Termo De Autorização Para Utilização De Imagem E Som De Voz Para Fins De Pesquisa, o pesquisador poderá, se necessário, realizar a gravação da sua voz para, e somente, respostas às perguntas abertas, ou seja, aquelas em que não são dadas opções prévias de respostas. Mediante a assinatura do Termo De Autorização Para Utilização De Imagem E Som De Voz Para Fins De Pesquisa, o pesquisador poderá, se necessário, realizar registros fotográficos de quintais, roças, armários de cozinhas, estrutura do imóvel e similares.

✓ **RISCOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:** Os incômodos e possíveis riscos aos quais você estará submetido são mínimos, a exemplo de constrangimento, desconforto, vergonha e/ou cansaço ao responder às perguntas e medo de quebra de sigilo. Contudo, será garantido a você uma abordagem cautelosa considerando e respeitando seus valores, cultura e crença; seu direito de conhecer todas as perguntas que irá responder; de receber as explicações necessárias para responder as questões e de não responder as que não desejar. Será levado em consideração a sua indicação sobre o espaço que se sinta confortável para responder às questões, podendo assim ser ao ar livre ou em local mais favorável ao participante. O tempo de resposta de todos os dois questionários e do roteiro de entrevistas, conjuntamente, é em torno de 15 minutos e caso você considere desperdício de tempo, terá a liberdade de solicitar a retirada do seu consentimento, a qualquer momento, interrompendo assim a abordagem, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. Ademais, será garantido sigilo em relação às suas respostas, as quais serão tidas como confidenciais e utilizadas apenas em formato de dados gerais e para fins científicos, assim como também se garantirá a não identificação nominal no formulário a fim de assegurar o seu anonimato.

✓ **BENEFÍCIOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:** Os benefícios esperados com esta pesquisa dizem respeito à melhor aplicação e direcionamento de políticas públicas municipais, tendo em vista o desenvolvimento de ações sobre os possíveis entraves e as potencialidades identificadas. Desta maneira, vislumbra-se que os temas relativos à (in)segurança alimentar e nutricional, em seu escopo quantitativo e qualitativo, sejam focalizados, sobretudo na esfera da Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, visando assim a garantia dos Direitos Humanos à Alimentação Adequada do grupo estudado. Ademais, são também esperados avanços nos estudos sobre a temática da (in)segurança alimentar e nutricional no âmbito da Geografia, assim como o estímulo ao desenvolvimento de pesquisas similares em outros *locus*.

✓ **PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE:** Serão garantidas a privacidade e a confidencialidade de todos os participantes desta pesquisa. Os dados coletados através das suas respostas aos questionários serão utilizados para fins científicos, ou seja, estritamente ligados

aos objetivos desta pesquisa. Seu nome não estará associado às respostas dos questionários, tendo em vista o caráter anônimo pelo qual foi elaborado, ou seja, não haverá identificação nominal em nenhum dos questionários aplicados. As respostas aos questionários serão trabalhadas de maneira conjunta, de modo a conformarem uma base onde não seja possível identificar nominalmente a origem das informações. O áudio da sua resposta às questões abertas, quando registrado, somente poderá ser utilizado de maneira descrita no texto e mantido o sigilo sobre o participante que o concedeu. Nos textos científicos, o participante será tratado, estritamente, como “participante 1”, “participante 2”, e assim sucessivamente. Da mesma maneira, os registros fotográficos, quando realizados, serão utilizados somente para os fins científicos propostos por esta pesquisa, respeitando assim sua privacidade e confidencialidade.

✓ **ACESSO A RESULTADOS DA PESQUISA:** Ao fim desta pesquisa, os dados estarão disponíveis para seu acesso e consulta mediante solicitação à pesquisadora responsável pelos contatos anteriormente indicados e/ou acesso a este em meios eletrônicos, assim como no Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe.

✓ **CUSTOS ENVOLVIDOS PELA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA:** Você não terá custos para participar desta pesquisa. A pesquisa também não envolve compensações financeiras, ou seja, você não poderá receber pagamento para participar.

✓ **DANOS E INDENIZAÇÕES:** Se lhe ocorrer qualquer problema ou dano pessoal durante a pesquisa, lhe será garantido o direito à assistência médica imediata, integral e gratuita, às custas do pesquisador responsável, com possibilidade de indenização caso o dano for decorrente da pesquisa (através de vias judiciais Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954).

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, declaro que concordo em participar desse estudo como voluntário(a). Fui informado(a) e esclarecido(a) sobre o objetivo desta pesquisa, li, ou foram lidos para mim, os procedimentos envolvidos, os possíveis riscos e benefícios da minha participação e esclareci todas as minhas dúvidas.

Sei que posso me recusar a participar e retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me cause qualquer prejuízo, penalidade ou responsabilidade. Autorizo o uso dos meus dados de pesquisa sem que a minha identidade seja divulgada.

Recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome _____ do(a)
participante: _____

Assinatura: _____ local _____ e
 data: _____

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada, esclarecida e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a participação neste estudo. Entreguei uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim ao participante e declaro que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome _____ do _____ Pesquisador _____ Responsável: _____

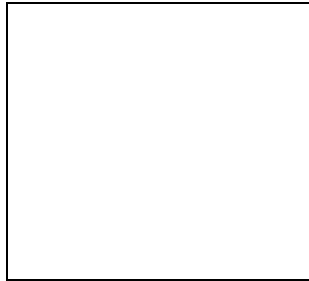
Assinatura: _____

Local/data: _____

Nome _____ do _____ auxiliar _____ de _____ pesquisa/testemunha _____ quando _____ aplicável: _____

Assinatura: _____

Local/data: _____



Assinatura Datiloscópica (*quando não alfabetizado*)

ANEXOS

**ANEXO A: Termo De Autorização Para Utilização De Imagem E Som De Voz Para Fins
De Pesquisa**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO)

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ
PARA FINS DE PESQUISA**

Eu, _____, autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado *Rede De Cozinhas Solidárias Em Territórios De Socio-vulnerabilização: Direito Humano À Alimentação Adequada No Município De Aracaju - Se*, sob responsabilidade de *Elisandro Matos Rodrigues* vinculado(a) ao/à *Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe*.

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para: *análise por parte do pesquisador explicitado acima (Elisandro Matos Rodrigues), para o fomento do texto de dissertação de mestrado do mesmo, apresentações em conferências profissionais e/ou acadêmicas, atividades educacionais, elaboração de artigos e resumos científicos/acadêmicos.*

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas anteriormente. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Assinatura do (a) participante
pesquisador (a)

Nome e Assinatura do (a)

_____, ____ de _____ de _____